



Carolina Vieira Alves Amaro

Licenciada em Ciências de Engenharia do Ambiente

A emergência do Ambiente e dos profissionais de ambiente na política portuguesa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia
do Ambiente, perfil de Engenharia de Sistemas Ambientais

Orientador: Prof. Doutor João Miguel Dias Joanaz de
Melo, Professor Auxiliar com Agregação, Faculdade de
Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Maria Paula Baptista da Costa Antunes,
Professora Catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade NOVA de Lisboa

Arguente: Doutora Sofia de Azevedo Guedes Vaz, Especialista na
Área de Filosofia da Natureza e do Ambiente

Vogal: Prof. Doutor João Miguel Dias Joanaz de Melo, Professor
Auxiliar Com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade NOVA de Lisboa



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Março de 2019

Copyright

A emergência do Ambiente e dos profissionais de ambiente na política portuguesa

Copyright © 2019, Carolina Vieira Alves Amaro, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Todos os direitos reservados.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Ao Professor João Joanaz de Melo, por toda a motivação, apoio e partilha de conhecimento, sem o qual não teria sido possível desenvolver esta dissertação.

A todos os inquiridos, que se disponibilizaram e contribuíram positivamente para esta dissertação.

À memória da minha avó Stella, com quem tive e sempre terei uma ligação especial e inquebrável, que teria tido a maior felicidade em partilhar este momento comigo.

À memória do meu avô Jorge, que tinha um grande orgulho em ser Engenheiro Silvicultor, e que sonhou com este momento até ao seu último suspiro.

À minha mãe Cristina, por ser um modelo exemplar e a minha força, pelo apoio, amor, amizade e sabedoria transmitida.

Ao meu pai José, por me compreender quando mais ninguém o conseguiu, por me apoiar e incentivar a seguir os meus sonhos.

À minha irmã Bárbara, que me entende sem emitir um único som, puxa sempre por mim e é a melhor irmã que alguém poderia desejar.

Às minhas amigas de longa data Margarida Nico e Catarina Pires, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim e nas minhas capacidades.

Aos meus amigos de longa data Nuno Pires e Guilherme Oliveira, que me fazem sentir que o tempo não interfere na nossa amizade e que me darão sempre amparo.

Ao meu amigo João Guilherme, que é o irmão que eu nunca tive, e mesmo vivendo longe, sinto-o sempre perto.

Aos meus colegas e amigos de Engenharia do Ambiente, em especial Débora Rodrigues, Diogo Dias, Sara Carvalho, Luciana Miranda, Patrícia Garcês e João Campôa.

A todos aqueles que têm procurado desenvolver melhores políticas de ambiente, que se interessam, que estão atentos e que lutam por um mundo mais sustentável.

Resumo

A emergência das modernas preocupações ambientais remonta ao século XIX, com raízes diversificadas, incluindo a saúde pública e a conservação e gestão de recursos naturais.

Em Portugal, o movimento ambiental inicia-se com a Liga para a Protecção da Natureza, em 1948, numa perspectiva essencialmente científica e académica. Perante um cenário internacional de emergência ambiental, é criada a Comissão Nacional de Ambiente que, com fundamento na investigação científica, prepara a participação de Portugal na Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em 1972. Desde então, a importância do conhecimento técnico nas políticas de ambiente tem vindo a aumentar, quer pela crescente gravidade dos desafios ambientais, quer pela necessidade de integrar conhecimentos interdisciplinares e múltiplos interesses sociais, de forma a construir soluções inovadoras e eficazes.

O presente trabalho tem como objectivo investigar a forma como o Ambiente é abordado na política portuguesa, em especial o papel dos profissionais de ambiente nos partidos políticos. Pretende-se conhecer melhor o funcionamento do Parlamento e dos partidos que aí trabalham em matéria de políticas de ambiente, e destacar a importância do profissional de ambiente na formulação das políticas nesse contexto. A metodologia utilizada baseou-se na realização de inquéritos a uma amostra de 34 actores-chave da política de ambiente nos domínios político, técnico, associativo e comunicação social, cruzada com revisão de literatura.

Constata-se um hiato entre a manifestação de preocupações ambientais e a sua prática. Os partidos afirmam valorizar a presença de profissionais de ambiente, mas nem todos os empregam como assessores. A informação técnico-científica é universalmente considerada como essencial. Por outro lado, muitos inquiridos referem que frequentemente tal informação é insuficiente ou as decisões são tomadas por imposição de outros interesses. Os pontos de vista dos inquiridos em matéria de ambiente são guiados principalmente pela própria experiência, e não tanto pelo cargo ou área de formação profissional.

Embora Portugal tenha sido inovador na criação da Lei de Bases do Ambiente em 1987, foi devido às políticas europeias que desenvolveu grande parte da legislação ambiental. Hoje, Portugal enfrenta grandes desafios ambientais, tendo sido os mais citados pelos inquiridos as alterações climáticas, combate ao consumismo e desperdício, uso eficiente da água, economia circular, ordenamento do território e educação para o Ambiente.

Palavras-chave: Ambiente; profissional de ambiente; suporte técnico; política; partidos políticos; Parlamento.

Abstract

The emergence of modern environmental concerns dates to the nineteenth century, with diverse roots including public health and the conservation and management of natural resources.

In Portugal, the environmental movement begins with "Liga para a Protecção da Natureza", in 1948, firstly from an essentially scientific and academic perspective. Facing an international scenario of environmental emergency, the National Commission for the Environment is created, which based on scientific research prepares Portugal's participation in the UN Conference on the Human Environment, in 1972. Since then, the importance of technical knowledge in environmental policies has been increasing, both due to the growing seriousness of environmental challenges, and the need to integrate interdisciplinary knowledge and multiple social interests in order to build innovative and effective solutions.

This paper aims to investigate how the environment is approached in Portuguese policy and politics, especially the role of environmental professionals in political parties. The aim is to gain a better understanding of how Parliament and its political parties work on environmental policies, and to highlight the importance of the environmental professional in the formulation of policies. The methodology used was based on the surveys of a sample of 34 key actors from environmental policy in the political, technical, associative and social media domains, cross-checked with literature review.

There is a gap between the manifestation of environmental concerns and their practice. The parties say they value the presence of environmental professionals, but not all employ them as advisers. Technical-scientific information is universally regarded as essential. On the other hand, many respondents report that often such information is insufficient, or decisions are taken by imposition of other interests. The respondents' points of view are guided mostly by their own experience, and not so much by their position or area of professional field.

Although Portugal was innovative in the creation of the Framework Law for the Environment in 1987, it was due to European policies that much of its environmental legislation was developed. Today, Portugal faces major environmental challenges, with climate change being the most cited by the respondents, fight against consumerism and waste, efficient use of water, circular economy, territorial planning and environmental education.

Keywords: Environment; environmental professional; technical support; politics; political parties; Parliament.

Índice

Resumo	vii
Abstract	ix
Índice de figuras	xiii
Índice de tabelas.....	xv
Lista de siglas e acrónimos	xvii
1. Introdução.....	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Objectivos e âmbito	2
1.3. Organização da dissertação.....	3
2. Revisão de literatura.....	5
2.1. A ecologia e a política	5
2.1.1. Conceitos básicos	5
2.1.2. De movimentos ecologistas à criação de partidos verdes	6
2.2. Os países mais “verdes”	10
2.2.1. Índice de Desempenho Ambiental	10
2.2.2. Índice de Desempenho das Alterações Climáticas.....	11
2.2.3. Índice dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.....	13
2.2.4. Pegada Ecológica.....	15
2.2.5. Parlamento Europeu.....	17
2.2.6. Síntese	19
2.3. História da política portuguesa e o Ambiente	22
2.3.1. Partidos políticos	22
2.3.2. Primeira República (1910-1926)	23
2.3.3. Segunda República (1926-1974)	24
2.3.4. Terceira República: Governos Provisórios (1974-1976)	25
2.3.5. Terceira República: Governos Constitucionais (1976-Presente).....	27
2.4. Partidos “verdes” em Portugal.....	35
2.4.1. Evolução do desempenho no Parlamento Português.....	35
2.4.2. Origem dos porta-vozes	37
3. Metodologia	39
3.1. Abordagem	39
3.2. Definição dos objectivos, âmbito e estrutura	40
3.3. Pesquisa bibliográfica e estatística	40
3.4. Planeamento e execução do trabalho de campo.....	40
3.5. Breve caracterização dos inquiridos	44
3.6. Tratamento e análise dos dados recolhidos	46
4. Resultados e discussão	47
4.1. Importância das questões ambientais.....	47
4.2. Importância da presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos.....	53
4.3. Marcos históricos de Ambiente em Portugal.....	59

4.4.	Principais desafios ambientais para Portugal	66
4.5.	Importância do suporte técnico na tomada de decisão.....	69
4.6.	Classificação dos meios disponíveis.....	73
4.7.	Suporte técnico disponível em matéria de Ambiente.....	77
4.8.	Relacionamento com profissionais de ambiente.....	84
4.9.	Trabalhos jornalísticos mais marcantes em matéria de ambiente.....	86
5.	Recomendações.....	89
6.	Conclusão.....	91
	Referências bibliográficas	93
	ANEXO I – Notas biográficas	101

Índice de figuras

Figura 2.1- Cronologia da formação dos partidos verdes	9
Figura 2.2 - Espectro político dos partidos verdes portugueses	9
Figura 2.3 - Resultados do Índice de Desempenho Ambiental (EPI) 2018	10
Figura 2.4 – Categorias consideradas no CCPI.....	11
Figura 2.5 - Resultados do Índice de Desempenho das Alterações Climáticas (CCPI) 2019 ...	12
Figura 2.6 - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.....	13
Figura 2.7 - Resultados do Índice dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) 2018	14
Figura 2.8 - Percentagem de incorporação de renováveis no sector da eletricidade, em 2016	14
Figura 2.9 - Resultados da Pegada Ecológica <i>per capita</i> no mundo	16
Figura 2.10 - Pegada Ecológica: número de planetas necessários de acordo com o estilo de vida da população portuguesa	17
Figura 2.11 – Evolução dos grupos integrantes dos Verdes no Parlamento Europeu (PE)	18
Figura 2.12 – Número de deputados do grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Greens/EFA) por país em 2018	19
Figura 2.13 - Infografia da temática das alterações climáticas a nível nacional	20
Figura 2.14- Sub-Índice europeu de pobreza energética ao nível doméstico	21
Figura 2.15 - Número de deputados dos partidos verdes nas eleições legislativas	36
Figura 3.1 – Esquema conceptual da metodologia realizada.....	39
Figura 3.2 - Esquema do processo dos inquéritos.....	41
Figura 3.3 – Grupos seleccionados para a realização dos inquéritos	42
Figura 3.4 – Número de inquiridos: sexo masculino (rosa) e sexo feminino (azul)	44
Figura 4.1 - Classificação atribuída à importância das questões ambientais.....	47
Figura 4.2 - Classificação global das questões ambientais em cada grupo	51
Figura 4.3 - Importância atribuída à presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos	53
Figura 4.4 - Classificação global da importância da presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos em cada grupo	58
Figura 4.5 - Grupos de marcos históricos da política de ambiente mais mencionados pelos inquiridos	59
Figura 4.6 - Grupos de marcos históricos da política de ambiente	60
Figura 4.7 - Marcos históricos singulares das políticas de ambiente mais mencionados pelos inquiridos	61
Figura 4.8 - Marcos históricos da política de ambiente considerados pela autora	62
Figura 4.9 - Grupos de desafios ambientais mais mencionados pelos inquiridos	66
Figura 4.10 - Grupos de desafios e subdesafios ambientais	67
Figura 4.11 - Desafios ambientais singulares mais mencionados pelos inquiridos.....	67
Figura 4.12 - Avaliação global da relação entre o suporte técnico e a tomada de decisão	72

Figura 4.13 - Classificação atribuída ao meios disponíveis	73
Figura 4.14 - Classificação global sobre os meios disponíveis.....	76
Figura 4.15 - Formação dos membros da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (Fonte: Parlamento, 2015a).....	79
Figura 4.16 - Formação base dos técnicos especialistas do Governo	82
Figura 4.17 - Balanço sobre o relacionamento dos inquiridos com profissionais de ambiente .	86
Figura 5.1 - Assessoria no gabinete do Primeiro-Ministro.....	89

Índice de tabelas

Tabela 2.1 – Categorias consideradas no EPI	10
Tabela 2.2 - Definição dos critérios de cálculo da Pegada Ecológica	15
Tabela 2.3 - Ambiente nos Governos Provisórios	27
Tabela 2.4 - Ambiente nos Governos Constitucionais	32
Tabela 2.5 - Resultados de Portugal nas eleições ao Parlamento Europeu em 2014.....	37
Tabela 3.1 – Lista de perguntas realizadas aos inquiridos.....	43
Tabela 3.2 - Listagem de personalidades inquiridas	44
Tabela 4.1 - Importância do suporte técnico na tomada de decisão.....	69
Tabela 4.2 - Formação dos deputados à Assembleia da República e na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH).....	78
Tabela 4.3 - Diplomados no ensino superior: total e por área de educação e formação.....	78
Tabela 4.4 - Número de deputados à Assembleia da República e na CAOTDPLH	79
Tabela 4.5 - Assessoria dos partidos políticos parlamentares	80

Lista de siglas e acrónimos

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AD – Aliança Democrática
AEA – Agência Europeia do Ambiente
AIA – Avaliação de Impacte Ambiental
AML – Assembleia Municipal de Lisboa
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
APAP – Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas
APU – Aliança Povo Unido
AR – Assembleia da República
ARH – Administração das Regiões Hidrográficas
ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental
CAOTDPLH – Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação
CCPI – *Climate Change Performance Index*
CCV – Compromisso para o Crescimento Verde
CDS-PP – Centro Democrático Social-Partido Popular
CDU – Coligação Democrática Unitária
CEE – Comunidade Económica Europeia
CNA – Comissão Nacional do Ambiente
CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CRP – Constituição da República Portuguesa
CUF – Companhia União Fabril
DGADR – Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DPH – Domínio Público Hídrico
DURP – Deputado Único Representante de um Partido
EIA – Estudo de Impacte Ambiental
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
EPI – *Environmental Performance Index*
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
FCT NOVA – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
FCUL – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEE – Gases com Efeito de Estufa
GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
GP – Grupo Parlamentar
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

IPCC – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas

ISA-UL – Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

MDP/CDE – Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral

MFA – Movimento das Forças Armadas

MPT – Movimento Partido da Terra

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente

ONU – Organização das Nações Unidas

OT – Ordenamento do Território

PCP – Partido Comunista Português

PDM – Plano Director Municipal

PE – Parlamento Europeu

PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

PEN – Plano Energético Nacional

PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

PH – Partido Humanista

PNBEPH – Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Eléctrico

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNPA – Plano Nacional da Política de Ambiente

POAP – Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas

PPD/PSD – Partido Popular Democrático / Partido Social Democrata

PPM – Partido Popular Monárquico

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PS – Partido Socialista

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RFV – Reforma Fiscal Verde

RNC2050 – Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

SDG – *Sustainable Development Goals*

SEAM – Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade

SEFDR – Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

UE – União Europeia

1. Introdução

1.1. Enquadramento

Numa democracia representativa, os cidadãos delegam a tarefa de governar aos seus representantes eleitos, partindo do princípio de que as políticas públicas por estes adoptadas venham a reflectir as suas prioridades. Esta resposta designa-se por responsividade democrática.

A definição de sistemas partidários mais citada na literatura da ciência política é a de Giovanni Sartori: resultam de interacções entre os vários partidos, e apresentam propriedades que não se encontram numa consideração separada dos elementos que os compõem, diferenciando-se assim do conjunto de partidos políticos. A interacção partidária assume duas formas, a competição entre os partidos em busca do poder político ou a cooperação entre os mesmos, que ocorre, por exemplo, quando diferentes forças partidárias formam uma coligação. Assim, os sistemas partidários desempenham um papel central no modelo de governação da democracia representativa (Jalali, 2017).

Assume-se que os sistemas partidários se encontram consolidados quando as interacções interpartidárias são estáveis e previsíveis (Jalali, 2017). No caso português, é mais provável que o Partido Socialista (PS) ou o Partido Social Democrata (PSD) sejam eleitos nas próximas eleições legislativas do que qualquer outro partido concorrente. Quando a responsividade democrática deixa de ser correspondida, por exemplo, devido a transformações sociais, o sistema partidário enfraquece e instabiliza, e surgem novos partidos, como os partidos ecologistas, com um eleitorado que valoriza questões ambientais, estilos de vida alternativos e valores libertários no domínio individual e social.

As primeiras políticas de ambiente em Portugal, designadas “políticas de primeira geração”, tiveram o objectivo de combater os principais problemas ambientais que se atravessava, nomeadamente na gestão da água, ar, resíduos e solos. O país deparava-se com problemas de saneamento básico, nomeadamente no abastecimento de água e tratamento de águas residuais, poluição dos rios, lixeiras, contaminação dos solos, degradação da qualidade do ar e um forte desordenamento do território.

As lixeiras e os esgotos provocavam um cheiro tão intenso, que ainda hoje Carlos Pimenta, ex-Secretário de Estado do Ambiente, se recorda ter de fechar o vidro quando andava de carro com os pais no Barreiro, durante a sua infância. Do mesmo modo, lembra-se da queda de um candelabro de tecto, devido à acidez do ar que corroía os aros que o sustentavam, pois se encontrava próximo da CUF (Companhia União Fabril), onde os pais e conhecidos trabalhavam, que deteriorava a qualidade do ar em redor. Considera que “era um problema de ambiente de proximidade”, algo que praticamente não se verifica hoje. Segundo o mesmo, vive-se “uma situação de cataclismo, de verdadeira ruptura sistémica do funcionamento dos

ciclos planetários, independentemente de olharmos para a cidade e a cidade estar mais bonita” (comunicação pessoal, 15 de Outubro, 2018).

Portugal, na sua breve história ambiental, manteve um perfil muito discreto ao nível da sua intervenção política e pública, sendo que nos seus primórdios, teve uma tarefa quase estritamente científica e académica, liderada pela Liga para a Protecção da Natureza (LPN), primeira Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) portuguesa. De facto, foi devido a pressões e acontecimentos externos, impulsionados pela sua adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), que as políticas ambientais chegaram ao país (Schmidt, 2008a).

O discurso político tem-se tornado cada vez mais num discurso responsabilizante, criando-se uma grande necessidade de integração entre o sistema económico, social e ambiental (Fernandes, 2001). De acordo com o Papa Francisco, na sua encíclica *Laudato Si'* - sobre o cuidado da Casa Comum, “as questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento económico já não se podem olhar apenas a partir das diferenças entre os países, mas exigem que se preste atenção às políticas nacionais e locais” (Francisco, 2015).

Em Portugal, as questões ambientais tiveram um percurso muito próprio, e são relativamente recentes nas políticas públicas, na agenda política e no discurso dos portugueses (Luísa Schmidt, 2008a). Embora haja muita literatura sobre o debate político no domínio do ambiente, há pouca investigação em Portugal sobre os mecanismos que levam à consagração das preocupações ambientais nas políticas públicas, e em particular sobre o papel dos profissionais de ambiente nos partidos e no processo político.

1.2. Objectivos e âmbito

Pretende-se conhecer melhor o funcionamento do Parlamento e dos partidos que aí trabalham em matéria de políticas de ambiente, e destacar a importância do profissional de ambiente nesse contexto.

O objectivo da dissertação é investigar a importância atribuída ao Ambiente na política portuguesa, e mais especificamente, a contribuição dos profissionais de ambiente nos partidos políticos: como a presença desses profissionais afecta a formulação de políticas públicas e a decisão do eleitorado na sua escolha eleitoral.

Questões de investigação: importância atribuída às questões ambientais e à presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos; quais os principais marcos que Portugal alcançou em matéria de ambiente e quais os principais desafios que enfrenta; quão decisivo é o trabalho técnico para se chegar a uma decisão política correcta; se os meios actuais são satisfatórios para contribuir para uma melhoria contínua das políticas de ambiente; se os grupos parlamentares incluem profissionais de ambiente na sua equipa técnica, e que funções lhes são atribuídas; se o relacionamento com profissionais de ambiente é positivo; e por fim, que temáticas ambientais foram mais marcantes nos trabalhos jornalísticos realizados.

1.3. Organização da dissertação

Esta dissertação não será redigida ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990 e será constituída por seis capítulos principais:

1. A **introdução** é composta por um enquadramento geral que permite ao leitor entender noções básicas sobre a política e democracia, assim como o estado do ambiente em Portugal nos seus primórdios; define-se os objectivos e âmbito da dissertação; e por fim, apresenta-se a estrutura geral do documento.
2. Na **revisão de literatura**, pretende-se investigar: conceitos básicos sobre a ecologia, o Ambiente e a política; quais os países mais “verdes”, e onde se encaixa Portugal; a evolução do Ambiente na política portuguesa, através da análise da sua história; a génese dos partidos ecologistas em Portugal e a sua evolução; por fim, a relação entre a formação dos porta-vozes e os partidos verdes.
3. Relativamente à **metodologia** utilizada, pretende-se mostrar os principais passos realizados para a elaboração da dissertação: como se definiu os objectivos, âmbito e estrutura; que tipo de pesquisa bibliográfica e estatística foi realizada; como se planeou e realizou o trabalho de campo; e de que modo foi feito o tratamento e análise dos dados recolhidos.
4. Seguidamente, apresentam-se os **resultados e discussão** do trabalho de campo realizado, e, portanto, as respostas dos inquiridos, com o respectivo tratamento estatístico, e uma interpretação e análise dos mesmos.
5. Apresentam-se algumas **recomendações** à Assembleia da República, com o objectivo de melhorar o tratamento das questões ambientais no Parlamento.
6. Por fim, a **conclusão** pretende fazer uma síntese do que foi investigado e concluído.

2. Revisão de literatura

2.1. A ecologia e a política

2.1.1. Conceitos básicos

As expressões “Ecologia”, “Ecologismo” e “Ambiente” são conceitos frequentemente confundidos ou usados como sinónimos, erradamente (Joanaz de Melo e Pimenta, 1993).

A “Ecologia” é uma disciplina científica, um ramo das Ciências da Vida que estuda as relações dos organismos vivos entre si e com o seu ambiente físico. Por outro lado, o “Ecologismo” é uma ideologia que defende um estilo da sociedade com a particularidade de atribuir uma importância crucial à questão do equilíbrio ecológico (Joanaz de Melo e Pimenta, 1993), e assenta num conjunto de pressupostos que afastam os seres humanos da posição central que ocuparam na avaliação social e política (Smith, 1998, p.14 *apud* Pereira, 2011).

De acordo com a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril), o “Ambiente” é definido como o “conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem”. Envolve todas as coisas vivas e não-vivas na Terra, ou em alguma região dela, que afectam os ecossistemas e a vida dos humanos (CMG, 2014). O “ambientalismo” é um movimento político e ético que procura melhorar e proteger a qualidade do Ambiente natural através de mudanças nas actividades humanas prejudiciais ao Ambiente, adoptando formas de organização política, económica e social consideradas necessárias, ou pelo menos favoráveis, ao tratamento benigno do Ambiente pelos seres humanos (Elliott, 2018).

Não existe uma definição concreta no que diz respeito ao “profissional de ambiente”. De acordo com Luísa Schmidt, deve ter-se uma visão destes profissionais de uma forma transversal, ou seja, verificar o que é mais técnico e que profissões podem ser consideradas nesta área, mas que não têm uma leitura tão evidente (comunicação pessoal, 5 de Dezembro, 2018). Caracterizam-se mais pela área de especialização em Ambiente do que a sua formação base, e de acordo com o seu próprio trabalho e experiência, determinam o rótulo que querem aplicar a si próprios. Um Engenheiro de Ambiente, o profissional de ambiente por norma, pode inclusivamente não se auto-intitular desse modo, se a sua carreira seguir outro rumo. Por outro lado, não é frequente os Sociólogos seguirem uma carreira ligada ao Ambiente, no entanto, há casos desses em Portugal.

Exemplos de profissionais de ambiente com diversas funções:

- Engenheiro do Ambiente;
- Engenheiro Florestal;
- Engenheiro Agrónomo;

- Engenheiro Químico;
- Engenheiro Civil;
- Biólogo;
- Geólogo;
- Geógrafo;
- Arquitecto Paisagista;
- Sociólogo.

2.1.2. De movimentos ecologistas à criação de partidos verdes

Embora a preocupação mais focada sobre as questões ambientais tenha surgido entre finais dos anos 1960 e início de 1970, as origens do que hoje se designa por ambientalismo remontam ao século XIX, com os movimentos pioneiros ingleses e norte-americanos (Schmidt, 2008a). As primeiras organizações e leis ambientais surgem em Inglaterra, em resposta ao problemas causados pela revolução industrial, nomeadamente, devido aos fumos resultantes da combustão do carvão. Estes movimentos têm o propósito de proteger a natureza: os movimentos ingleses pretendem proteger o campo da expansão urbana (Buller, 1997 *apud* Schmidt, 2008a) e os norte-americanos criam os primeiros parques nacionais.

Vinte anos depois, é criada uma associação norte-americana, com o objectivo de conservar a floresta e outros recursos naturais nas serras da Califórnia. Em 1909, realiza-se o primeiro Congresso Internacional para a Protecção da Natureza, em Paris. Segundo Luísa Schmidt, “a maioria destes movimentos, convenções, leis e causas inscrevem-se numa perspectiva restrita e complacente, de tradição marcadamente conservacionista, revelando uma preocupação dominante ora com a gestão dos recursos naturais, ora com a simples preservação da natureza em si própria” (Schmidt, 2008a). Estes movimentos estão ligados às elites intelectuais, nomeadamente aos meios universitários e científicos que têm em vista preservar a natureza selvagem.

A partir da segunda metade do século XX, desenvolve-se o conceito de Ambiente, suscitando uma preocupação não só com os recursos naturais, mas também com valores, instituições, tecnologias e a organização social, e ainda com a forma como o homem influencia o uso e a conservação desses recursos. Este novo movimento dá mais valor aos ecologistas profissionais e às associações ambientalistas e tem uma percepção mais ampla e cientificamente requintada da relação existente entre o homem e o Ambiente, bem como uma gama mais ampla de preocupações ambientais. É neste período que o número de associações ambientalistas expande, em conjunto com os cientistas e o forte impulso dos órgãos de comunicação social, através dos quais se dá início a uma divulgação massiva junto da população sobre a relação entre os problemas ambientais e a actividade humana (Pereira, 2014).

Em Portugal, o nível de participação e envolvimento cívicos na causa ambiental é bastante reduzido nos anos 1990, em que apenas dois em cada mil portugueses tem afiliação em

alguma associação ambientalista (Soromenho-Marques, 2005). Deve-se sublinhar, no entanto, que a capacidade de influência desse movimento cresce bastante, quando comparado com os anos 60 e 70. Destaca-se a criação da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente em 1991, na sequência do primeiro Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente. É a maior organização ambientalista do país, integrando 110 ONGA (CPADA, s.d.). De acordo com Soromenho-Marques, “o nível de formação científica e social dos seus quadros, a capacidade de trabalho sobre temas actuais de grande complexidade, a credibilidade junto do público ganha ao longo de campanhas e lutas concretas” permitiram que algumas ONGA se transformassem num factor determinante na agenda ambiental portuguesa (Soromenho-Marques, 2005).

Tanto a LPN como o GEOTA são ONGA ligadas à formulação de doutrinas. Enquanto representante da Sociedade Civil, a LPN “deve desempenhar um papel de charneira na definição de políticas públicas, que promovam um desenvolvimento sustentável e assegurem a preservação dos recursos naturais”, destacando-se o seu importante papel no acompanhamento da implementação das diversas políticas europeias de ambiente, nomeadamente, a sua intervenção no processo de implementação da Rede Natura 2000 em Portugal e do financiamento da conservação da natureza, da Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas (LPN, 2018). Do mesmo modo, uma das prioridades do GEOTA é a “intervenção junto dos poderes políticos ao mais alto nível, no sentido de promover um modelo de desenvolvimento sustentável” (GEOTA, 2013). Dentre as suas intervenções, destaca-se a formulação da primeira proposta da “Lei Quadro do Ambiente”, em 1983, que seria uma das origens da pioneira Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril), que veio a tornar Portugal num dos primeiros países do mundo a promulgar uma lei dessa natureza.

A Quercus destaca-se na agenda mediática e no combate a causas concretas: por um lado, através do acompanhamento de projectos, obras e denúncia de acções atentatórias do património natural, utilizando a comunicação social, acções judiciais ou fazendo parte de plataformas de ONG; por outro lado, através da implementação de projectos concretos de estudo e levantamento do património natural, e da criação de estruturas para a conservação de espécies, como os centros de recuperação de animais selvagens (Quercus, s.d.).

O precursor da ecologia política em Portugal é o Arquitecto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, que dá o primeiro passo na passagem da vida académica para o campo da proposta política em matéria ambiental: através de uma intervenção televisiva a propósito das grandes cheias que assolaram a cidade de Lisboa em 1967, denuncia a inadequada política social e de urbanismo do regime ditatorial. Em 1974, funda o primeiro partido político a abraçar a causa ambiental, o Partido Popular Monárquico. É um partido que defende a restauração da monarquia em Portugal, mas mantém como principais bandeiras a defesa da ecologia e a salvaguarda do património cultural e histórico (AML, s.d.). Freitas do Amaral sustenta o PPM como o primeiro partido verde em Portugal desde a sua fundação (Pereira, 2014). No seu programa eleitoral mais recente, é referido que a “ecologia não é um exclusivo da esquerda,

mas sim uma área prioritária para qualquer Estado e para o Mundo” (PPM, 2015), enfatizando a ecologia como um aspecto fundamental em todo o espectro político.

Em 1982, um grupo de cidadãos interessados em promover uma intervenção ecologista mais activa na sociedade portuguesa funda o Movimento Ecologista Português – Partido “Os Verdes”, actualmente designado como Partido Ecologista “Os Verdes”. Este partido nunca se apresenta a qualquer acto eleitoral desligado do Partido Comunista Português, apesar de eleger deputados à Assembleia da República. Alguns autores consideram que o movimento ecologista português tenha sido prejudicado pela coligação entre o PCP e o PEV, fazendo com que todas as organizações ambientalistas passassem a ser conotadas como pró-comunistas (Múrias, 1992, p.92 *apud* Pereira, 2014). Atribui-se ao insucesso do PEV, a falta de entendimento entre a “ala ecologista” e a “ala pró-comunista”, resultando na perda da sua expressão (Joanaz de Melo e Pimenta, 1993, p. 138). É actualmente o partido português que integra o Partido Verde Europeu.

Segue-se o Movimento Partido da Terra, fundado por Ribeiro Telles em 1993, assumindo-se como um partido ecologista e humanista. Tem como centro das suas preocupações as relações entre o Ambiente, a Terra e os cidadãos (MPT, s.d.). O MPT nunca se afirma no sistema político português devido aos seus resultados eleitorais diminutos. Ribeiro Telles justifica estes resultados devido à falta de financiamento necessário para uma campanha eleitoral aceitável, culpando a comunicação social pelo reduzido tempo de antena conferido e a sua prática de ignorar os pequenos partidos (Pereira, 2014).

Em 2009, é fundado o Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), originalmente defensor somente da causa animal. Actualmente, visa promover valores éticos e ambientais, e o bem estar de todos, humanos e não-humanos, propondo-se a criar as condições jurídicas e políticas necessárias para tal. É um partido que defende “uma transição económica, social e cultural baseada na ecologia profunda, na sustentabilidade de todos os ecossistemas e no respeito pelo valor intrínseco de todas as formas de vida” (PAN, 2009).

No contexto de um processo de convergência, o partido LIVRE forma uma candidatura cidadã em 2014, envolvendo vários movimentos progressistas de esquerda e independentes. Ao contrário dos outros partidos, o seu porta-voz é rotativo através de um grupo de contacto. Este partido defende a ecologia, procurando promover uma cultura de sustentabilidade, respeito pela natureza, prudência no uso de recursos e prolongamento do bem-estar natural para as gerações futuras (LIVRE, 2013). De acordo com Carlos Teixeira, na sua candidatura às primárias do LIVRE em 2019, “é fundamental a entrada de deputados verdadeiramente ecologistas na Assembleia da República. Deputados que tenham uma relação absolutamente honesta com o conhecimento científico, saibam do que estão a falar, e tenham a coragem para avançar com projectos de lei verdadeiramente progressistas” (LIVRE, 2019).

Através da figura 2.1, é possível observar uma cronologia da génese dos cinco “partidos verdes” considerados pela autora:

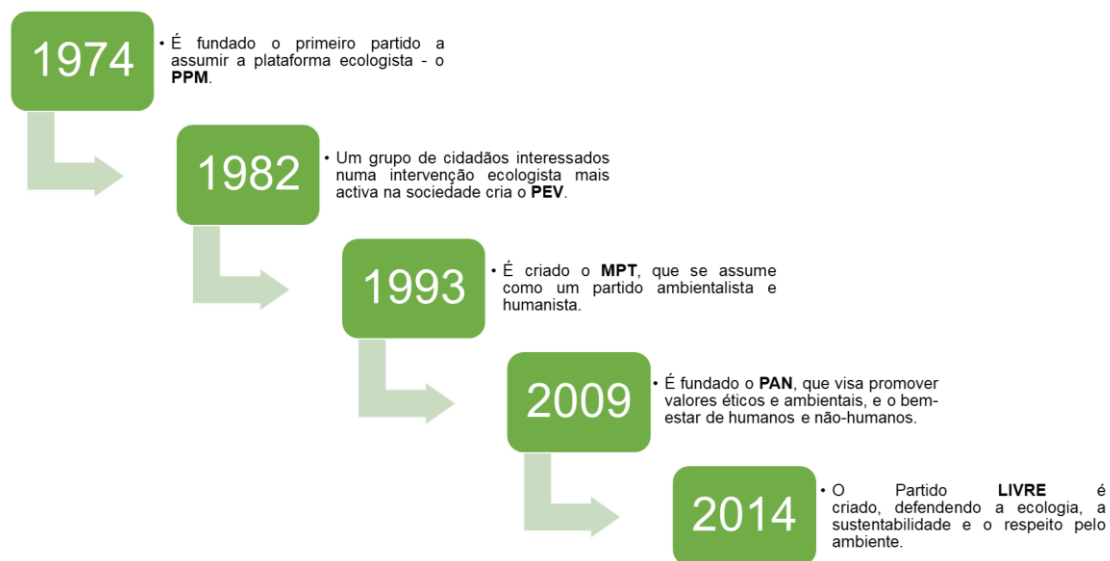


Figura 2.1- Cronologia da formação dos partidos verdes

Embora seja difícil classificar o PPM num horizonte bidimensional esquerda-direita, o partido alcançou maior notoriedade pela participação em movimentos políticos de centro-direita com o PSD e CDS-PP, sendo incluído nesse espectro político. Mais tarde surgiu o PEV, um partido de esquerda, sempre ligado ao PCP. Seguidamente, emergiu o MPT e o PAN ao centro, e finalmente, o LIVRE, que declara ser um novo partido no meio da esquerda. Observando a figura 2.2, conclui-se que os partidos verdes portugueses considerados pela autora não seguem um determinado espectro político.



Figura 2.2 - Espectro político dos partidos verdes portugueses

2.2. Os países mais “verdes”

2.2.1. Índice de Desempenho Ambiental

Para a formulação de boas políticas, é necessário garantir uma medição cuidadosa das tendências e progressos ambientais. Foi criado um índice que avalia o desempenho ambiental a nível global, designado *Environmental Performance Index* (EPI), com o poder de destacar os países com melhor desempenho ambiental, fornecer introspecção sobre as melhores práticas a seguir e oferecer linhas de orientação para uma boa liderança em sustentabilidade (EPI, 2018a). O índice é da responsabilidade do Centro de Política e Lei Ambiental da Universidade de Yale, em conjunto com a Rede de Informação do Centro Internacional de Ciências da Terra da Universidade de Colômbia.

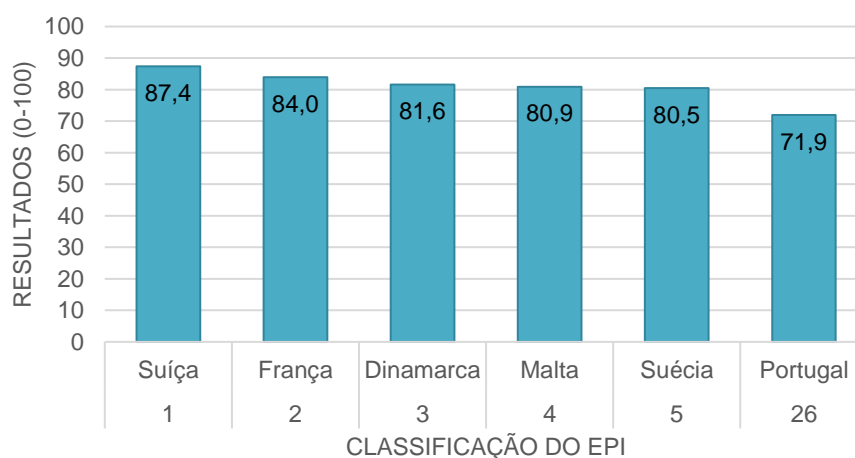
Através da tabela 2.1, é possível verificar que categorias são consideradas para classificar os 180 países em questão.

Tabela 2.1 – Categorias consideradas no EPI

Saúde Ambiental	Vitalidade do ecossistema
Qualidade do Ar	Biodiversidade e Habitat
Água e Saneamento	Florestas
Metais Pesados	Pescas
	Clima e Energia
	Poluição do Ar
	Recursos Hídricos
	Agricultura

Fonte: EPI, 2018b

Observando a figura 2.3, é possível concluir que os cinco países com melhor desempenho ambiental são a Suíça, França, Dinamarca, Malta e Suécia.



Fonte: EPI, 2018c

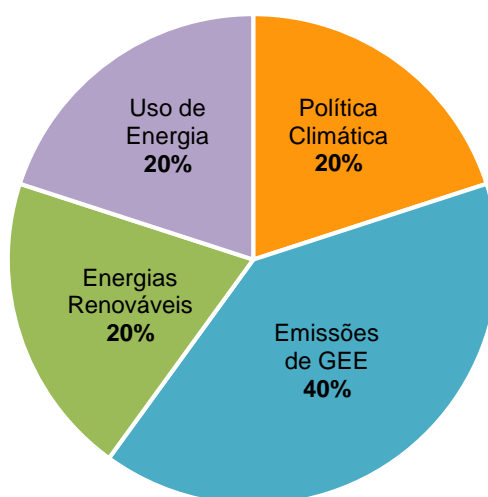
Figura 2.3 - Resultados do Índice de Desempenho Ambiental (EPI) 2018

Na Saúde Ambiental, a Suíça destaca-se em “Água e Saneamento”, enquanto a Dinamarca, Malta e Suécia revelam-se na “Qualidade do Ar”. Na Vitalidade do Ecossistema, a Suíça tem um elevado desempenho em “Clima e Energia” e “Poluição do Ar”, ao passo que França, Dinamarca e Malta obtiveram as melhores pontuações em “Biodiversidade e Habitat”. De uma forma geral, estes países exibem compromissos a longo prazo para proteger a saúde pública, preservar os recursos naturais e dissociar as emissões de GEE da actividade económica.

Portugal faz parte dos 30 melhores países do mundo, na 26ª posição. O país obteve um bom resultado na Saúde Ambiental, no entanto, falhou na Vitalidade do Ecossistema, devido ao desastroso desempenho em “Agricultura”, em que foi avaliada a gestão de azoto. Na categoria “Florestas”, o país foi igualmente medíocre, devido à perda de cobertura de árvores, causada pelos constantes incêndios florestais. Também na categoria de “Pescas”, Portugal teve uma classificação muito baixa, indicando uma má gestão nessa área.

2.2.2. Índice de Desempenho das Alterações Climáticas

De forma a aumentar a transparência nas políticas climáticas, foi criado o *Climate Change Performance Index* (CCPI). Através deste índice, é possível criar pressão política e social aos países que não apresentam medidas ambiciosas de protecção climática, assim como destacar os países com as melhores práticas. Com base em critérios padronizados, é avaliado e comparado o desempenho de protecção climática em 56 países e na UE, que juntos são responsáveis por mais de 90% das emissões globais de GEE (CCPI, 2018a). O índice é da responsabilidade da ONGA GermanWatch e da Rede Europeia de Acção Climática. Através da figura 2.4, é possível verificar quais são as principais categorias do CCPI.

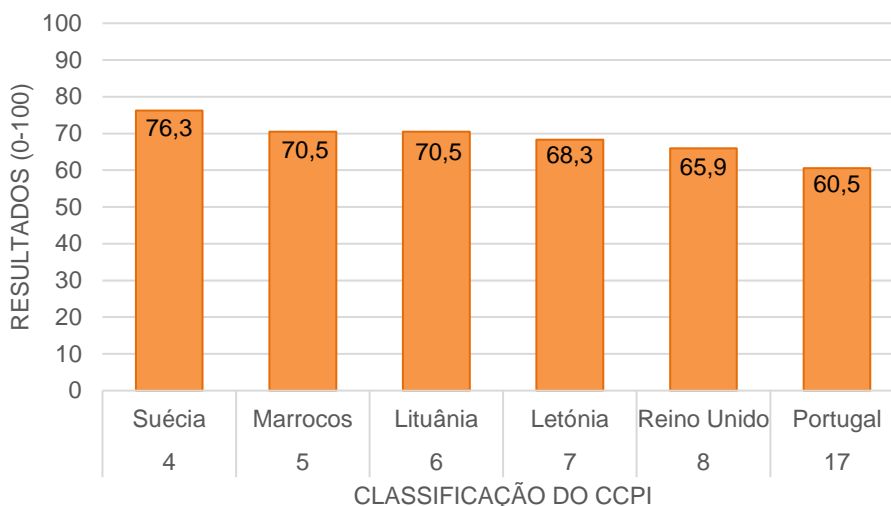


Fonte: CCPI, 2018b

Figura 2.4 – Categorias consideradas no CCPI

Analisando os resultados de 2018, divulgados na Cimeira do Clima das Nações Unidas, em Katowice (Polónia), é possível verificar que os cinco melhores países são a Suécia, Marrocos,

Lituânia, Letónia e Reino Unido (figura 2.5). Os primeiros três lugares encontram-se vazios, dado que nenhum país atingiu um nível alto o suficiente no desempenho relativo às alterações climáticas.



Fonte: CCPI, 2018a

Figura 2.5 - Resultados do Índice de Desempenho das Alterações Climáticas (CCPI) 2019

A Suécia é o país com melhor desempenho, destacando-se nas categorias de “Energias Renováveis” e “Emissões de GEE”. Marrocos tem aumentado significativamente o uso de energias renováveis nos últimos cinco anos, ocupando o segundo melhor lugar no CCPI. Ambos se encontram entre os cinco países com melhores políticas climáticas. A Lituânia e a Letónia apresentam igualmente um desempenho elevado em “Energias Renováveis”. Apesar da tendência acentuadamente crescente no uso de energia *per capita* da Lituânia, o seu nível actual e a meta para 2030 estão a contribuir para uma classificação alta na categoria de “Uso de Energia”. O Reino Unido apresenta um desempenho particularmente bom na categoria de “Emissões de GEE”, mas apenas médio nas categorias de “Uso de Energia” e “Energias Renováveis”. É atribuída uma classificação elevada na sua política climática internacional, caracterizando-se como um potencial líder mundial.

Portugal encontra-se entre os países com mais alto desempenho climático, muito devido à elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e ao plano de eliminação de carvão para 2030. Com uma participação relativamente alta em energias renováveis e uma ambiciosa meta de renováveis para 2030, o país tem uma alta taxa na categoria de “Energias Renováveis”. Na categoria de “Uso de Energia”, o país é classificado como médio. Um factor que afasta Portugal dos primeiros lugares é a sua fraca prestação relativamente à redução das emissões de GEE, nomeadamente em edifícios e transportes.

2.2.3. Índice dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adoptados por todos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, descrevem uma agenda universal que se aplica e deve ser implementada por todos os países. A partir da figura 2.6 é possível observar os 17 objectivos estabelecidos.

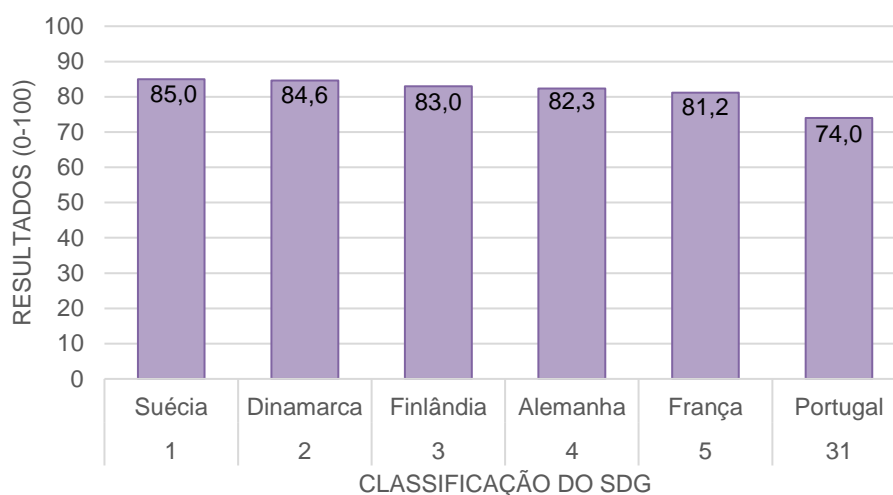


Fonte: UNESCO Portugal, 2018

Figura 2.6 - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Foi criado um índice que fornece um relatório do desempenho de 156 países na Agenda 2030 e nos ODS, designado *Sustainable Development Goals Index* (SDG). Este índice descreve o progresso dos países e indica as áreas que requerem um progresso mais rápido. A sua pontuação global e por meta podem ser interpretadas como a percentagem de realização: a diferença entre 100 e as pontuações dos países é a distância que precisa de ser concluída para atingir os ODS e as metas. O mesmo pacote de indicadores é usado para todos os países para gerar pontuações e classificações comparáveis (SDG Index, 2018). A formulação deste índice é da responsabilidade da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN) e da fundação *Bertelsmann Stiftung*.

Analisando a figura 2.7, é possível concluir que são três países nórdicos que lideram o SDG: a Suécia, a Dinamarca e a Finlândia.

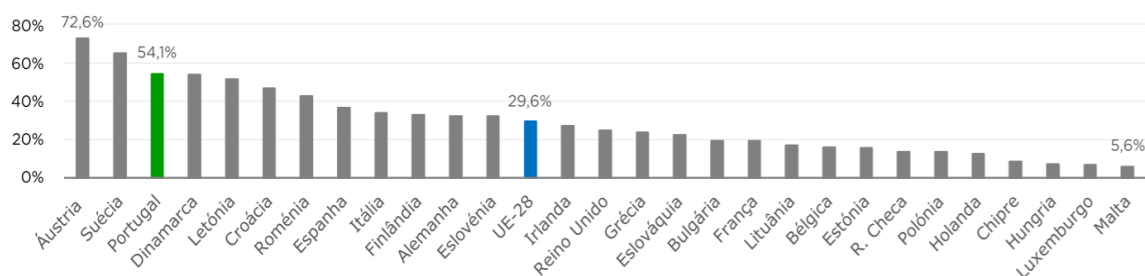


Fonte: SDG Index, 2018

Figura 2.7 - Resultados do Índice dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) 2018

A Suécia está, em média, a 85% do caminho para o melhor resultado possível nos 17 ODS, encontrando-se próxima de alcançar os objectivos “Erradicar a pobreza” e “Energias renováveis e acessíveis”. Tem um desempenho especialmente bom no indicador relativo à pobreza estimada, toda a população tem acesso à electricidade, e tem um elevado consumo energético através de fontes renováveis. A Dinamarca encontra-se mais próxima de alcançar os objectivos “Erradicar a pobreza” e “Reduzir as desigualdades”, destacando-se na sua baixa taxa de população idosa. A Finlândia também se encontra próxima de alcançar os mesmos objectivos que a Suécia, apesar de um pouco mais distanciada. A Alemanha e França estão mais próximas de alcançar o objectivo “Erradicar a pobreza”, tal como os países nórdicos.

Portugal encontra-se na 31ª posição do SDG, a 74% do caminho para o melhor resultado possível. Está mais perto de alcançar o objectivo “Energias renováveis e acessíveis”, juntando-se à Suécia e à Finlândia. Isso está em linha com os dados do Relatório do Estado do Ambiente (2018), que coloca o país em terceiro lugar, relativamente à quota de electricidade proveniente de fontes renováveis (figura 2.8).



Fonte: REA, 2018

Figura 2.8 - Percentagem de incorporação de renováveis no sector da electricidade, em 2016

2.2.4. Pegada Ecológica

A contabilização da Pegada Ecológica mede a procura e a oferta da natureza. Do lado da procura, mede os activos ecológicos que uma determinada população requer para produzir os recursos naturais que consome, e absorver os seus resíduos, especialmente as emissões de carbono (Global Footprint Network, s.d.).

A Pegada Ecológica é constituída por seis pegadas distintas: Carbono, Pastagem, Floresta, Pesca, Solo Agrícola e Área Construída. Na tabela 2.2 é possível observar os critérios de cálculo para cada pegada. O somatório de todas as pegadas representa a Pegada Ecológica total de um sistema (Branco, 2012).

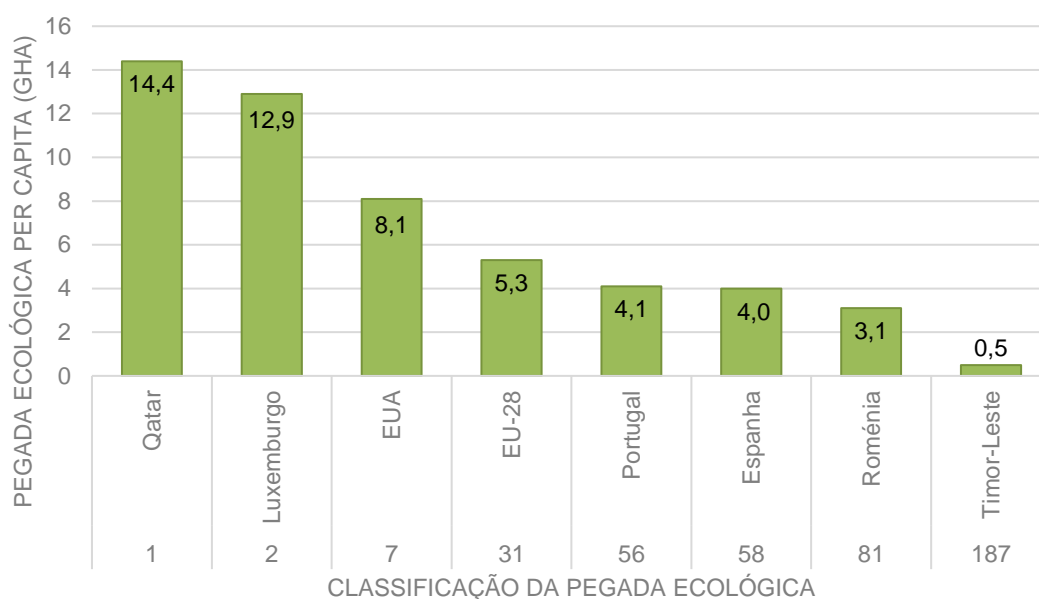
Tabela 2.2 - Definição dos critérios de cálculo da Pegada Ecológica

Pegada	Critério de cálculo
Carbono	Área florestal necessária para capturar as emissões de CO ₂ resultantes da queima de combustíveis fósseis, mudanças de uso de solo e processos químicos. As emissões de CO ₂ absorvidas pelos oceanos não são contabilizadas.
Pastagem	Área de pastagem necessária para a produção de carne, leite e derivados, pele e lã.
Floresta	Quantidade de madeira e produtos derivados, pasta e madeira utilizados para combustível, consumidos por cada país anualmente.
Pesca	Estimativa da produtividade primária necessária para sustentar os peixes e o marisco pescado.
Solo Agrícola	Área utilizada na produção de alimento e fibra para alimentação, rações, óleos e borracha.
Área Construída	Área ocupada por infra-estruturas humanas, incluindo transportes, habitação, indústrias e albufeiras artificiais.

Fonte: Branco, 2012 (adaptado de WWF, 2010)

A *Global Footprint Network* é uma organização internacional sem fins lucrativos com o objectivo de ajudar a acabar com a sobrecarga ecológica, tornando os limites ecológicos centrais para a tomada de decisão. Esta rede calcula a Pegada Ecológica a nível mundial, bem como a biocapacidade de cada país, ou seja, a capacidade biológica para produzir os recursos naturais consumidos pela população e de absorver os resíduos gerados pela mesma (Global Footprint Network, s.d.). Ambas são medidas em hectares globais (gha).

Na figura 2.9 é possível observar os países com a maior e menor pegada ecológica *per capita* europeia e do mundo, a média da União Europeia, a classificação dos Estados Unidos da América, e por fim, onde se encaixa Portugal e o seu país vizinho, Espanha.



Fonte: Global Footprint Network, 2019a

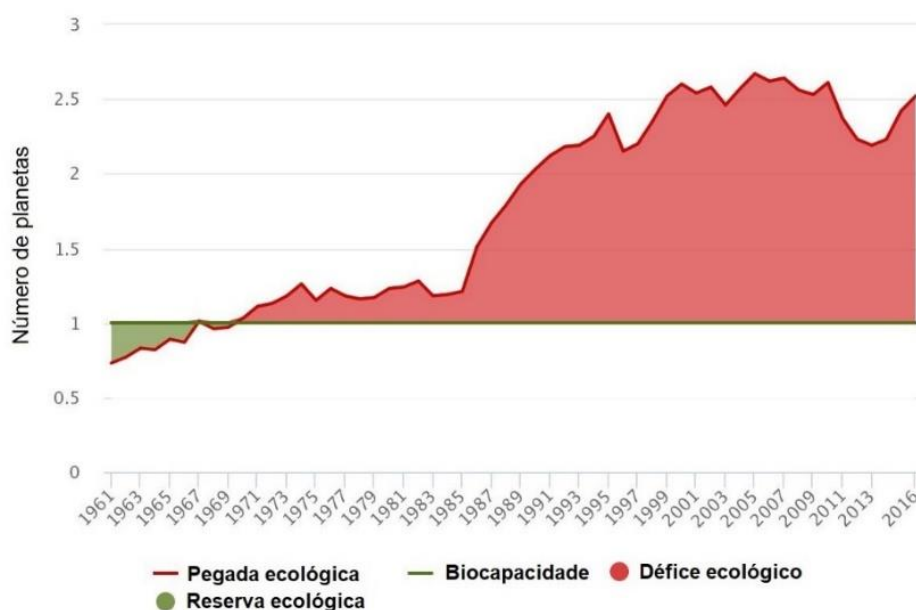
Figura 2.9 - Resultados da Pegada Ecológica *per capita*

Através da análise de 187 países, conclui-se que o Qatar é o país que apresenta a maior pegada ecológica por pessoa a nível mundial, e Luxemburgo tem a maior pegada da União Europeia e segunda maior do mundo. Os EUA fazem parte dos países que apresentam maior pegada ecológica por pessoa, encontrando-se no sétimo lugar a nível mundial.

A média da União Europeia é bastante superior à dos países africanos e asiáticos, muito devido ao facto de ser constituída por países mais desenvolvidos, e, portanto, com maior área construída e menor área florestal. Verifica-se que países nórdicos como a Suécia, Dinamarca e Finlândia, embora tenham sido bem classificados nos índices anteriores, encontram-se nos vinte piores lugares na classificação da pegada ecológica *per capita*.

A Roménia é o país com menor pegada da União Europeia, no entanto, ainda se encontra bastante distante dos resultados de Timor-Leste, que é o país com a menor pegada ecológica por pessoa no mundo.

No caso de Portugal e Espanha, a sua pegada é semelhante. Embora Portugal tenha reduzido a sua pegada ecológica entre 2010 e 2013, como se observa na figura 2.10, verifica-se que em 2016 seriam necessários 2,52 planetas para a população portuguesa manter o seu estilo de vida. Já os países nórdicos europeus necessitariam à volta de quatro planetas, o que significa que é fundamental mudar comportamentos, nomeadamente nos países mais desenvolvidos.



Fonte: Global Footprint Network, 2019b

Figura 2.10 - Pegada Ecológica: número de planetas necessários de acordo com o estilo de vida da população portuguesa

2.2.5. Parlamento Europeu

De forma a averiguar a sensibilidade ambiental nos Estados-membros da União Europeia, investigou-se a sua presença no Grupo dos Verdes, pertencente ao Parlamento Europeu (PE).

O Parlamento Europeu é uma das principais instituições da União Europeia, sendo constituído por oito grupos políticos. Destaca-se o grupo Os Verdes/Aliança Livre Europeia (Greens/EFA) e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL). Uma vez que a componente ecológica e ambiental do Grupo dos Verdes é bastante mais forte, investigou-se apenas esse grupo.

Os Verdes participaram no palco europeu pela primeira vez em 1984, quando os seus primeiros membros foram eleitos nas segundas eleições do PE. A Alemanha, a Bélgica e a Holanda foram os primeiros países a eleger deputados, embora não tivessem autorizado os Verdes a formar um grupo parlamentar por conta própria. Fizeram uma aliança com eurodeputados de Itália, Dinamarca e regionalistas da Flandres e da Irlanda, formando o grupo GRAEL (*Green Alternative European Link*), também conhecido como o Grupo do Arco-Íris. Envolveram-se na luta contra a poluição ambiental, a energia nuclear (desastre de Chernobyl em 1986) e a promoção da protecção animal (Greens/EFA, s.d.).

Em 1989, um avanço nas eleições europeias permitiu que os Verdes formassem o primeiro grupo verde, numerando 30 membros. Os Verdes de França, Itália e Portugal juntaram-se aos eurodeputados alemães, belgas e holandeses, e alguns membros do Partido Radical Italiano.

As eleições europeias de 1994 trouxeram um recorde de votos para a Alemanha, no entanto, os Verdes Franceses e Portugueses perderam todos os seus lugares. Pela primeira vez, os

Verdes de Luxemburgo e da Irlanda foram eleitos, mas o grupo como um todo encolheu para 23 membros. Quando a Áustria, a Finlândia e a Suécia aderiram à União Europeia, em 1995, o grupo ganhou mais quatro membros, elevando o total para 27 membros.

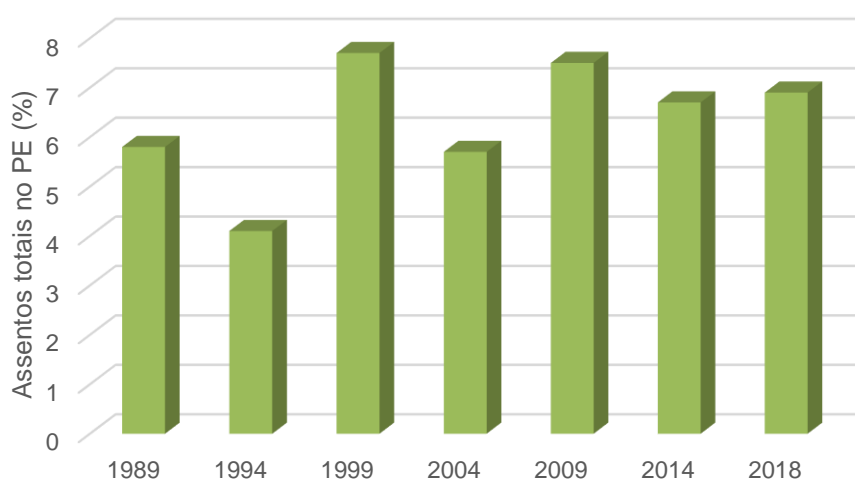
Em 1999, os Verdes alcançaram a sua melhor representação no PE, com 38 eurodeputados verdes, e juntamente com dez eurodeputados da EFA, formaram o grupo dos Greens/EFA.

Em 2004, os Verdes ganharam 34 assentos, no entanto, não conseguiram conquistar nenhum assento nos dez novos Estados-Membros. Através da aliança com a EFA, e com alguns deputados independentes, foram considerados o quarto maior grupo do PE, com 42 deputados.

Nas eleições de 2009, os Verdes foram muito bem sucedidos e ganharam 46 assentos. Ao renovar a sua aliança com a EFA, e ao aceitar a presença de alguns deputados independentes, voltaram a garantir a quarta posição no PE, com 55 assentos.

Nas eleições de 2014, o grupo dos Verdes garantiu 50 assentos, que posteriormente viria a ganhar mais dois eurodeputados.

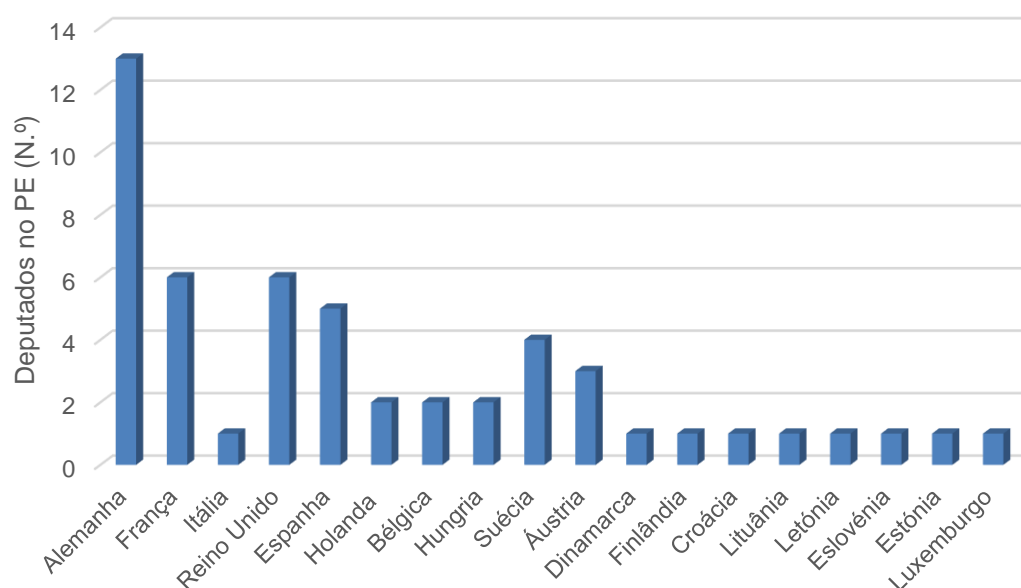
A partir de dados fornecidos pelo Parlamento Europeu (2018), é possível observar a dimensão dos grupos integrantes dos Verdes ao longo dos anos (figura 2.11). Considera-se que a dimensão máxima obtida pelos Greens/EFA, em termos percentuais, foi em 1999, no entanto, é necessário ter em conta que nesse ano apenas existiam seis grupos políticos, enquanto em 2009 existiam sete. Assim, os Greens/EFA perderam expressão em termos percentuais em 2009, mas conquistaram um recorde de assentos no Parlamento Europeu nesse ano.



Fonte: Parlamento Europeu, 2018

Figura 2.11 – Evolução dos grupos integrantes dos Verdes no Parlamento Europeu (PE)

Através da figura 2.12, é possível observar o domínio de eurodeputados do grupo Greens/EFA por parte da Alemanha, seguindo-se França, Reino Unido, Espanha e Suécia.



Fonte: Parlamento Europeu, 2018

Figura 2.12 – Número de deputados do grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Greens/EFA) por país em 2018

2.2.6. Síntese

Ao analisar os três índices considerados, deve ter-se em conta que os critérios são baseados em intenções e não propriamente no desempenho efectivo dos países.

De uma forma geral, os países nórdicos dominam os três índices, embora a sua pegada ecológica sejam elevada. Verifica-se que a Suécia é dos países com mais eurodeputados no grupo dos Greens/EFA, e encontra-se no topo dos três índices considerados. É um país governado pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Verde. A presença do Partido Verde sueco nitidamente influencia o Governo relativamente a boas práticas e políticas ambientais, e poderá ser um bom exemplo para Portugal.

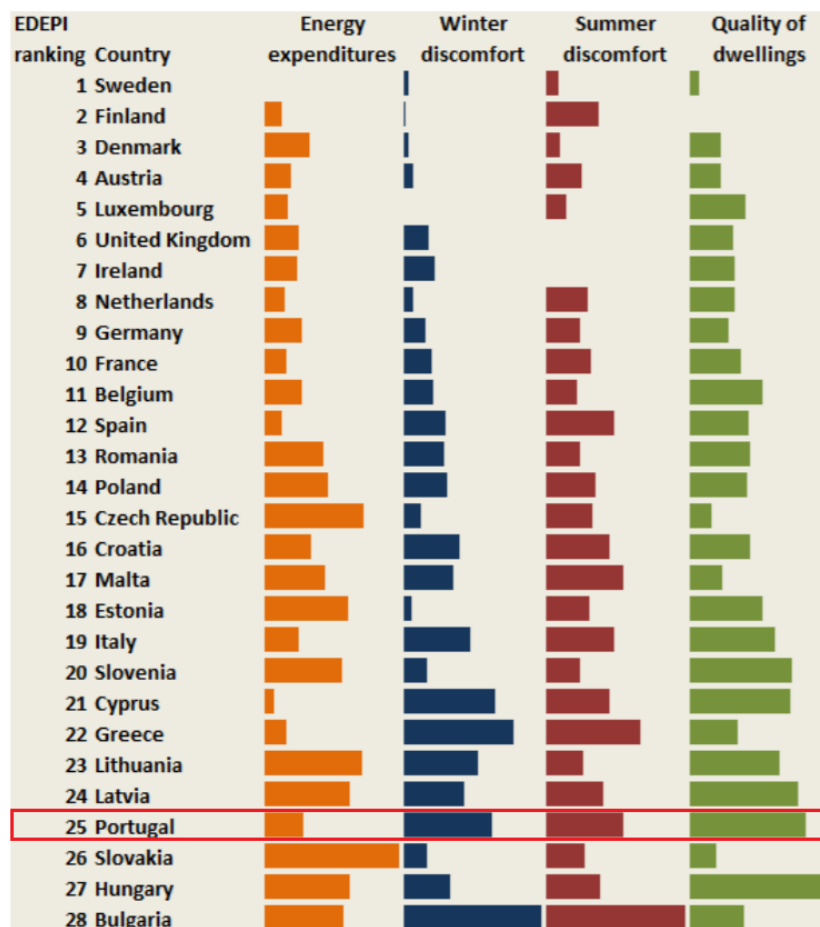
A nível global, Portugal está bem colocado nos índices, e tem uma pegada ecológica bastante inferior aos países nórdicos, embora ainda elevada. Em matéria ambiental, é um país com planos e ambições, salientando-se o RNC2050, relativamente à temática das alterações climáticas. Através da figura 2.13, é possível verificar que planos, programas ou estratégias se encontravam em implementação ou em execução em 2018. Deve destacar-se, contudo, ao longo da evolução história das políticas de ambiente, o país tem vindo a demonstrar alguma dificuldade na sua implementação e monitorização, revelando empenho na formulação de doutrinas, mas problemas na concretização de políticas.



Fonte: REA, 2018

Figura 2.13 - Infografia da temática das alterações climáticas a nível nacional

Actualmente, Portugal enfrenta alguns desafios preocupantes, como a eficiência energética. De acordo com a consultora OpenExp, especializada na transição energética para a Coligação Europeia pelo Direito à Energia, Portugal apresenta-se como o quarto país europeu com maior nível de pobreza energética, como se observa na figura 2.14. Verifica-se, mais uma vez, a liderança dos países nórdicos, nomeadamente a Suécia.



Fonte: OpenExp, 2018

Figura 2.14- Sub-Índice europeu de pobreza energética ao nível doméstico

Portugal exhibe elevados problemas de eficiência energética nas habitações, nomeadamente devido à falta de isolamento térmico, equipamentos de climatização de baixa eficiência e baixo consumo de energia para aquecimento e arrefecimento, originando desconforto durante o Inverno e Verão (OpenExp, 2019).

Por outro lado, salienta-se o prémio atribuído a Lisboa como Capital Verde Europeia 2020. Analisando a candidatura da capital relativa ao desempenho energético, verifica-se que para avaliar a presente situação da cidade, usou-se cinco indicadores: consumo total de energia, uso de energia *per capita*, quota de energias renováveis total e local, e o desempenho energético dos edifícios municipais. Para avaliar o desempenho passado, teve-se em conta a implementação de planos de acção de energia sustentável, em linha com os planos da União Europeia, e as estratégias da cidade, como o Plano de Acção Regional Lisboa 2014-20. Por fim, analisou-se os planos futuros da cidade, nomeadamente os seus principais objectivos e metas (Comissão Europeia, 2018). Assim sendo, é tido em conta tanto a formulação de doutrinas como a concretização de políticas. Conclui-se que é necessário assumir a pobreza energética do país como uma questão prioritária, e Lisboa não pode ser representativa de Portugal, embora apresente bons resultados a nível local, como se verificou a partir da sua candidatura.

2.3. História da política portuguesa e o Ambiente

2.3.1. Partidos políticos

O tema Ambiente emerge com uma preocupação no palco mundial a partir do final dos anos 60 (Schmidt, 2008a), fazendo com que quase todos os programas políticos nacionais integrem de certa forma preocupações ambientais (Pereira, 2014). A partir dos anos 80, os “principais partidos políticos portugueses «vestiram-se de verde», pelo menos do ponto de vista discursivo, dando assim guarida e defendendo a causa ambiental”, no entanto, apenas continham banalidades e “não passavam de mera cosmética eleitoral quando o que importa é o fundamento das ideias e da prática em detrimento da cosmética das palavras”. Mais do que uma preocupação, o Ambiente “funcionava como uma «arma de arremesso» político contra o partido que ocupava o poder” (Pereira, 2014).

As principais preocupações ambientais debruçaram-se sobre as catástrofes ecológicas, os perigos que pesavam sobre o planeta e o mundo que se deixaria às gerações futuras.

Dá-se início a uma transformação ecológica por parte dos partidos políticos, na óptica do politicamente correcto, em que as questões ambientais estão na “moda” (Pereira, 2014). Isto significa que tinham de estar em sintonia com as preocupações ambientais da população, assim como estavam atentos aos fóruns internacionais, para não serem ultrapassados. De facto, os partidos aperceberam-se que o tema Ambiente poderia ter peso eleitoral, embora em Portugal ainda não seja uma causa mobilizadora de primeira ordem para o eleitorado português, ao contrário de outros países europeus (Pereira, 2014).

Primeiros programas ambientais

O programa do **PS (Partido Socialista)** de 1974 aborda o Ambiente estabelecendo alguns objectivos: protecção dos ecossistemas e da paisagem contra as actividades industriais e urbanas, de forma a assegurar a qualidade de vida das pessoas; criação de parques e reservas naturais, e de redes de corredores ecológicos localizados entre o meio rural e urbano, de modo a garantir a preservação da fauna e da flora; proibição de técnicas de produção desequilibradas que ponham em risco a fertilidade dos solos; melhor gestão do recurso água através da protecção de áreas de infiltração e de linhas de escoamento, bem como a determinação das devidas normas; eliminação ou redução significativa de efeitos poluidores de certas instalações industriais; eliminação dos agentes poluidores na instalação de novas unidades fabris, internalizando-se os investimentos necessários nos custos de produção.

O programa do **PPD (Partido Popular Democrático)** de 1974, actual PSD, estabelece como linhas de actuação: promoção da instalação de um sistema nacional de controlo que permita a detecção de fontes relativas à degradação efectiva do Ambiente em território nacional, bem como a sua avaliação; inventariação, estudo, gestão e preservação de todos os recursos naturais, especialmente dos não renováveis; incentivo de uma política geral de conservação da

natureza e de espécies biológicas; criação de uma política geral de combate à poluição industrial, tornando a entidade poluidora responsável pelo pagamento dos custos de recuperação e tratamento (princípio do poluidor-pagador); compatibilidade da paisagem natural e do planeamento de novas paisagens com o recreio da população. Neste programa, foi destacada a importância de uma campanha de educação ambiental para a população, não só para a execução da política geral de defesa do ambiente, mas também para a sua participação e consciencialização.

O programa do **CDS (Centro Democrático Social)** de 1975 não é tão dedicado ao Ambiente, contudo, no capítulo VII “Pela qualidade de vida num ambiente mais humano” enumera quatro pontos: combate a todos os tipos de poluição através de um sistema de controlo dos mesmos, e formulação de determinadas normas que evitem novas fontes de poluição e diminuam as existentes; protecção da natureza, bem como defesa da paisagem e do litoral, tendo em vista reservas naturais e parques marítimos; expansão de espaços verdes nas cidades e vilas, e protecção dos mesmos contra o domínio comercial de entidades públicas e privadas; sensibilização e educação ambiental da população mais jovem, com o objectivo de proteger o Ambiente e criar uma ligação com a natureza.

O programa eleitoral do **PCP (Partido Comunista Português)** de 1976, cujo lema foi “Para uma maioria de esquerda”, descarta o tema Ambiente.

De um modo geral, foi o PPD que tentou inovar em termos ambientais, apresentando propostas concretas e ambiciosas, enquanto que o PS foi mais genérico e superficial. O programa do PPD foi considerado tão inovador que o princípio do poluidor-pagador proposto foi mais tarde adoptado em tratados fundacionais das Comunidades Europeias para todas as unidades industriais; outra inovação foi a sua aposta numa campanha de educação e formação ambiental da população. O programa do PS foi mais superficial, mas ainda delineou algumas linhas de actuação, e em paralelo com o PPD, referiu o princípio do poluidor-pagador, apesar de apenas se referir a novas unidades fabris e não às existentes, criando assim desconformidade entre as existentes e as novas. O CDS foi ainda mais genérico que o PS, e o PCP não fez qualquer referência ao Ambiente no seu programa, focando-se apenas nas questões sociais, culturais, económicas e políticas (Pereira, 2014).

2.3.2.Primeira República (1910-1926)

A implantação da República a 5 de Outubro de 1910 veio a introduzir novos valores e símbolos na sociedade portuguesa, como o culto da árvore, associado a outros valores centrais do republicanismo, como a fraternidade, educação e o patriotismo (Vieira, 2010).

Em 1913, é criada a Associação Protectora da Árvore, com o objectivo de propagação, defesa e culto da árvore, em prol da mesma e do desenvolvimento florestal de Portugal. São organizadas festas, como a “Festa da Árvore”, conferências, plantações comemorativas e são publicados artigos que incluem a classificação e protecção de árvores notáveis, o

reconhecimento dos benefícios da arborização e da silvicultura, e a necessidade de cooperação e diálogo entre os agentes que contribuíam para a modernização da floresta.

Com a entrada de Portugal na primeira guerra mundial, em 1916, o país entra numa crise económica e o regime republicano enfraquece, iniciando-se o declínio da Festa da Árvore, apesar da realização de algumas iniciativas dispersas (Vieira, 2010).

Entre 1884 e 1919, dá-se várias tentativas de articulação entre a titularidade dos recursos hídricos e a definição de um modelo de administração adequado para o país, através de diversos Decretos-Lei. A publicação da “Lei de Águas”, em 1919, veio “fechar um primeiro ciclo que durou aproximadamente 35 anos e ao longo do qual se consolidaram as escolhas políticas e os princípios fundamentais que deveriam orientar o Estado nas suas funções de administração das águas”. O modelo institucional escolhido foi estruturante e manteve-se por várias décadas (Pato, 2007).

2.3.3.Segunda República (1926-1974)

Na Segunda República, o tema Ambiente não tem grande expressão junto do poder político instituído e do único partido em Portugal – a União Nacional. Segundo Pereira (2014), era considerado um tema secundário e pouco significativo, dado que o país não se deparava com problemas de grande dimensão, devido ao seu fraco desenvolvimento industrial e económico.

Apesar dos esforços para a formulação de medidas e políticas, ainda não existia uma política pública de ambiente (Ramos Pinto, 2006 *apud* Tavares, 2013). Não havia “consagração dos aspectos ambientais na Constituição da República, a existência de um Ministério especialmente dedicado a esta temática, uma interface de relacionamento com a sociedade civil, a publicação (com carácter regular) de relatórios sobre descritores ambientais ou sobre a condição ambiental do país, e, mesmo, uma lei fundamental” (Soromenho-Marques, 1998 *apud* Tavares, 2013).

É possível notar a preocupação dos serviços florestais com a protecção e o enriquecimento dos solos através do relatório que acompanhava o Plano de Povoamento Florestal de 1938 (Schmidt, 2008b).

Em 1939, é publicado o primeiro texto importante relativo à protecção da natureza em Portugal, por Francisco Flores, intitulado “A protecção da natureza: directrizes actuais”, na Revista Agronómica. Nesta obra, Flores considera a necessidade de proteger tanto os valores biológicos como geológicos (BRILHA, 2005 *apud* Marques, J. T., 2015).

Em 1947, Sebastião da Gama elabora e envia uma carta a várias personalidades a pedir a defesa da Serra da Arrábida, constituindo uma motivação para a criação da LPN, em 1948. Esta organização foi presidida pela primeira vez por Carlos Baeta Neves, através da qual se elaboraram os primeiros inventários do património natural, que iriam estar na origem de muitas das actuais áreas protegidas (Schmidt, 2008b).

As cheias de 1967 são consideradas um dos piores momentos ambientais na história de Portugal. Este evento esteve na origem da destruição de milhares de casas e morte de centenas de pessoas. Gonçalo Ribeiro Telles apontou o desordenamento do território como causa directa da catástrofe (Schmidt, 2008b).

Em 1970, é aprovado o diploma que antecedeu à actual Lei dos Solos, tratando-se do primeiro diploma do género em Portugal. Na mesma data é o Ano Europeu da Conservação da Natureza, que desencadeia a primeira legislação portuguesa sobre a “Protecção da Natureza e dos seus recursos”. Esse diploma levaria à criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 1971. Foi também nesse ano revisto o diploma do Domínio Público Hídrico (DPH).

Destaca-se a Conferência de Estocolmo (1972), que esteve na origem da criação da Comissão Nacional do Ambiente (CNA), em 1971, integrada “no conjunto de tentativas marcelistas de aproximar Portugal de questões e organizações internacionais, quebrando o isolamento do país devido à política colonial” (Schmidt, 2008b).

Em 1972, é comemorado o dia mundial da floresta pela primeira vez em Portugal, e no ano seguinte, o dia mundial do ambiente.

Os primeiros alertas públicos portugueses foram criados, principalmente, pela suburbanização da região de Lisboa, que não tinha infra-estruturas básicas de água e esgotos, nem condições de segurança, e não existia qualquer política de habitação para enfrentar o afluxo da população rural. Entre o final da década de 60 e início da década de 70, verificou-se “uma concentração de marcos administrativos, resultantes de um impulso externo articulado ao fôlego inicial de abertura trazido pela Primavera Marcelista. Ao mesmo tempo, os problemas de desordenamento foram fazendo os seus estragos na paisagem e no ambiente, atingindo o auge com os surtos de cólera que no início dos anos 70 assolaram os bairros mais pobres de Lisboa” (Schmidt, 2008b).

2.3.4. Terceira República: Governos Provisórios (1974-1976)

A Terceira República corresponde ao actual regime democrático estabelecido após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano. Formaram-se seis governos provisórios e 21 governos constitucionais.

A partir do **I Governo Provisório**, as políticas de ambiente ganham notoriedade com a formação da Subsecretaria de Estado do Ambiente, liderada por Ribeiro Telles. Este governo actua dentro das linhas de orientação do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), que tem como objectivo uma nova política social que defenda os interesses das classes trabalhadoras e o aumento da qualidade de vida das pessoas, sendo feita uma alusão ao Ambiente. O ponto “Política social” do programa é o mais ligado ao Ambiente, mencionando a protecção da natureza e valorização do Ambiente.

O **II Governo Provisório** não tem propriamente um programa, assumindo novamente como referencial o programa do MFA. Mantém-se a Subsecretaria de Estado do Ambiente, novamente liderada por Ribeiro Telles.

Segue-se o **III Governo Provisório**, com uma composição idêntica à do governo anterior. Neste programa, o Ambiente está mais ligado às políticas sectoriais no lugar da política social. Através da Subsecretaria de Estado do Ambiente, é criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagista, assim como o Serviço de Estudos para apoio à decisão, responsável pelos primeiros projectos que articularam conservação da natureza e desenvolvimento socio-económico nas suas componentes espaciais e temporais (Schmidt, 2008b).

No **IV Governo Provisório**, o Ambiente passa a ser considerado Secretaria de Estado. A dependência entre a Secretaria de Estado do Ambiente e o Ministério do Equipamento Social e Ambiente permite uma “coordenação efetiva, através da Comissão Nacional do Ambiente, dos organismos existentes cuja competência abarca problemas do ambiente, mas, também, o apoio, através dos Gabinetes do Serviço de Estudos do Ambiente, à formulação da política nacional do ambiente do Governo” (Tavares, 2013). O programa deste governo é desconhecido, no entanto, a preocupação com a qualidade de vida das pessoas continua a ser uma prioridade, nomeadamente nas localidades sem saneamento básico (Pereira, 2014).

Segue-se o **V Governo Provisório**, cujo objectivo principal é a transição para o socialismo, em que o tema Ambiente volta a perder a sua importância. A única possível ligação que o programa deste governo tem com o Ambiente encontra-se na estratégia de desenvolvimento, “determinando mudanças progressivas nos padrões de consumo e no modo de vida da população portuguesa” (Pereira, 2014).

O **VI Governo Provisório** é caracterizado por uma crise política, social e económica, devido às “nacionalizações sem critério e consequente fuga de empresários, das ocupações de casas e terras e todo o desvario do P.R.E.C.” (Soares, 2011, p.274 e 275 *apud* Pereira, 2014). Dada a instabilidade política, o Ambiente não é considerado prioritário, contudo, é estabelecida uma Secretaria de Estado do Ambiente, a par da reorganização da CNA. Esta secretaria tem como finalidade combater o desordenamento do território e defender o uso do solo agrícola e do arvoredo (Ribeiro Telles, 2002, p. 31 *apud* Pereira, 2014), que não teria sido possível sem a actuação de Ribeiro Telles.

A 25 de Abril de 1976 entra em vigor a Constituição da República Portuguesa (CRP), através da qual são estabelecidos os direitos fundamentais do Ambiente (artigo 66.º Ambiente e Qualidade de Vida).

De uma forma geral, o Ambiente não foi considerado prioritário durante os governos provisórios, e não houve diferenças significativas de opinião entre o PS, PPD e PCP, embora a nível de programas políticos, se tenha evidenciado um carácter mais inovador por parte do PPD. Segundo Ribeiro Telles, em entrevista para a Fórum Ambiente, essa diferença não era

evidente pois não estava em linha com os grandes interesses dos partidos, e havia também uma despreocupação total dos municípios sobre a legislação ambiental em vigor (Pereira, 2014).

Através da tabela 2.3, é possível observar os seis governos provisórios e a respectiva composição do departamento responsável pelas questões ambientais:

Tabela 2.3 - Ambiente nos Governos Provisórios

N.º	Data (mm/aaaa)	Primeiro- Ministro	Ministro		Secretário de Estado		Subsecretário de Estado	
I	05/1974- 07/1974	Adelino da Palma Carlos	Equipamento Social e Ambiente	Manuel Rocha	Habituação e Urbanismo	Nuno Portas	Ambiente	Gonçalo Ribeiro Telles
II	07/1974- 09/1974	Vasco Gonçalves	Equipamento Social e Ambiente	José Augusto Fernandes	Habituação e Urbanismo	Nuno Portas	Ambiente	Gonçalo Ribeiro Telles
III	09/1974- 03/1975	Vasco Gonçalves	Equipamento Social e Ambiente	José Augusto Fernandes	Habituação e Urbanismo	Nuno Portas	Ambiente	Gonçalo Ribeiro Telles
IV	03/1974- 08/1975	Vasco Gonçalves	Equipamento Social e Ambiente	José Augusto Fernandes	Ambiente	Gonçalo Ribeiro Telles	-	-
V	08/1975- 09/1975	Vasco Gonçalves	Equipamento Social e Ambiente	Henrique Oliveira e Sá	Habituação e Urbanismo	Fernando Esteves Vicente	-	-
VI	09/1975- 07/1976	José Pinheiro de Azevedo	-	-	Ambiente	Gonçalo Ribeiro Telles	-	-

Fonte: Arquivo histórico - Governo da República Portuguesa

2.3.5. Terceira República: Governos Constitucionais (1976-Presente)

O **I Governo Constitucional** constitui-se com base nas primeiras eleições legislativas livres para a Assembleia da República. O programa deste governo tem como objectivo a pluridisciplinaridade das acções a desenvolver, implicando que especialistas de diversas áreas trabalhem de uma forma integrada, justificando assim a existência de departamentos governamentais dedicados ao Ambiente (Pereira, 2014).

Segue-se o **II Governo Constitucional**, que pretende garantir que a população tenha as suas necessidades básicas satisfeitas e promover a qualidade de vida. Inclui a política de ambiente no Ministério da Habitação e das Obras Públicas, de modo a criar coerência entre os objectivos e metas da política global, através dos programas de regionalização ligados à urbanização, habitação, construções de equipamento e obras públicas, e defesa do ambiente. Considera-se que “uma política relativa ao ambiente e qualidade de vida e à preservação do equilíbrio ecológico necessita de se inserir numa política de ordenamento físico do território” (Pereira, 2014).

No **III Governo Constitucional** dá-se importância aos princípios fundamentais da política de ambiente nos processos de decisão dos diversos departamentos governamentais, bem como ao agrupamento de departamentos com responsabilidades no sector dos recursos hídricos, de forma a assegurar uma boa gestão dos mesmos. Isto está em linha com os objectivos constitucionais de preservação do equilíbrio ecológico, defesa do ambiente e qualidade de vida da população. Destaca-se a ligação entre o estabelecimento de uma política de ordenamento físico do território e os órgãos locais, de forma a reduzir as assimetrias regionais, definir as zonas mais propícias de expansão urbana e respeitar as zonas de protecção ambiental (Pereira, 2014).

O **IV Governo Constitucional** dedica um tópico ao ordenamento físico e ambiente no programa, no qual realiza um breve diagnóstico da situação ambiental do país: destaca-se a falta de políticas adequadas para o ordenamento do território e ambiente, a falta de estruturas apropriadas, a falta de medidas legislativas relativas ao controlo da poluição, a falta de planeamento dos recursos hídricos e, por fim, os problemas de saneamento básico. Estabelece-se como objectivos a protecção e melhoria da qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos disponíveis e melhor ocupação do espaço. O tema Ambiente é igualmente abordado na secção relativa à agricultura e pescas (Pereira, 2014).

O **V Governo Constitucional** não menciona especificamente capítulos ou pontos relativos ao Ambiente no seu programa, contudo, é possível encontrar uma referência no âmbito das “medidas na área económica”, relativamente ao sector agrícola. Argumenta-se que o ordenamento do território deve salvaguardar os recursos naturais e a qualidade do solo, caso se pretenda aumentar e diversificar a produção agrícola. Apesar do programa falhar neste tema, é aprovada legislação referente ao ambiente, nomeadamente sobre os refúgios e áreas ornitológicas, parques, reservas e áreas protegidas, e também normas sobre pesticidas e resíduos (Pereira, 2014).

No **VI Governo Constitucional**, pretende-se adoptar uma política ambiental que esteja em linha com a actividade de todos os ministérios. É proposta a formulação de legislação sobre produtos tóxicos ou perigosos, pesticidas, produtos químicos e farmacêuticos, e estabelece-se como necessário o estudo de uma lei geral de prevenção e controlo da poluição, assim como a protecção dos recursos naturais e a manutenção dos recursos renováveis. Adicionalmente, propõe-se adoptar medidas de ordenamento agrário do território. O Ambiente é especialmente tido em conta devido à acção de Ribeiro Telles (Pereira, 2014).

O **VII Governo Constitucional** procura solucionar os problemas relativos ao ordenamento do território e ambiente, dando-se prioridade ao bem-estar da população e à gestão adequada dos recursos. É proposto o lançamento de uma política global de ordenamento que permita definir objectivamente as áreas e condições de expansão urbana e industrial, assim como o regime do uso dos recursos biofísicos para uso agrícola e actividades extractivas. Este programa é considerado mais inovador, pois dedica um subcapítulo à gestão dos recursos principais, no qual se especifica medidas relativas ao ar, água, solo, fauna e flora (Pereira, 2014).

No **VIII Governo Constitucional**, o Ministério da Qualidade de Vida passa a ser considerado como Ministério de Estado, de forma a dar importância aos problemas de ordenamento do território, protecção do ambiente e da qualidade de vida da população. Evidencia-se a importância da gestão dos recursos naturais e valorização das potencialidades do território, com vista à melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com as políticas de desenvolvimento económico, cultural e social. Por ordem de Ribeiro Telles, cria-se a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN), e introduz-se a primeira institucionalização dos instrumentos de gestão territorial: Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e Planos Directores Municipais (PDM).

Segue-se o **IX Governo Constitucional**, numa altura que se enfrenta uma grave crise económica, sendo necessária a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao mesmo tempo que Portugal negocia a sua adesão à CEE. O Ambiente é incluído no sector social e cultural, apelando à participação activa da população, através de diversas acções de sensibilização a professores, autarcas, jovens e animadores culturais (Pereira, 2014). Descarta-se a hipótese da energia nuclear em Portugal, através do chumbo do Plano Energético Nacional (PEN), essencialmente devido à acção de Carlos Pimenta. Através da Comunidade Europeia e da acção preponderante de Carlos Pimenta, grande parte dos partidos políticos começa a considerar efectivamente as questões ambientais como uma das suas preocupações.

O **X Governo Constitucional** integra o Ambiente no sector do desenvolvimento económico, e mais especificamente, no planeamento e desenvolvimento regional. Devido à acção de Carlos Pimenta, realiza-se pela primeira vez uma auditoria ao estado do ambiente em Portugal pelo Governo Holandês, e toma-se medidas contra o desordenamento do litoral e a ocupação ilegal de domínio público marítimo. Adicionalmente, é afirmada uma forte oposição à instalação de uma lixeira nuclear espanhola, que se localiza a 700 metros da fronteira portuguesa. Isto permite uma elevada mobilização das associações ambientalistas portuguesas e espanholas, fazendo com que a Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais ganhe notoriedade e respeito junto da opinião pública, bem como o reforço da sua legitimidade (Pereira, 2014).

O **XI Governo Constitucional** é o primeiro governo a completar o período correspondente a uma legislatura. Anuncia-se o desejo de elaborar um Plano Nacional de Política de Ambiente, que visa garantir a articulação entre a política de desenvolvimento económico e social e a defesa do ambiente (Pereira, 2014). Todos os poderes e competências sobre o ordenamento do território deixam de depender do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, constituindo um problema, dado que “não há política do ambiente que prossiga sem estar assente numa política de ordenamento do território” (Ribeiro Telles, 1994, p. 17 *apud* Pereira, 2014). Dá-se particular importância à legislação sobre o ambiente e recursos naturais, nomeadamente na regulamentação da Lei de Bases do Ambiente, e à definição de uma estratégia nacional de conservação da natureza. Este governo está ligado à fraca transposição de directivas comunitárias, ao atraso sistemático em fazer essa transposição para a ordem

jurídica portuguesa, e à falta atempada de regulamentação da legislação ambiental aprovada, bem como o incumprimento frequente dessa legislação. Isto deve-se à falta de fiscalização e permissividade de uma parte significativa dessa legislação. Outro aspecto a considerar é o parecer da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do Ministério do Ambiente não ser vinculativo, sem quaisquer regras de exigência de qualidade ou directrizes para a estrutura e conteúdo dos EIA (Pereira, 2014).

O **XII Governo Constitucional** tem como objectivo político o desenvolvimento sustentável do país ao combinar o crescimento económico com a defesa dos valores naturais e ambientais. Pretende promover um pacto ambiental, através da assinatura de contratos-programa e outras formas de cooperação, com as indústrias e as autarquias, e aprovar o Plano Nacional da Política do Ambiente. É de notar que grande parte da legislação ambiental é aprovada por imposição e pressão da CEE, no entanto, o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais não é capaz de impor a sua posição relativamente a diversos conflitos com outros ministérios, nomeadamente, impedir a aprovação de projectos controversos e cumprir a legislação ambiental (Pereira, 2014).

O **XIII Governo Constitucional** define como principal objectivo a atribuição de um estatuto relevante ao planeamento e gestão do ambiente e recursos para qualquer estratégia de desenvolvimento, a médio ou longo prazo. Considera-se que, questões como a qualidade de vida nos centros urbanos ou a desertificação do interior, apenas podem ser solucionadas a partir desse estatuto. Pretende-se retirar a conotação negativa que até à data se associou ao ambiente, nomeadamente para as políticas de crescimento económico, e possibilitar uma maior participação por parte dos cidadãos nas decisões de administração (Pereira, 2014). Tenta-se resolver alguns problemas, como o abastecimento de água, eliminação de lixeiras e criação de aterros, início do processo de separação de resíduos e de reciclagem, tratamento de esgotos e requalificação da orla costeira.

As principais acções propostas pelo **XIV Governo Constitucional** são a gestão sustentável dos recursos ambientais, a protecção e valorização do ambiente, a conservação da natureza e protecção da paisagem, e a protecção e valorização das áreas costeiras, dada a fragilidade do litoral e o facto de ser o suporte de muitas actividades económicas. Valoriza-se a modernização das redes energéticas, de forma a melhorar o desempenho ambiental do sistema energético, e assim, reduzir as emissões de CO₂ e diminuir o passivo ambiental sobre as gerações futuras. Para isso, a utilização crescente de fontes primárias mais limpas e das energias renováveis é considerada essencial. É publicada legislação ambiental de forma abundante, quase toda ditada pelas obrigações advenientes do estatuto de membro de pleno direito da UE que Portugal usufrui. Mesmo assim, não é o suficiente para garantir melhorias de carácter ambiental, dada a fraca fiscalização e falta de cumprimento da mesma (Pereira, 2014).

No **XV Governo Constitucional** define-se como prioritário dois pontos: a definição de uma política para as cidades, cujos objectivos são melhorar a qualidade de vida das populações nas áreas urbanas e apostar no desenvolvimento equilibrado, harmónico e sustentado das cidades;

a promoção de políticas integradas de ambiente e de ordenamento do território, fundamentando-se em princípios de sustentabilidade, transversalidade, integração, equidade e de participação.

O **XVI Governo Constitucional** determina que as políticas de ambiente e de ordenamento do território devem fundamentar-se em princípios de sustentabilidade, transversalidade, integração, equidade e participação, na mesma base que o governo anterior. Define-se medidas para a sua concretização, como a formulação de políticas nacionais de ordenamento do território, promoção de planos regionais, actualização e revisão dos PDM, reordenação e reequilíbrio do espaço urbano e rural, conservação e valorização do património natural, e requalificação do litoral. Também se inclui medidas sobre os recursos hídricos, qualidade do ar, gestão de resíduos, eficiência ambiental e energética e recursos renováveis, e propõe-se a elaboração de um novo sistema de responsabilidade civil ambiental.

Segue-se o **XVII Governo Constitucional**, que coloca a política de ambiente e ordenamento do território no centro da sua estratégia para o desenvolvimento do país, com dois objectivos principais: alcançar a convergência ambiental com a Europa e promover a coesão territorial, a nível nacional e europeu. Dá-se especial importância aos investimentos nas infra-estruturas, promoção da aprovação de uma nova Lei da Água, gestão de resíduos e energia consumida a partir de fontes renováveis.

O **XVIII Governo Constitucional** define a política de ambiente como um elemento estruturante da estratégia de desenvolvimento sustentável do país, com reflexo nas diferentes políticas sociais. A prioridade ambiental estabelecida é dar resposta ao desafio das alterações climáticas, no quadro do Protocolo de Quioto. Dá-se especial atenção ao investimento nas energias renováveis e eficiência energética, assim como a política de compras públicas e ecológicas. Refere-se medidas de intervenção nos recursos hídricos e serviços de água, gestão de resíduos, recuperação de passivos ambientais, conservação da natureza e da biodiversidade, aprofundamento da reforma fiscal ambiental, e a simplificação de procedimentos e regimes de licenciamento.

O **XIX Governo Constitucional** estabelece um compromisso para a criação de uma visão integrada do território e dos recursos naturais, assim como a promoção do desenvolvimento sustentável. Determina como objectivos estratégicos o desenvolvimento de um território sustentável, a resolução dos problemas ambientais de primeira geração, a implementação de uma nova geração de políticas ambientais europeias e o desenvolvimento de novas actividades económicas baseadas em tecnologias limpas e produtos inovadores ecológicos. Concentra os esforços no uso eficiente da água e da energia, assim como na formulação de nova legislação ambiental e do ordenamento do território.

O **XX Governo Constitucional** não chega a entrar em funções, devido à rejeição do seu programa, perfazendo o mais curto executivo da democracia constitucional em Portugal. É assumido o compromisso de concretizar um novo ciclo de reformas estruturais e de investimentos selectivos na área da economia verde e da coesão territorial, apresentando

medidas, nomeadamente na gestão da água e resíduos, ordenamento do território, biodiversidade, litoral, alterações climáticas e eficiência energética.

O **XXI Governo Constitucional** toma posse através de três acordos de incidência parlamentar firmados bilateralmente entre o PS e três partidos de esquerda, PCP, BE e PEV, juntamente com o apoio do PAN. Destaca-se o facto de a pasta da energia mudar da Economia para o Ambiente, traduzindo a prioridade do governo na transição energética, para a mitigação das alterações climáticas. Considera-se como principais ameaças as alterações climáticas e a perda da biodiversidade. Em 2018, o governo apresenta um roteiro que define cenários macroeconómicos e apresenta modelos para as emissões de GEE, por forma a atingir neutralidade carbónica até 2050, designado Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050). A neutralidade carbónica é alcançada quando as emissões de gases com efeito de estufa não ultrapassam a capacidade de as remover, por exemplo através da floresta (RNC2050, 2018).

Através da tabela 2.4, é possível observar os 21 governos constitucionais e a respectiva composição do departamento responsável pelas questões ambientais:

Tabela 2.4 - Ambiente nos Governos Constitucionais

N.º	Data (mm/aaaa)	Primeiro- Ministro	Ministro		Secretários de Estado	
I	07/1976- 01/1978	Mário Soares	-	-	Ambiente	Manuel Gomes Guerreiro
II	01/1978- 08/1978	Mário Soares	Habituação e Obras Públicas	António Sousa Gomes	Ordenamento Físico e Ambiente	José Gomes Fernandes
III	08/1978- 11/1978	Alfredo Nobre da Costa	Habituação e Obras Públicas	João Almeida Pina	Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente	Baltazar Morais Barroso
IV	11/1978- 07/1979	Carlos Mota Pinto	Habituação e Obras Públicas	João Almeida Pina	Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente	Baltazar Morais Barroso
V	08/1979- 01/1980	Maria de Lurdes Pintassilgo	Habituação e Obras Públicas	Mário de Azevedo	Urbanismo e Ambiente	José Palma da Silva Bruschy
VI	01/1980- 01/1981	Francisco Sá Carneiro	-	-	Ordenamento Físico e Ambiente	Ilídio de Araújo (01/1980-04/1980)
						Margarida Borges de Carvalho (04/1980-01/1981)
VII	01/1981- 09/1981	Francisco Pinto Balsemão	Qualidade de Vida	Augusto Ferreira do Amaral (01/1981-06/1981)	Ordenamento e Ambiente	Margarida Borges Carvalho
				João Vaz Serra de Moura (06/1981-09/1981)		

Tabela 2.4 - Ambiente nos Governos Constitucionais (continuação)

N.º	Data (mm/aaaa)	Primeiro- Ministro	Ministro		Secretários de Estado	
VIII	09/1981- 06/1983	Francisco Pinto Balsemão	Estado e Qualidade de Vida	Gonçalo Ribeiro Telles	Adjunto	João Vaz Serra de Moura (09/1981-06/1983)
					Ordenamento e Ambiente	Margarida Borges Carvalho (09/1981-08/1982)
IX	06/1983- 11/1985	Mário Soares	Qualidade de Vida	António Capucho (06/1983-06/1984)	Ordenamento e Ambiente	Carlos Pimenta (06/1983-06/1984)
				Francisco de Sousa Tavares (06/1984-07/1985)		Eduardo Oliveira Fernandes (06/1984-07/1985)
X	11/1985- 08/1987	Aníbal Cavaco Silva	Plano e Administração do Território	Luís Valente de Oliveira	Ambiente e Recursos Naturais	Carlos Pimenta
					Administração Local e Ordenamento do Território	José Nunes Liberato
XI	08/1987- 10/1991	Aníbal Cavaco Silva	Plano e Administração do Território	Luís Valente de Oliveira (08/1987-10/1991)	Ambiente e Recursos Naturais	José Macário Correia (08/1987-01/1990)
			Ambiente e Recursos Naturais	Fernando Real (01/1990-04/1991)	Ambiente e Defesa do Consumidor	José Macário Correia (01/1990-10/1991)
				Carlos Borrego (04/1991-10/1991)		
XII	10/1991- 10/1995	Aníbal Cavaco Silva	Ambiente e Recursos Naturais	Carlos Borrego (31/10/1991 - 11/06/1993)	Adjunta	Teresa Gouveia (11/1991-06/1993)
				Teresa Gouveia (12/10/1991 - 28/10/1995)	Recursos Naturais	António Taveira da Silva (11/1991-06/1993)
					Recursos Naturais	António Taveira da Silva (06/1993-10/1995)
					Ambiente e Consumidor	Joaquim Poças Martins (06/1993-10/1995)
XIII	10/1995 - 10/1999	António Guterres	Ambiente	Elisa Ferreira	Adjunto	José Sócrates (10/1995-11/1997)
					Recursos Naturais	Ricardo de Magalhães (10/1995-11/1997)
					Ambiente	José Guerreiro (11/1997-10/1999)
XIV	10/1999- 04/2002	António Guterres	Ambiente e Ordenamento do Território	José Sócrates	Ordenamento do Território e Conservação da Natureza	Pedro Silva Pereira (10/1999-04/2002)
					Ambiente	Rui Nobre Gonçalves (10/1999-04/2002)

Tabela 2.4 - Ambiente nos Governos Constitucionais (continuação)

N.º	Data (mm/aaaa)	Primeiro- Ministro	Ministro		Secretários de Estado	
XV	04/2002- 07/2004	José Manuel Durão Barroso	Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente	Isaltino Moraes (06/04/2002 - 05/04/2003)	Adjunto e do Ordenamento do Território	José Mário Ferreira de Almeida (04/2002-04/2003)
					Ambiente	José Eduardo Martins (04/2002-04/2003)
				Amílcar Theias (06/04/2003 - 21/05/2004)	Ambiente	José Eduardo Martins (04/2002-05/2004)
					Ordenamento do Território	Paulo Taveira de Sousa (04/2002-05/2004)
				Arlindo Cunha (21/05/2004 - 17/07/2004)	Adjunta e do Desenvolvimento Regional	Hermínia Cabral (05/2004-/07/2004)
					Ambiente e Ordenamento do Território	Artur da Rosa Pires (05/2004-07/2004)
XVI	07/2004- 03/2005	Pedro Santana Lopes	Ambiente e Ordenamento do Território	Luís Nobre Guedes	Adjunto	Jorge Moreira da Silva
XVII	03/2005- 10/2009	José Sócrates	Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Francisco Nunes Correia	Ambiente	Humberto Rosa
					Ordenamento do Território e Cidades	João Ferrão
					Desenvolvimento Regional	Rui Baleiras
XVIII	10/2009- 06/2011	José Sócrates	Ambiente e Ordenamento do Território	Dulce Pássaro	Ambiente	Humberto Rosa
					Ordenamento do Território e Cidades	Fernanda Carmo
XIX	06/2011- 10/2015	Pedro Passos Coelho	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Assunção Cristas (06/2011- 07/2013)	Florestas e Desenvolvimento Rural	Daniel Campelo (06/2011-02/2013)
						Francisco Gomes da Silva (02/2013-07/2013)
					Ambiente e Ordenamento do Território	Pedro Afonso de Paulo (06/2011- 02/2013)
						Paulo Lemos (02/2013-07/2013)
			Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	Jorge Moreira da Silva (07/2013- 10/2015)	Ambiente	Paulo Lemos (07/2013-10/2015)
					Energia	Artur Andrade (07/2013-10/2015)
					Ordenamento do Território e Conservação da Natureza	Miguel de Castro Neto (07/2013- 10/2015)

Tabela 2.4 - Ambiente nos Governos Constitucionais (continuação)

N.º	Data (mm/aaaa)	Primeiro- Ministro	Ministro		Secretários de Estado	
XX	10/2015- 11/2015	Pedro Passos Coelho	Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	Jorge Moreira da Silva	Ambiente	Paulo Lemos
					Ordenamento do Território e Conservação da Natureza	Miguel de Castro Neto
					Energia	Artur Trindade
XXI	11/2015- Presente	António Costa	Ambiente	João Pedro Matos Fernandes (11/2015-10/2018)	Adjunto e do Ambiente	José Mendes (11/2015-10/2018)
					Ambiente	Carlos Martins (11/2015-10/2018)
					Ordenamento do Território e Conservação da Natureza	Célia Ramos (11/2015-10/2018)
			Ambiente e Transição Energética	João Pedro Matos Fernandes (10/2018- Presente)	Adjunto e da Mobilidade	José Mendes (10/2018-Presente)
					Ambiente	Carlos Martins (10/2018-Presente)
					Ordenamento do Território e Conservação da Natureza	Célia Ramos (10/2018-Presente)
					Energia	João Galamba (10/2018-Presente)

Fonte: Arquivo histórico - Governo da República Portuguesa

2.4. Partidos “verdes” em Portugal

2.4.1. Evolução do desempenho no Parlamento Português

A Assembleia da República (AR) é o parlamento nacional. É um dos órgãos de soberania consagrados na Constituição, além do Presidente da República, do Governo e dos Tribunais, representando todos os cidadãos portugueses (Governo da República Portuguesa, 2017a). Os deputados eleitos por cada partido ou coligação de partidos podem constituir-se em grupos parlamentares (GP) ou deputados únicos representantes de um partido (DURP). Na actual legislatura portuguesa, existem seis GP (PS, PDS, BE, PCP, CDS-PP e PEV) e um DURP (PAN).

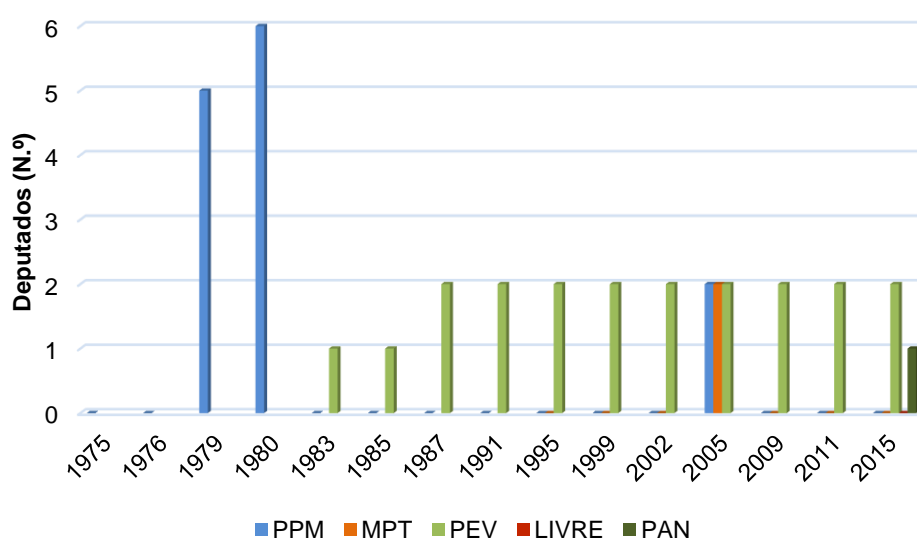
Analisando os resultados das eleições legislativas portuguesas, conclui-se que:

- o PPM obtém sempre resultados insignificantes (abaixo de 1%), bem como o MPT.
- O PEV tem sido o partido verde com melhores resultados eleitorais, muito devido à sua aliança com o PCP. Por esse motivo, não é possível determinar o seu peso eleitoral efectivo.

- O PAN é o partido que mais recentemente surpreendeu nas eleições legislativas de 2015, elegendo um deputado à Assembleia da República.
- O LIVRE é o partido verde mais recente, mas sem expressão nas últimas eleições legislativas, embora tenha sido eleito a nível municipal.

Em 2015, pela primeira vez, concorrem os cinco partidos verdes em simultâneo nas últimas eleições legislativas, ainda que o PEV seja em coligação.

Através da figura 2.15, é possível verificar o número de deputados eleitos pelos partidos verdes à Assembleia da República.



Fonte: PORDATA, 2015

Figura 2.15 - Número de deputados dos partidos verdes nas eleições legislativas

Conclui-se que:

- Entre 1979 e 1980, o PPM garante assentos devido à coligação com o PSD e o CDS-PP.
- Entre 1983 e 1985, o PEV elege deputados através da coligação com o PCP e MDP/CDE (APU), e a partir de 1987, através da coligação com o PCP (CDU).
- Em 2005, ao abrigo de um acordo de incidência política e parlamentar com o PSD, o PPM e o MPT garantem assentos na AR.
- Em 2015, o PAN torna-se no primeiro partido verde a garantir presença na AR sem qualquer tipo de coligação partidária, revelando-se uma mudança efectiva nas escolhas eleitorais da população portuguesa, que se identifica cada vez mais com os valores ecológicos defendidos pelos partidos verdes.
- O LIVRE não obtém votos suficientes para eleger um deputado à Assembleia da República.

Adicionalmente, verifica-se que, dos três partidos verdes candidatos ao Parlamento Europeu, nenhum elege deputados no grupo europeu mais ecologista e ambientalista – Greens/EFA, de acordo com a tabela 2.5. O PEV, em coligação com o PCP, elege três deputados no grupo Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL), em que é defendido o “Ecosocialismo”, ou seja, a fusão de elementos do socialismo com a ecologia e política verde, que visa criar uma sociedade ecologicamente sustentável. O MPT elege deputados no grupo Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa (ALDE), cujos valores ecologistas não são prioritários. O LIVRE não elege deputados ao Parlamento Europeu.

Tabela 2.5 - Resultados de Portugal nas eleições ao Parlamento Europeu em 2014

Legenda: EPP - Partido Popular Europeu | S&D - Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas | ECR - Reformistas e Conservadores Europeus | ALDE - Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa | GUE/NGL - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde | Greens/EFA - Verdes/Aliança Livre Europeia | EFDD - Europa da Liberdade e da Democracia Directa | NI – Não Inscritos

Partidos	%	Assentos	EPP	S&D	ECR	ALDE	GUE/NGL	Greens/EFA	EFDD	NI
PS	34,01	8		8						
PSD + CDS-PP	29,95	7	7							
CDU (PCP + PEV)	13,71	3					3			
MPT	7,72	2				2				
BE	4,93	1					1			
L	2,35	0								
Outros partidos	7,33	0								
Total	100	21	7	8	0	2	4	0	0	0

Fonte: Parlamento Europeu, 2014

2.4.2. Origem dos porta-vozes

O fundador e primeiro líder do PPM e do MPT foi Gonçalo Ribeiro Telles. Arquitecto Paisagista e Engenheiro Agrónomo, fez parte da primeira geração de Arquitectos Paisagistas formados em Portugal. Pensador, ecologista, projectista, professor, membro do governo, legislador, deputado e vereador, e defensor de causas, desempenhou um papel significativo em momentos decisivos da história moderna portuguesa. A defesa da democracia, o equilíbrio ecológico da paisagem e a qualidade de vida da população portuguesa são os principais marcos da sua vida cívica e carreira profissional (Magalhães, 2003).

O PEV foi fundado por um grupo de cidadãos, entre os quais se destaca António Gonzalez, Maria Santos e Rui Castelhan. António Gonzalez, formado em Arqueologia, foi o primeiro deputado do PEV, eleito na III legislatura como deputado independente nas listas do PCP. Maria Santos, licenciada em História, foi deputada do PEV nas IV e V legislaturas, e ainda co-presidiu o Grupo dos Verdes no Parlamento Europeu. Rui Castelhan, formado em Engenharia Química, foi distinguido pela sua participação ecologista e pelas suas importantes intervenções nas reuniões da direcção de “Os Verdes” (PEV, 2014).

O PAN foi fundado por uma comissão coordenadora, com uma imagem mais limitada à defesa dos animais, e apenas mais tarde viria a tornar-se num partido verde. Nas primeiras eleições internas do PAN, Paulo Borges foi eleito presidente da Direcção Nacional do partido. É professor, ensaísta, filósofo, poeta e escritor. André Lourenço e Silva é o actual porta-voz do partido e foi o primeiro deputado eleito pelo PAN à AR. É Engenheiro Civil, com um mestrado em Património Arquitectónico e Artístico (Parlamento, 2015c).

Entre os fundadores do LIVRE, destacam-se Rui Tavares e Carlos Teixeira. Rui Tavares é escritor, tradutor, historiador e político português, sendo coordenador da Assembleia do partido. Como deputado ao Parlamento Europeu, foi autor de diversas moções e relatórios, sobretudo na área dos direitos humanos. Carlos Teixeira é biólogo, mestre em Biologia da Conservação e doutorado em duas áreas: Ciências da Terra e da Vida e Engenharia do Ambiente. Tem incentivado a ecologia desde a fundação do partido, e faz parte do grupo de contacto. Além da academia, foi vice-presidente da LPN e membro pioneiro da rede ELEEP (*Emerging Leaders in Environmental and Energy Policy*), do *Atlantic Council & Ecologic Institute* (LIVRE, 2019).

Analisando a formação académica dos deputados, a sua relação com o discurso ambiental não é evidente. Por um lado, o PPM e o MPT foram fundados por uma só pessoa, um dos primeiros profissionais de ambiente em Portugal. Isso significa que as suas convicções ecologistas estavam de facto apoiadas em conhecimento científico. Por outro lado, o PEV, o PAN e o LIVRE foram fundados por múltiplos cidadãos, cujas formações académicas são diversas, algumas na área do ambiente, mas também em literatura, história e outras.

Conclui-se então que esta relação não é directa, e depende muito dos valores defendidos pelo líder do partido, que podem alterar-se quando há mudança de poder. Destaca-se o caso do PSD, por exemplo, apesar de não ser considerado um partido verde, foi o partido português mais inovador em termos ambientais nos primeiros programas eleitorais, muito devido às preocupações pessoais de Francisco Sá Carneiro. Assim sendo, é a visão dos porta-vozes dos partidos que dita se terão princípios ecologistas e ambientalistas, não implicando necessariamente uma determinada formação académica, embora o conhecimento científico seja algo mobilizador. Sublinha-se a importância da união entre visionários ambientalistas e profissionais de ambiente, que, segundo a autora, é a fórmula ideal para se criar um partido verde, amigo do ambiente.

3. Metodologia

3.1. Abordagem

Um aspecto fundamental de uma boa investigação é a sua metodologia. De acordo com Galego e Gomes, considera-se “com certa segurança que a metodologia, o enquadramento teórico e a habilidade do investigador na construção do trabalho científico compõem o tríptico que sustenta a investigação científica” (Galego e Gomes, 2005, p.173). De facto, as questões que a investigação se propõe responder desempenham um papel fundamental na definição da metodologia a assumir em todo o processo.

De uma forma geral, a abordagem metodológica que levou à execução desta dissertação envolveu quatro fases distintas, onde se destacam os principais passos, como se observa na figura 3.1.

Fase 1

Definição dos objectivos, âmbito e estrutura

Fase 2

Pesquisa bibliográfica e estatística

Fase 3

Planeamento e execução do trabalho de campo

Fase 4

Tratamento e análise dos dados recolhidos

Figura 3.1 – Esquema conceptual da metodologia realizada

3.2. Definição dos objectivos, âmbito e estrutura

Esta definição encontra-se no capítulo “Introdução”. Partiu-se da hipótese da importância do papel dos profissionais de ambiente na agenda política, nomeadamente nos partidos parlamentares, para se definir os objectivos e âmbito da dissertação.

Apesar de haver bastante informação relativamente às políticas de ambiente em Portugal, pouco se sabe sobre os profissionais que as formulam, constituindo uma das principais motivações deste trabalho.

Procurou-se compreender de que modo o suporte técnico influenciou as decisões políticas até à actualidade, qual o papel dos profissionais de ambiente como actores políticos e se existe uma tendência de a população portuguesa dar mais preferência aos partidos ecologistas.

Criou-se a necessidade de definir determinadas questões que necessitavam de resposta, as quais foram respondidas através de pesquisa bibliográfica e inquéritos.

3.3. Pesquisa bibliográfica e estatística

Corresponde ao capítulo “Revisão de literatura”. Procurou-se esclarecer sobre alguns conceitos relacionados com a ecologia e a política e averiguar de que modo os movimentos ecologistas chegaram a partidos verdes; investigar sobre os países mais verdes do mundo, comparando com Portugal, e qual o seu peso no grupo mais ambientalista do Parlamento Europeu; investigar sobre a história da política portuguesa e o Ambiente, desde a Primeira República até à actualidade; por fim, determinar quais são os partidos verdes em Portugal, qual o seu peso no Parlamento nacional e qual a relação entre o discurso ambiental e a formação dos porta-vozes desses partidos.

3.4. Planeamento e execução do trabalho de campo

À semelhança da metodologia realizada por Holmes e Clark (2008), que pretendia relacionar o uso da ciência com a formulação de políticas de ambiente e regulamentação no Reino Unido, esta metodologia baseou-se sobretudo na pesquisa qualitativa, o que significa contacto com as pessoas, os locais ou factos que constituem objecto da pesquisa. Considerou-se a mais adequada, pois favorece a colaboração entre o investigador e os participantes da investigação, e pode incluir a perspectiva dos mesmos acerca da realidade estudada, assim como é sensível ao estudo dos processos que conduzem a determinados resultados (Guba e Lincoln, 1989; Denzin e Lincoln, 2000 *apud* Silva, 2012).

Durante a sua investigação, Holmes e Clark (2008) seleccionaram determinados actores-chave para as suas entrevistas, de forma a ter uma ampla gama de pontos de vista e cobrir diferentes funções. Assim sendo, este trabalho de campo consistiu na realização de inquéritos a grupos específicos, relevantes na área da política de ambiente em Portugal.

Adicionalmente, observou-se uma audição parlamentar entre o Ministro do Ambiente e da Transição Energética e membros da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH). O objectivo deste tipo de audições é debater a política geral do Ministério e outros assuntos da actualidade. Incluiu o Programa da Orla Costeira Caminha – Espinho e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, ambos requerimentos do PSD. Através das questões elaboradas pelos Grupos Parlamentares e pelo Deputado Único, presenciou-se a actividade dos deputados na sua capacidade de influenciar o Governo.

Inquéritos

Para a realização dos inquéritos, foram utilizados dois instrumentos:

- Entrevista individual ou em grupo;
- Questionário.

O processo dos inquéritos teve quatro etapas, como é possível observar na figura 3.2.

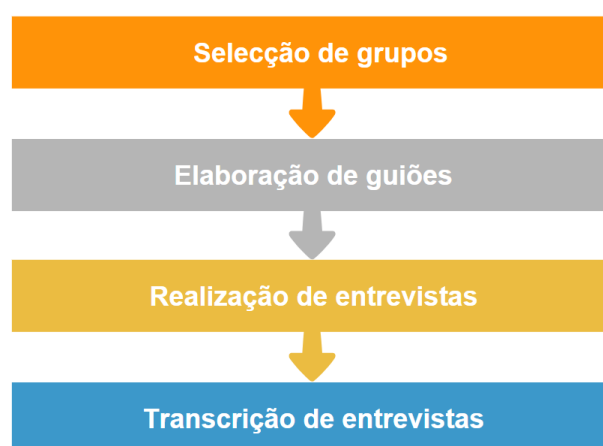


Figura 3.2 - Esquema do processo dos inquéritos

Primeiramente, seleccionou-se cinco grupos, como é possível observar na figura 3.3.



Figura 3.3 – Grupos seleccionados para a realização dos inquéritos

O **grupo n.º 1** é referente a titulares de cargos públicos e políticos, com uma intervenção relevante na área da política de ambiente: líderes de partidos políticos, representantes de grupos parlamentares, Directores-Gerais e membros do Governo.

O **grupo n.º 2** englobou membros de governos anteriores e uma antiga Directora-Geral – primeira Engenheira do Ambiente a ter um cargo dessa natureza. Este grupo está assente no papel crítico que os intervenientes tiveram na área ambiental, permitindo comparar a perspectiva dos titulares actuais e anteriores.

O **grupo n.º 3** teve como alvo profissionais de ambiente, ou seja, profissionais com uma formação base distinta (Engenharia do Ambiente, Engenharia Civil, Biologia, Física, Arquitectura Paisagista e Sociologia), mas com trabalho na área da política de ambiente.

O **grupo n.º 4** focou-se em jornalistas especialistas em ambiente, pois a comunicação social é um meio que pode contribuir com uma informação ambiental correcta, visando não apenas informar a população, mas transformar o seu pensamento e comportamento.

O **grupo n.º 5** integrou líderes de ONGA, dado o seu destaque na luta pela defesa do Ambiente, disponibilização de informação, educação e sensibilização ambiental. Adicionalmente, entrevistou-se um representante de uma associação profissional de Ambiente.

Elaboraram-se cinco guiões diferentes, de acordo com o tipo de pergunta, de forma a investigar a importância atribuída ao Ambiente na política portuguesa e a contribuição dos profissionais

de ambiente nos partidos políticos. Através da tabela 3.1, é possível observar a lista de perguntas realizadas aos participantes.

Tabela 3.1 – Lista de perguntas realizadas aos inquiridos

N.º	Pergunta	Partidos políticos, Comissão de Ambiente, Governo	Directores-Gerais	Ex-titulares	Profissionais de Ambiente	Associações	Jornalistas
1	Numa escala de 1 a 5, como classifica a importância das questões ambientais? Porquê?	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Numa escala de 1 a 5, quão importante considera a presença dos profissionais de ambiente nos partidos políticos? Porquê?	✓	✓	✓	✓	✓	✓
3	Quais os marcos que considera mais importantes na evolução histórica das políticas de ambiente em Portugal?	✓	✓	✓	✓	✓	✓
4	Quais considera que são hoje os maiores desafios futuros nas políticas de ambiente em Portugal?	✓	✓	✓	✓	✓	✓
5	Em relação a uma ou mais transições das políticas de ambiente, quão decisivo foi o suporte técnico para se chegar às decisões tomadas?	✓	✓	✓	✓	✓	✓
6	Numa escala de 1 a 5, como classifica os meios de que dispõe para cumprir a missão da instituição/órgão?	✓	✓			✓	
7	Qual o suporte técnico de que dispõe em matéria de Ambiente?	✓				✓	
8	Trabalha com profissionais de ambiente? Como descreveria o seu relacionamento com eles?	✓					
9	Qual ou quais os trabalhos jornalísticos que mais o/a marcaram em matéria de política de ambiente? Porquê?						✓

Nas questões quantitativas sobre a importância, considerou-se uma escala entre nada importante (1) e extremamente importante (5), e na questão dos meios, considerou-se uma escala entre não satisfatórios (1) e muito bons (5).

No início de cada entrevista, a autora fez uma pequena introdução sobre a própria, um enquadramento e clarificou quais são os principais objectivos da dissertação aos participantes.

O inquérito por entrevista foi o instrumento mais utilizado, pois permitiu recolher mais informações e dados. Apesar do inquérito por entrevista em grupo ter a vantagem de economizar tempo, foi mais difícil de conciliar os horários dos participantes, pelo que o mais utilizado foi o inquérito por entrevista individual.

Foram efectuados registos áudio em todas as entrevistas utilizando a aplicação “Dictafone”, com a devida autorização dos participantes. A sua transcrição foi realizada manualmente pela autora, sem recorrer a *softwares* de transcrição automática, de forma a evitar imprecisões e erros de escrita.

O inquérito por questionário apoia-se em questões escritas, e foi apenas utilizado em casos de incompatibilidade de horários entre a autora e os participantes ou ausência dos participantes em Portugal.

3.5. Breve caracterização dos inquiridos

Para a realização do trabalho de campo, recorreu-se a: 23 entrevistas individuais, duas entrevistas em grupo e sete questionários, perfazendo o total de 34 entrevistados. Como se observa na figura 3.4, entrevistou-se 22 pessoas do sexo masculino e 12 pessoas do sexo feminino, tendo em atenção somente os seus cargos ou categorias profissionais.

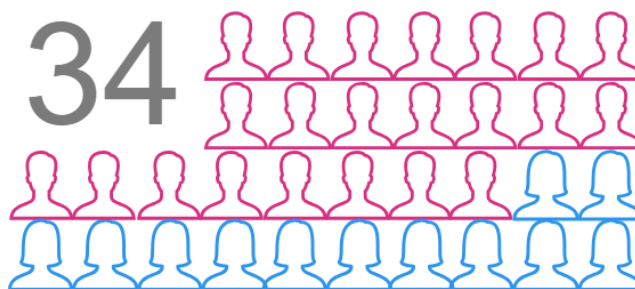


Figura 3.4 – Número de inquiridos: sexo masculino (rosa) e sexo feminino (azul)

Na tabela 3.2, constam os grupos e nomes dos inquiridos, a data e tipo de inquérito realizado, a formação académica, e o cargo ou categoria profissional.

Tabela 3.2 - Listagem de personalidades inquiridas

Grupo	Nome	Data	Formação	Cargo / Categoria profissional
Titulares de cargos públicos e políticos	Cristina Rodrigues	02/10/2018	Direito	Chefe de Gabinete do PAN
	Nuno Banza	08/10/2018	Engenharia do Ambiente	Inspector-Geral do IGAMAOT
	José Brito e Silva		Direito	Subinspector-Geral do IGAMAOT
	Joana Silva	09/10/2018	Sociologia	Chefe de Gabinete do PEV
	Victor Cavaco		Engenharia do Ambiente	Membro da Comissão Executiva Nacional do PEV
	António Costa da Silva	18/10/2018	Economia	Vice-Presidente do GP do PSD e membro da CAOTDPLH
	Orlando Borges	23/10/2018	Geografia	Presidente da ERSAR
	José Gomes Mendes	23/10/2018	Engenharia Civil	Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade
	Assunção Cristas	26/10/2018	Direito	Presidente do CDS-PP
	Pedro Soares	12/11/2018	Geografia	Presidente da CAOTDPLH e membro do GP do BE
	Filipe Duarte Santos	13/11/2018	Geofísica	Presidente do CNADS
	Carlos Teixeira	27/11/2018	Biologia	Fundador do LIVRE e membro do grupo de contacto

Legenda: Entrevistas em grupo | Entrevistas individuais | Questionários

Tabela 3.2 - Listagem de personalidades inquiridas (continuação)

Grupo	Nome	Data	Formação	Cargo / Categoria profissional
Titulares de cargos públicos e políticos	Ângela Moreira	03/01/2019	Enfermagem	Coordenadora GP do PCP na CAOTDPLH
	Nuno Lacasta	04/01/2019	Direito	Presidente da APA
	Maria Manuel Rola	08/01/2019	Design Gráfico	Coordenadora GP do BE na CAOTDPLH
	Miguel João de Freitas	09/01/2019	Engenharia Agrícola	Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural
	Renato Sampaio	18/01/2019	Administração Pública	Coordenador GP do PS na CAOTDPLH
Ex-titulares de cargos públicos e políticos	Carlos Pimenta	15/10/2018	Engenharia Electrotécnica	Secretário de Estado do Ambiente
	Humberto Rosa	26/10/2018	Biologia	Secretário de Estado do Ambiente
	Elisa Ferreira	21/11/2018	Economia	Ministra do Ambiente
	Paula Sarmento	18/12/2018	Engenharia do Ambiente	Presidente do ICNF
	António Capucho	07/01/2019	Organização e Gestão de Empresas	Ministro da Qualidade de Vida
Profissionais de ambiente	António Carmona Rodrigues	04/10/2018	Engenharia Civil	Professor Auxiliar na FCT NOVA
	António Félix Rodrigues	08/11/2018	Física	Professor Auxiliar na Universidade dos Açores
	Luísa Schmidt	05/12/2018	Sociologia	Investigadora principal no ICS-ULisboa
	Gonçalo Anastácio	20/12/2018	Arquitectura Paisagista	Arquitecto Paisagista na Câmara Municipal de Cascais
	Ivone Pereira Martins	07/01/2019	Engenharia do Ambiente	Coordenadora Estratégica do Programa Cidades Sustentáveis na AEA
Jornalistas especialistas em Ambiente	Arminda Deusdado	29/10/2018	Ciências Históricas	Coordenadora Geral do “Biosfera”
	Ricardo Garcia	26/11/2018	História	Jornalista freelancer
	Carla Castelo	13/12/2018	Comunicação Social	Jornalista da SIC
Associações de Ambiente	Francisco Ferreira	10/10/2018	Engenharia do Ambiente	Presidente da ZERO
	Francisco Andrade	16/10/2018	Biologia	Vice-Presidente da Ordem dos Biólogos
	Eugénio Sequeira	10/12/2018	Engenharia Agronómica	Presidente da LPN
	Marlene Marques	22/02/2019	Engenharia do Ambiente	Presidente do GEOTA

Legenda: Entrevistas em grupo | Entrevistas individuais | Questionários

3.6. Tratamento e análise dos dados recolhidos

No capítulo “Resultados e discussão”, apresentaram-se as respostas dos participantes, incluindo citações dos mesmos, com a respectiva autorização. Efectuou-se uma análise global sobre os resultados e compararam-se os diferentes grupos, realizando pesquisa bibliográfica adicional para justificar alguns resultados. No tratamento estatístico, elaboraram-se diversos gráficos e tabelas representativos dos dados recolhidos.

4. Resultados e discussão

4.1. Importância das questões ambientais

De forma a compreender o grau de importância atribuída às questões ambientais, inquiriram-se todos os grupos sobre esse aspecto. Os resultados observam-se na figura 4.1.



Figura 4.1 - Classificação atribuída à importância das questões ambientais

Grupo n.º 1 – Titulares de cargos públicos e políticos

Partidos políticos

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que 8 dos 10 respondentes partidários consideram as questões ambientais extremamente importantes. No caso em que respondeu mais de um representante do mesmo partido (BE e PEV), calculou-se a média das respostas.

Relativamente ao PSD, António Costa da Silva considera a importância mediana, pois as pessoas dão grande prioridade às políticas sociais e a outro tipo de políticas, e desvalorizam as questões ambientais. Afirma que a população portuguesa ainda não sente esta matéria como emergente, e, portanto, os políticos seguem essa mesma tendência. Refere ainda que as questões da saúde, da educação e da segurança são normalmente as matérias que estão em primeiro lugar, e que “as questões ambientais ficam de certa forma secundarizadas, embora haja uma consciência ambiental cada vez mais forte, mas ainda sem o espaço político que deveria ter”.

No PEV, há diferentes perspectivas relativamente à sua importância. Por um lado, Victor Cavaco considera que as questões ambientais estão interligadas com o desenvolvimento e com o bem-estar da sociedade, tendo máxima importância. Por outro lado, Joana Silva refere que o desenvolvimento tem várias vertentes, uma delas o ambiente, classificando as questões que daí derivam muito importantes. Porém, não considera o tema prioritário relativamente às restantes áreas, pois “se não houver uma mudança também na sociedade, não se pode desenvolver a questão ambiental”.

Os restantes inquiridos consideram as questões ambientais da maior importância. De acordo com Assunção Cristas, são um “filtro de análise para ter uma acção concreta, quer ao nível da mitigação, quer ao nível da adaptação, e tem impactes relevantes em quase todas as políticas sectoriais”. Para Pedro Soares, as questões ambientais têm vindo a ganhar um relevo central e são um dos grandes desafios que Portugal enfrenta. Segundo Maria Manuel Rola “a justiça social e ambiental andam a par e passo, para responder à primeira e de forma preventiva, temos de ter respostas para a segunda”. São “aquilo que sustenta a vida biológica no planeta, e, portanto, por inerência, a nossa espécie e toda a civilização”, segundo Carlos Teixeira.

Governo e Directores-Gerais

A maioria dos inquiridos considera as questões ambientais extremamente importantes.

Orlando Borges considera-as muito importantes mas não extremamente importantes, pois “teria prevalência sobre outras políticas de natureza social, e essa é uma situação equivalente a muitas outras que temos”. Refere ainda que, com instrumentos de natureza política, entre um serviço nacional de saúde e uma política de ambiente sectorial, consideraria a questão da saúde prioritária.

Para Nuno Lacasta, a escassez de recursos naturais à escala global faz lembrar que “estamos, a cada ano, a gastar um planeta e meio, ou seja, estamos a pedir emprestado aos nossos

filhos para o nosso consumo hoje. Não estamos na senda da sustentabilidade”. Ao nível do Parlamento, estas questões são tratadas historicamente com uma importância apenas mediana, considerando essa classificação como “um voto de encorajamento ao Parlamento, no sentido de trilhar um melhor caminho para realçar as questões ambientais nas suas actividades gerais”. Realça o facto de o Ambiente não ter o papel que deveria ter face à importância dos recursos naturais, e ainda a intensa actividade nesta sessão legislativa por parte da CAOTDPLH, facto que atribui à composição da mesma e à liderança do presidente.

Para José Gomes Mendes, o ambiente é “um dos temas mais desafiantes com que os Governos se debatem na atualidade”. É algo que é necessário travar e inverter, não só devido às alterações climáticas, mas também pelos benefícios que a tecnologia e inovação trazem à sociedade. Miguel João de Freitas tem vindo a sensibilizar os seus parceiros para o papel do ambiente, não só do ponto de vista que os espaços agro-florestais têm no território, mas também nas questões ligadas à biodiversidade, ao carbono, e à preservação do solo e da água.

Grupo n.º 2 – Ex-titulares de cargos públicos e políticos

As questões ambientais foram classificadas unanimemente como extremamente importantes pelos ex-titulares de cargos públicos e políticos.

De acordo com Elisa Ferreira, é necessário conciliar as questões ambientais “com outros aspectos da vida e ter muito realismo na maneira como nos envolvemos nos processos”. Para Paula Sarmento, a política de ambiente é “transversal a todas as outras áreas de política e determinante para a sua sustentabilidade”.

Segundo Carlos Pimenta, atingiu-se o “momento de ruptura dos ciclos planetários, e isso tem consequências sistémicas de uma dimensão que nós não sabemos quantificar”. O Ambiente, seja na escala central ou local, tem de ser a prioridade, e o papel das autarquias é absolutamente chave.

Humberto Rosa considera que a opinião pública tem uma reduzida atenção na matéria, que aumenta em alguns momentos dramáticos, como a poluição do Rio Tejo ou os incêndios florestais. Refere ainda que a crise económica provocou uma anestesia ambiental na sociedade, embora esteja a recuperar um pouco, mas de modo insuficiente.

Grupo n.º 3 – Profissionais de ambiente

A maioria dos profissionais de ambiente inquiridos classificou estas questões de máxima importância.

Carmona Rodrigues considera que a questão ambiental tem tanta importância quanto as questões económicas e sociais, justificando o facto de a classificar como “muito importante”. Afirma que estes três vértices que compõem o triângulo da sustentabilidade “não estão

compartimentados, fazem parte de um todo nesta sociedade em que vivemos”. Do seu ponto de vista, as questões sociais “quase que são mais importantes, mas mesmo que não sejam, não são menos importantes”. Relativamente às questões económicas, pode atribuir-se um valor diferente, mas nunca pondo de lado a sua importância.

Luísa Schmidt atribui como positivo a pressão internacional, nomeadamente da União Europeia, pois levou o país a considerar estas questões de um modo mais efectivo. Considera que, actualmente, são tratadas de uma forma mediana, e que “continua a haver uma inércia que leva a que o ambiente seja secundarizado, e quando chega a altura da decisão, o Ministério do Ambiente cala-se, e deixa que os outros tomem as decisões principais”.

Para Gonçalo Anastácio, as questões ambientais “começam a ser moda e a ser usadas um pouco como arma política”, lamentando o facto de os decisores políticos não terem dado atenção aos primeiros alertas dos cientistas. Se se tivesse dado a devida atenção, como se deu a partir dos anos 90 com as Cimeiras da Terra, ganhava-se dez, quinze anos.

Grupo n.º 4 – Jornalistas especialistas em Ambiente

As questões ambientais foram classificadas unanimemente como extremamente importantes pelos jornalistas.

Arminda Deusdado considera que a política portuguesa avançou imensamente, nomeadamente devido às ligações com a Europa, que criaram bases ao país. A seu ver, o mais difícil é a mudança de comportamento de cada cidadão, pois “se nós mudarmos, tudo começa a mudar. Nós somos o primeiro passo e a política portuguesa percebeu isso. Porquê? Porque os cidadãos quiseram essa mudança, e por isso, ela aconteceu”.

Para Ricardo Garcia, as questões ambientais são tratadas com pouca importância em Portugal, e a mínima preocupação não é individual, mas sim forçada pela legislação ambiental europeia. Refere ainda que a política nacional “é muito básica”, e que as pessoas só demonstram maior mobilização em momentos de crise, como o caso da poluição dos oceanos por plástico.

Carla Castelo considera que as questões ambientais deveriam estar no topo da agenda política e mediática, que na maior parte das vezes não estão. Refere que estas questões ora são imensamente faladas em momentos mais dramáticos, como as secas e incêndios, ora “parece que o tema nem sequer existe, que não nos diz respeito”.

Grupo n.º 5 – Líderes de associações de ambiente

A maioria dos líderes das associações de ambiente inquiridas classificou estas questões como extremamente importantes.

Para Francisco Ferreira, as questões que as pessoas identificam actualmente como problemas ambientais, como as alterações climáticas, a qualidade do ar e o ruído, estão claramente num nível bastante relevante em termos de agenda política, no entanto, existem questões

económicas que são tão ou mais relevantes nessa agenda, pelo que não as classifica como extremamente importantes.

Em termos da importância que é de facto atribuída na presente política em Portugal, Francisco Andrade classifica-a como “pouco importante”, no máximo. A seu ver, “estamos em múltiplos aspectos a desgastar, a desperdiçar aquilo que é o valor do país, e, portanto, o valor que tem a ver com os serviços ambientais que estão disponíveis e que são utilizados em Portugal”.

Marlene Marques considera importante “integrar nas diferentes políticas sectoriais a política de ambiente, porque a nossa sobrevivência depende disso, a sobrevivência da humanidade”.

Discussão

Globalmente, a maioria dos inquiridos atribuiu uma elevada importância às questões ambientais, como se observa na figura 4.2.

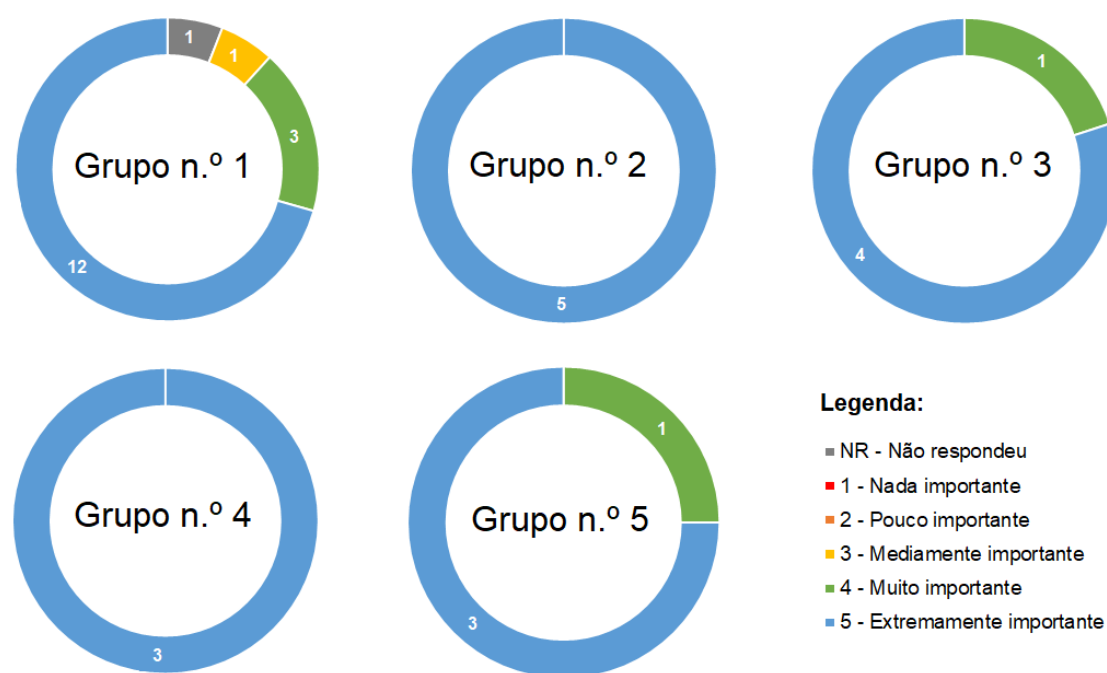


Figura 4.2 - Classificação global das questões ambientais em cada grupo

De uma forma geral, os inquiridos consideram estas questões da maior importância, apresentando-se como um grande desafio que Portugal enfrenta. São vitais não só do ponto de vista biológico, mas do ponto de vista da vida em sociedade, e do ponto de vista político. A sustentabilidade do planeta assenta muito nas políticas de ambiente, e, portanto, têm um relevo central.

Lamenta-se o facto de as questões ambientais serem actualmente usadas como uma “arma política”, da mesma forma que Pereira (2014) refere o tratamento do ambiente nos primeiros programas eleitorais, criando uma incerteza relativamente a essa mudança.

Três titulares consideram as questões ambientais muito importantes, mas não prioritárias: a questão ambiental é uma preocupação, mas é transversal a outras áreas, e não pode ser colocada acima de políticas sociais e económicas. Para se lidar com estas questões, não se pode tratar de cada uma isoladamente. Isto vai em linha com a justificação dada pelos outros grupos que atribuíram a mesma classificação.

António Costa da Silva foi o único inquirido a classificar as questões ambientais como mediantemente importantes. Isto pode dever-se ao facto de ter interpretado a questão no contexto político actual e não o que julga que deveria ser, dado que defende que as questões ambientais devem ter um espaço político maior.

Múltiplos inquiridos consideram que as políticas de ambiente avançaram bastante em Portugal devido à pressão da União Europeia, levando o país a dedicar-se a estas questões com mais empenho.

Embora se refira que as questões ambientais são a importância central na actuação deste Governo, nomeadamente na poupança de recursos e eficiência energética, também se refere o oposto: tanto no grupo de jornalistas como no grupo de líderes de associações de ambiente, é condenado o fraco tratamento destas questões em Portugal, atribuindo a mínima preocupação à imposição das políticas europeias. É destacada uma discrepância entre as palavras e os actos e coerência limitada entre políticas, discursos e actos. Adicionalmente, põe-se em causa a eficácia do tratamento destas questões, pois não se faz estudos de impacte ambiental para cada medida a tomar, e as medidas que se tomam não são enquadradas num conjunto.

Repetidamente, foi referido que a opinião pública apenas desperta em momentos de crise ambiental, como os incêndios florestais e as secas, ou a poluição do rio Tejo. Tanto ocorre uma grande mobilização como o tema não é falado. Ainda existe um problema de passagem da sensibilidade aos actos em Portugal, embora o nível de sensibilidade de pessoas com formação técnica nas diversas áreas do Ambiente tenha aumentado bastante.

De acordo com um estudo do Observatório do Consumo Consciente e com o Índice Nacional do Consumo Consciente (INCC), 69% dos portugueses admite estar mais preocupado com o Ambiente, no entanto, ainda estão pouco dispostos a pagar mais por produtos sustentáveis ou pagar taxas ambientais, e os níveis de participação pública são baixos (GPA, 2018).

Segundo Mota, “grande parte das vezes aceita-se, com leviandade, que o que é proposto não seja cumprido, seja por falta de informação, falta de meios ou por falta de vontade política”. Refere que a tomada de decisão apoiada no conhecimento técnico e científico pode contribuir muito para promover esta mudança, mas por si só não é suficiente, pois a concertação social e intervenção cívica são também determinantes, implicando a tal passagem da sensibilidade aos actos (Mota, 2016).

4.2. Importância da presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos

De forma a compreender o grau de importância atribuída à presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos, inquiriram-se todos os grupos sobre esse aspecto. Os resultados observam-se na figura 4.3.



Figura 4.3 - Importância atribuída à presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos

Grupo n.º 1 – Titulares de cargos públicos e políticos

Partidos políticos

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que seis dos dez respondentes partidários consideram a presença de profissionais de ambiente nos partidos muito importante, e quatro consideram que tem máxima importância. No caso em que respondeu mais de um representante do mesmo partido (BE e PEV), calculou-se a média das respostas.

Segundo Renato Sampaio, a presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos e no próprio Parlamento influencia as decisões que vêm a ser tomadas por decisores políticos.

Cristina Rodrigues relembra que o PAN contratou uma pessoa licenciada em Ciências do Ambiente, precisamente porque fazia falta ao partido o conhecimento técnico mais aprofundado.

Actualmente, o número de profissionais de ambiente é reduzido, notando-se nas ONGA e nos partidos políticos. Em função disso, todos se conhecem e estão muito divididos: “para estar a dar a um partido, não conseguimos dar à associação; para estar a dar à associação, não conseguimos dar ao partido”, de acordo com Carlos Teixeira.

Victor Cavaco considera que a sua formação em Engenharia do Ambiente lhe dá uma perspectiva diferente, pois é uma área multidisciplinar. Isso permite-lhe “ter uma visão da interacção dos vários factores”, com uma abordagem muito mais completa e abrangente. Joana Silva considera que é importante o apoio técnico “para se fazer determinadas iniciativas ou se fazer uma componente de mudança”, no entanto, é indispensável haver equipas de especialistas de outras áreas.

De acordo com António Costa da Silva, os partidos políticos têm pouca gente qualificada da área do ambiente.

Ângela Moreira reconhece que “a política tem de ter uma preocupação com a natureza e com o ambiente”, e que as decisões devem ser fundamentadas. Para isso, “é necessário haver pessoas que saibam da matéria”, no entanto, não se deve basear apenas em factos escritos: “temos de ir ao local, temos de falar com a população, temos de ouvir as associações”.

Assunção Cristas gostaria de trabalhar com alguém especificamente da área do Ambiente, mas com uma visão alargada, ou seja, “que permitisse olhar para o Ambiente como uma questão relevante, não apenas *per se*, mas também com impacto na qualidade das políticas públicas sectoriais”. Lamenta o facto de não ter alguém com esse perfil no CDS, referindo que é algo que faz falta ao partido.

Como geógrafo, Pedro Soares está ligado à área do ambiente, permitindo-lhe ter uma maior ligação e capacidade para lidar com estas questões, além do aspecto político, que é sustentar propostas e debates à volta delas.

Governo e Directores-Gerais

Os inquiridos dão uma importância elevada à presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos, entre muito importante e extremamente importante.

De acordo com Nuno Lacasta, os profissionais de ambiente devem auxiliar os partidos políticos em questões ambientais. Assim como nos partidos haverá especialistas em finanças, “faz obviamente sentido haver especialistas em ambiente”. Menciona ainda, em particular, a elevada qualidade das escolas de Engenharia do Ambiente, que “deixaram lastro e criaram massa crítica no nosso país”. Da mesma forma, Filipe Duarte Santos, considera que estes profissionais “podem dar um contributo relevante para o despertar da consciência ambiental nos partidos políticos”.

Nuno Banza, como profissional de ambiente, no lugar de Inspector-Geral, considera que “os profissionais de ambiente, a par de uma série de outros profissionais, são importantes em todas as áreas. Portanto, por maioria de razão, também são importantes nos partidos políticos”. Contudo, refere que as políticas de ambiente não são necessariamente prosseguidas somente através do recurso deste tipo de profissional.

Para José Brito e Silva, “independentemente do trabalho que fazem nos partidos políticos, há um trabalho de extraordinária relevância que fazem na sociedade, designadamente nas organizações não governamentais, ao nível da própria comunicação social, em que muitas das vezes os condicionam e antecipam problemas na definição de políticas ambientais”. Considera algo redutor cingir a importância dos profissionais de ambiente nos partidos políticos e na estrutura governamental de Estado, pois é “a parte final da importância e da acção dos profissionais de ambiente”.

Deve ter-se em atenção que a questão ambiental não é exclusiva destes profissionais, da mesma forma que as questões sociais não são exclusivas dos sociólogos. É necessário que “haja uma transversalidade do ponto de vista da discussão das questões e que essa transversalidade seja compreendida por todos os membros dos partidos”, de acordo com Miguel João de Freitas.

Grupo n.º 2 – Ex-titulares de cargos públicos e políticos

Não há consenso no que se refere aos ex-titulares de cargos públicos e políticos.

Segundo Humberto Rosa “os partidos políticos são determinados por uma diversidade imensa de forças que acabam por nos levar num caminho ou noutro, e o peso específico de ser profissional de uma área dentro de um partido político nesse sentido é pequeno”. Não existe muita correlação entre haver mais ou menos profissionais de ambiente dentro de um partido político, e isso reflectir-se numa actividade partidária.

Por vezes, as questões ambientais podem assumir uma “conotação quase romântica”, que inviabiliza soluções de compromisso, de acordo com Elisa Ferreira. Todas as áreas

profissionais deviam ter representação nas diferentes estruturas partidárias, no entanto, “o crescente afastamento da sociedade em geral destas estruturas é agravado pela falta de prática de cidadania, envolvimento e participação pública em matérias da Governação que se regista em Portugal”, segundo Paula Sarmento.

António Capucho considera a sensibilização ambiental dos decisores políticos determinante para “poderem alcançar os objectivos que referiram nos termos em que referiram, ou seja, através de uma concertação”. Hoje Portugal tem maior sensibilização, e tem sobretudo milhares de pessoas com formações profissionais específicas que sabem criar soluções e operá-las. Carlos Pimenta relembra a vereadora da Câmara Municipal de Cascais, que tem formação técnica na área do ambiente e um lugar político, ou seja, “não só tem a vontade, como tem a competência. É uma dirigente que sabe o que está a fazer sob o ponto de vista técnico”.

Grupo n.º 3 – Profissionais de ambiente

Verificam-se diferentes perspectivas entre os profissionais de ambiente, que consideram esta matéria entre mediantemente e extremamente importante.

Gonçalo Anastácio está incerto sobre a correlação entre a presença de profissionais de ambiente nos partidos e a tomada de decisão, no entanto, considera que “se os políticos lhes derem ouvidos quando tomarem decisões, podem tomar decisões mais cauteladas, mais informadas”.

Para Carmona Rodrigues, muitos políticos deviam ter, em qualquer momento da sua vida profissional, formação em sociologia, que depois poderia ser complementada por Ambiente, Economia, Direito. O Ambiente não será o problema mais grave do país para uma larga parte da população: a qualidade da água para o abastecimento doméstico é boa, existe uma boa cobertura de redes de saneamento, há um quadro legal definido para os resíduos, a qualidade do ar é em geral bastante satisfatória. Por outro lado, subsistem vários problemas e desafios ambientais, tal como sucede em tantas outras áreas como por exemplo na saúde, no ensino, na habitação, na justiça ou na pobreza. Pensa também que os líderes políticos deveriam ter uma experiência profissional prévia às suas funções políticas, que lhes garantisse um maior conhecimento e sensibilidade aos problemas da comunidade em que se inserem.

Segundo Luísa Schmidt, “não podemos ter uma agenda de futuro sem pensar nas questões ambientais, e, portanto, um partido que não a tenha é um partido que está a perder o comboio da modernidade”. Para Ivone Pereira Martins, é necessário “contrariar a tendência para discursos inflamados pelo politicamente correcto, mas sem consistência a nível de práticas, e reverter para discursos baseados no conhecimento científico e técnico”.

Grupo n.º 4 – Jornalistas especialistas em Ambiente

Os jornalistas classificaram a presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos entre muito importante e extremamente importante.

Para Arminda Deusdado, a multidisciplinaridade em toda a sociedade é fundamental, referindo-se não só a nível de ambiente, como outras áreas. É indispensável haver pessoas vocacionadas para o ambiente nos partidos políticos, pois “os partidos em si não têm uma vocação inata para isso, só têm vocação para ganhar as eleições”, de acordo com Ricardo Garcia.

Carla Castelo considera importante que a decisão política seja bem fundamentada por opções técnicas e científicas de pessoas que trabalham na área do ambiente, e que o Ambiente esteja presente na política: “o Ambiente está no topo da importância da nossa vida em sociedade, portanto, é evidente que na política têm de estar pessoas atentas e sensíveis, e conhecedoras dessa área”.

Grupo n.º 5 – Líderes de associações de ambiente

Verifica-se diferentes perspectivas entre os líderes de associações de ambiente, cuja matéria oscila entre pouco e extremamente importante.

Mais do que haver profissionais de ambiente, é importante haver canais entre eles e os partidos políticos, ou seja, um canal “que seja capaz de auscultar, de chamar e de reunir com profissionais de ambiente”. Francisco Andrade dificilmente vê a entrada destes profissionais nos partidos políticos, categorizando-os como “*opinion makers*” e “*influencers*”, ou seja, como fornecedores de informação aos partidos políticos através desse canal privilegiado.

Francisco Ferreira considera que os especialistas da área do ambiente têm a grande vantagem de saberem fazer as ligações entre os vários temas, contrariamente aos outros especialistas: “um economista e um advogado não olham para a teia de forma abrangente, integrada e global, e isso faz toda a diferença para eu perceber que determinada proposta, determinada acção pode interferir noutros sectores”. É necessário “que esteja alguém que refira e aponte os problemas”, segundo Eugénio Sequeira.

De acordo com Marlene Marques, “as questões relacionadas com o Ambiente são muito complexas, não são compreendidas na sua essência por todos os decisores e pelos políticos na generalidade”. A seu ver, é importante haver profissionais de ambiente em todas as áreas sectoriais, e também ao nível da intervenção política. Considera positivo a presença de pessoas com uma formação específica, que “compreendem as questões ambientais, as tecnologias, e até as políticas ambientais”.

Discussão

Globalmente, os resultados desta questão são mais díspares, como se observa na figura 4.4. Os titulares de cargos públicos e políticos e os jornalistas atribuíram a melhor classificação; os ex-titulares e líderes das associações de ambiente tanto consideraram desimportante como fundamental; a classificação dos profissionais de ambiente variou entre mediamente e extremamente importante.

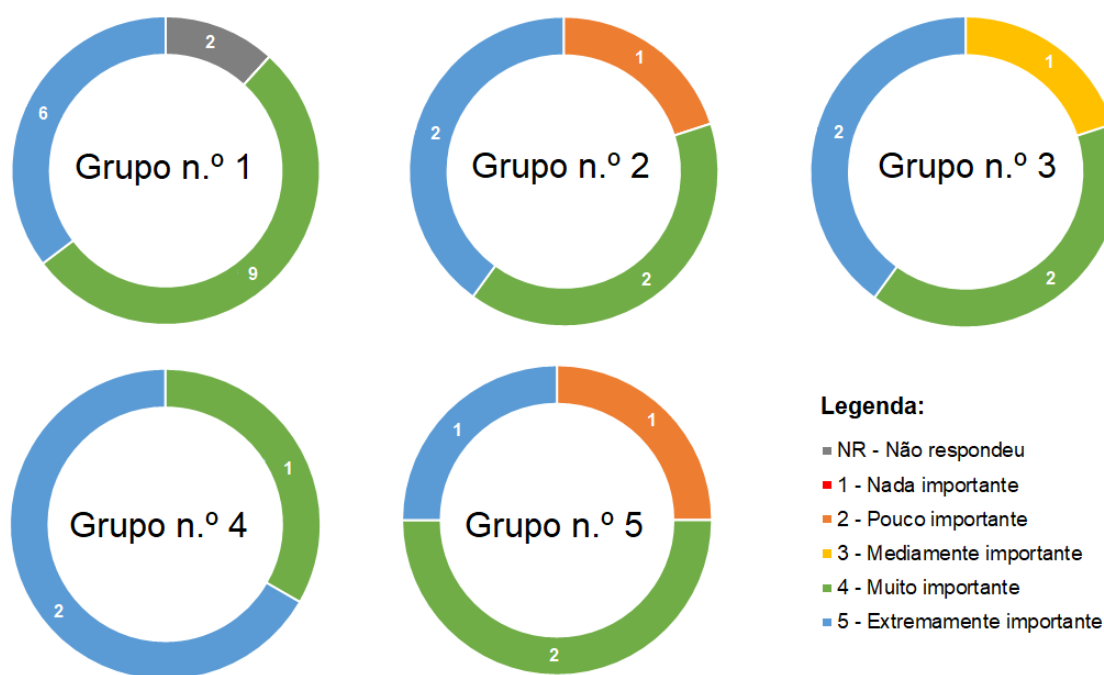


Figura 4.4 - Classificação global da importância da presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos em cada grupo

No grupo dos titulares públicos e políticos, a presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos foi bastante apoiada. É atribuída uma importância significativa à contratação de uma profissional de ambiente por parte do PAN, pois o conhecimento técnico aprofundado desta área fazia falta ao partido. Na mesma linha de pensamento, é reconhecido que faz falta ao CDS um profissional de ambiente, embora já tenha tido profissionais desta área no passado. Adicionalmente, lamenta-se o facto de os partidos políticos terem poucas pessoas qualificadas da área do ambiente.

Os jornalistas destacam a importância da multidisciplinaridade nos partidos políticos, nomeadamente através de profissionais que saibam fundamentar decisões políticas recorrendo a dados técnicos e científicos, algo crucial na matéria ambiental.

É valorizada a elevada qualidade dos Engenheiros do Ambiente em Portugal, pois têm a capacidade de olhar para os problemas de forma abrangente e integrada, e é reconhecido que o conhecimento adquirido nas áreas transversais ao Ambiente proporcionaram uma maior capacidade para lidar com estas questões. De facto, o trabalho conjunto entre diversos profissionais de ambiente deverá proporcionar um leque de soluções mais alargado.

É referido que a presença destes profissionais é tão importante quanto a de especialistas de outras áreas, destacando-se o trabalho destes profissionais nas ONGA e na comunicação social, em lugar da sua presença nos partidos políticos.

Alguns inquiridos não vêem a entrada destes profissionais nos partidos políticos como algo necessariamente positivo, dado que não há uma correlação entre a sua presença e a tomada de decisão política. Salieta-se o facto dos inquiridos se encontrarem em grupos diferentes, pelo que não é o seu cargo ou categoria profissional que estimula o seu ponto de vista, mas a própria experiência profissional.

É reconhecido que os líderes políticos deveriam ter uma experiência profissional prévia às suas funções políticas, para garantir suficiente conhecimento e sensibilidade ambiental. Por exemplo, foi possível sensibilizar o PSD devido à acção de António Capucho enquanto Secretário-Geral, juntamente com Carlos Pimenta, que era reconhecidamente alguém com bastante prestígio na área do Ambiente, reprovando o Plano Energético Nacional, que pretendia instalar centrais nucleares em Portugal.

4.3. Marcos históricos de Ambiente em Portugal

De forma a investigar sobre os principais marcos da política de ambiente alcançados no país, inquiriu-se todos os grupos sobre esse aspecto. Dada a elevada variedade de respostas obtidas, seleccionou-se os grupos de marcos mais mencionados e os principais marcos singulares. Adicionalmente, investigou-se sobre os marcos negativos.

Na figura 4.5, é possível observar os principais grupos de marcos. Conclui-se que o grupo dominante é a legislação ambiental, mencionado por 24 dos 34 inquiridos, a qual engloba diversos diplomas de ambiente.

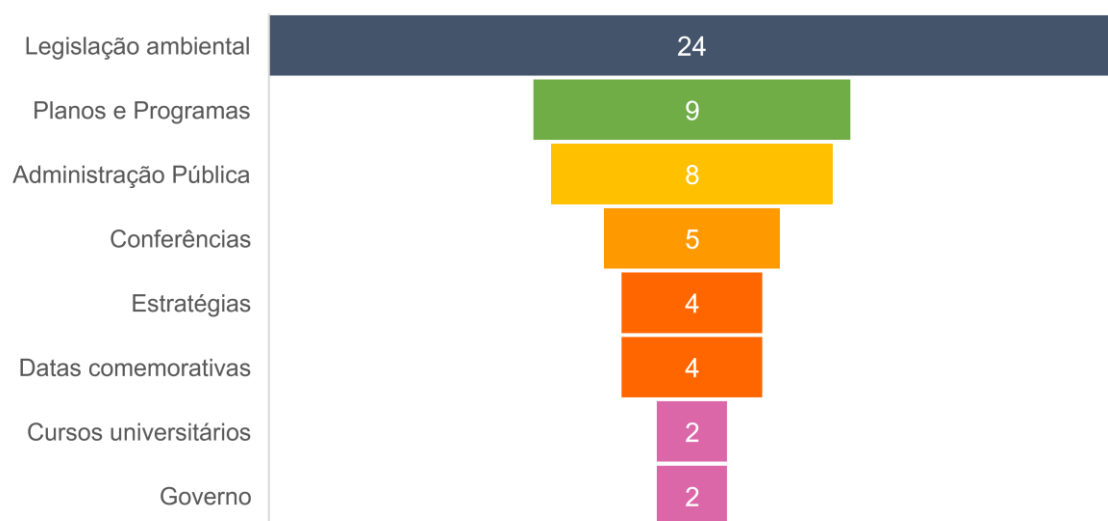


Figura 4.5 - Grupos de marcos históricos da política de ambiente mais mencionados pelos inquiridos

Através da figura 4.6, é possível observar os diversos marcos pertencentes a cada grupo.

Legislação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei do Domínio Público Hídrico (1971) • Constituição da República Portuguesa (1976) • Lei da Política de Solos (1976) • Decreto-Lei da Reserva Agrícola Nacional (1982) • Decreto-Lei da Reserva Ecológica Nacional (1983) • Lei de Bases do Ambiente (1987) • Lei das Associações de Defesa do Ambiente (1987) • Lei da Protecção do Lobo-Ibérico (1988) • Rede Natura 2000: Directiva Aves (1979) e Directiva Habitats (1992) • Pacote legislativo da Água (Decretos-Lei n.º 45/94, n.º 46/94 e n.º 47/94, de 22 de Fevereiro) • Lei do Estatuto das ONGA (1998) • Directiva Quadro da Água (2000) • Lei da Água (2005) • Decreto-Lei da Avaliação Ambiental Estratégica (2007) • Decreto-Lei da Qualidade da água destinada ao consumo humano (2007) • Decreto-Lei da Responsabilidade por Danos Ambientais (2008) • Decreto-Lei da Avaliação de Impacte Ambiental (2013)
Planos e Programas	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional da Política de Ambiente • Plano de Implementação da ENDS • Plano de Recuperação das Áreas Mineiras Degradadas • Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética • Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis • Programa E4 (Eficiência Energética e Energias Endógenas) • Programa POLIS
Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Comissão Nacional de Ambiente • Criação da Administração das Regiões Hidrográficas • Criação do Instituto Nacional de Ambiente • Criação do Instituto de Promoção Ambiental • Criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património
Conferências	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo) • Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro) • Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Paris) • Cimeira de Paz Nelson Mandela (Nova Iorque)
Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) • Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) • Estratégia Nacional de Educação Ambiental • Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
Datas comemorativas	<ul style="list-style-type: none"> • Ano Europeu do Ambiente • Dia Mundial do Ambiente • Dia 25 de Abril de 1974
Cursos universitários	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do curso de Agronomia • Criação do curso de Arquitectura Paisagista • Criação do curso de Engenharia do Ambiente
Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Subsecretaria de Estado do Ambiente • Criação da Secretaria de Estado do Ambiente • Criação do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais • Criação da Secretaria de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor

Figura 4.6 - Grupos de marcos históricos da política de ambiente

Na figura 4.7, observa-se os principais marcos singulares. Dado o elevado número de respostas, apenas se teve em conta, no mínimo, três respostas para o mesmo marco. Conclui-se que 15 dos 34 inquiridos seleccionaram a Lei de Bases do Ambiente (1987) como o principal marco ambiental alcançado, seguindo-se a adesão à Comunidade Económica Europeia. A categoria de água e saneamento engloba o acesso a água potável e o saneamento básico da população portuguesa.

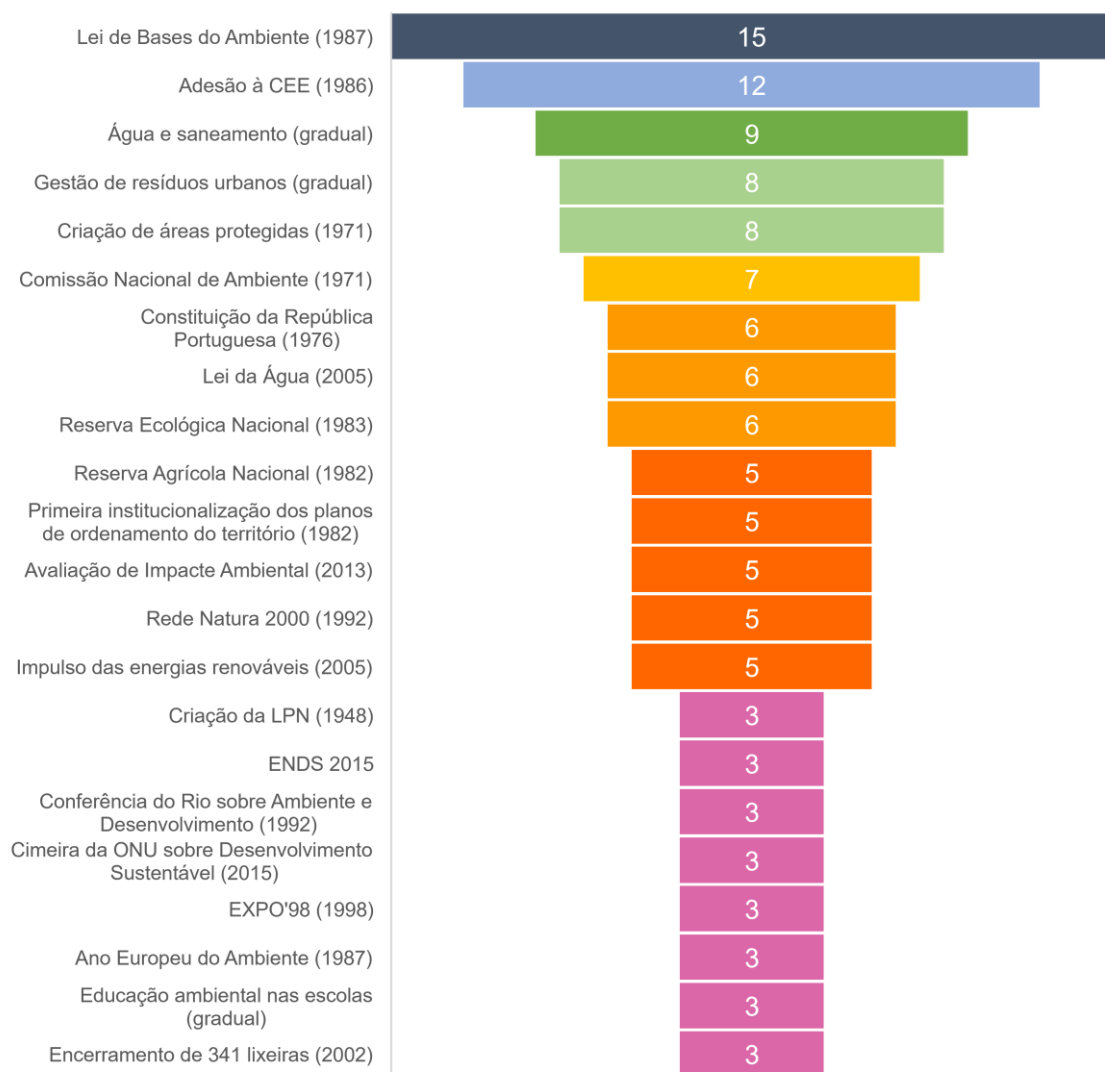


Figura 4.7 - Marcos históricos singulares das políticas de ambiente mais mencionados pelos inquiridos

Os marcos negativos mencionados são os seguintes:

- Enfraquecimento da administração da água;
- Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH);
- Extinção da Administração das Regiões Hidrográficas (ARH);
- Privatização da água;
- Liberalização do sector dos transportes públicos;

- Contratos de concessão para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos nas regiões do Algarve e Alentejo;
- Aposta nas auto-estradas e desinvestimento na ferrovia;
- Promoção da monocultura e liberalização do eucalipto.

Discussão

Propõe-se uma figura dos principais marcos históricos da política de ambiente em Portugal, tendo em ponderação os principais marcos mencionados pelos inquiridos e outros marcos considerados igualmente relevantes através da revisão de literatura. Na figura 4.8, é possível observar os principais marcos seleccionados pela autora.

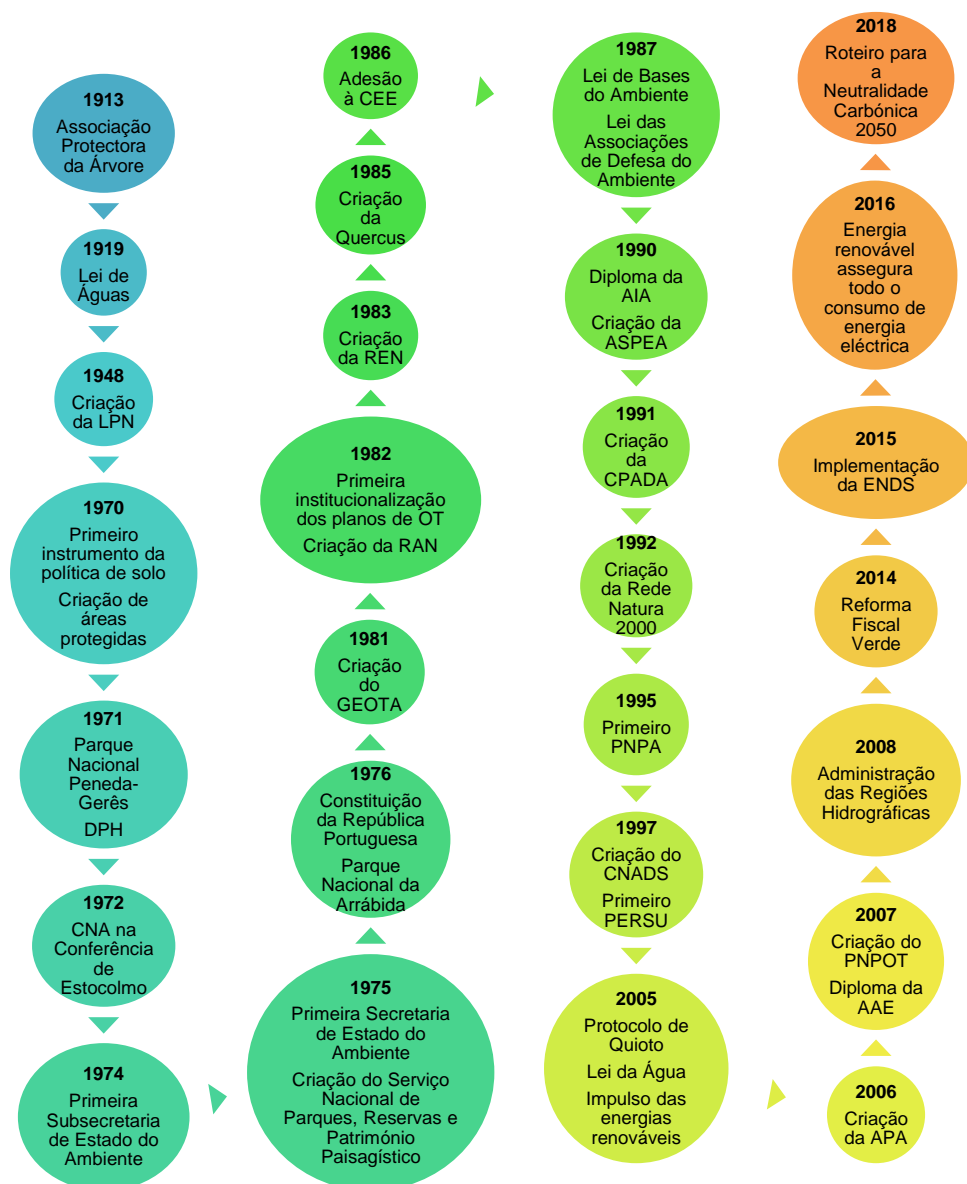


Figura 4.8 - Marcos históricos da política de ambiente considerados pela autora

No início do século XX, salvo a Lei de Águas, não existia qualquer tipo de legislação sobre a qualidade do ar, resíduos, ruído ou solos em Portugal. Considera-se importante a fundação da Associação Protectora da Árvore, pois iniciou um movimento cultural e cívico de celebração dos benefícios da Árvore e da Floresta.

O acesso da população a água potável e saneamento básico foi um marco que se desenvolveu gradualmente, pelo que não está presente na figura 4.8. Da mesma forma, a gestão de resíduos urbanos é considerada um marco gradual, iniciada pelo processo de encerramento de centenas de lixeiras. A criação de um sistema de recolha, tratamento e destino final dos resíduos foi significativo na viragem para o séc. XXI, destacando-se o primeiro Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU).

A década de 1970 iniciou-se com a criação de áreas protegidas em Portugal, sendo o Parque Nacional da Peneda-Gerês bastante mencionado pelos inquiridos. Criou-se a Comissão Nacional de Ambiente (CNA) para a preparação de Portugal na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), sendo o sexto marco singular mais mencionado. Pela sua importância na concretização das orientações de ordenamento do território, destaca-se o Decreto-Lei n.º 576/70 de 24 de Novembro, o primeiro instrumento de política de solo em Portugal, embora não tenha sido mencionado pelos inquiridos. Outro marco importante foi a revisão e actualização do regime jurídico do Domínio Público Hídrico (DPH), datado de 1892.

O Ambiente aparece pela primeira vez no I Governo Provisório, através de uma Subsecretaria de Estado do Ambiente, e mais tarde numa Secretaria de Estado do Ambiente, através da qual é criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Estes marcos encontram-se num dos grupos mais mencionados pelos inquiridos.

Destaca-se a Constituição da República Portuguesa como um instrumento inovador, ao declarar os direitos fundamentais do Ambiente no Artigo 66.º, sendo o sétimo marco mais mencionado. Simultaneamente, foi criado o Parque Nacional da Arrábida, cuja defesa já tinha sido defendida por Sebastião da Gama décadas antes, e constituiu uma das motivações para a criação da LPN. Mais tarde, surgiram o GEOTA e a Quercus, também considerados muito importantes.

Devido à visão estratégica de Ribeiro Telles, a década de 1980 caracterizou-se pela primeira institucionalização de planos de ordenamento do território, através da criação dos PDM e PROT. Simultaneamente, criou a Reserva Agrícola Nacional (RAN), e no ano seguinte a Reserva Ecológica Nacional (REN). A RAN pretende impedir a destruição dos solos com maior aptidão agrícola, preservando-os do uso não agrícola, nomeadamente urbanístico; a REN tem como objectivo proteger os recursos naturais água e solo, preocupando-se essencialmente com a protecção do litoral, com a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e com a prevenção de riscos naturais (Mendes, 2012). Estes marcos são dos mais mencionados pelos inquiridos.

A adesão de Portugal à CEE foi o segundo marco mais mencionado, pois impulsionou as políticas de ambiente em Portugal. Passou a haver investimento no Ambiente através de fundos comunitários, e a ser exigido, no âmbito da aplicação desses fundos, a elaboração de planos, nomeadamente de ordenamento do território.

Destaca-se a Lei de Bases do Ambiente. Esta lei foi o marco mais mencionado pelo inquiridos, em virtude da sua inovação. Foi aprovada sem um único voto contra na Assembleia da República. Através de um comité científico contratado por Carlos Pimenta, foi possível realizar uma análise rigorosa, artigo a artigo, salientando-se a importância do trabalho técnico. Simultaneamente foi aprovada a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, permitindo um enquadramento legal para a intervenção e o apoio às associações de ambiente.

A autora considerou também importante a criação da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), assinalando o desenvolvimento da educação ambiental no ensino formal e não formal em Portugal. É um processo gradual de reconhecimento de valores e esclarecimento de conceitos que torna possível a mudança de comportamentos. No mesmo ano, foi criado o regime jurídico relativo à Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) dos projectos públicos e privados susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, sendo um instrumento de carácter preventivo da política do ambiente. É um diploma que resultou da transposição de uma directiva europeia.

Embora não tenha sido mencionado pelos inquiridos, outro marco considerado importante foi a criação da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), dado que é a maior organização ambientalista do país.

A Rede Natura 2000 também foi mencionada pelos inquiridos, embora não seja um marco a nível nacional, propondo-se a assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa (ICNF, 2016). Destaca-se também o primeiro Plano Nacional da Política do Ambiente (PNPA), considerado um momento de reflexão importante.

Através da criação do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), procurou-se proporcionar a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política ambiental (Decreto-Lei n.º 221/97 de 20 de Agosto). Na mesma linha, foi criada mais tarde a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015), sendo a estratégia mais mencionada.

Os inquiridos consideram que a Lei da Água e o impulso das energias renováveis foram marcos importantes. Entre 2005 e 2008, Portugal passou dos 17% de electricidade produzida por energias renováveis para 36,5% (APREN *apud* Fernandes, 2014). Foi também neste período que o Protocolo de Quioto entrou em vigor.

Embora a criação da Agência Portuguesa do Ambiente seja considerada um marco positivo, alguns inquiridos criticaram o enfraquecimento e desmembramento gradual da autoridade da água, que actualmente é liderada pela APA.

Outro marco foi a criação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Este marco deu início à construção de uma arquitectura legislativa que permitiu sustentar as políticas de ambiente. No mesmo período, criou-se o enquadramento institucional de referência para a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) a nível nacional, através da transposição de uma directiva europeia, tal como a AIA.

Destaca-se o facto de o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) ser considerado um marco negativo por diversos inquiridos. O PNBEPH contribuiria apenas com 0,4% da energia nacional e 1,7% da electricidade produzida, com um custo comprovado entre cinco a dez vezes superior às alternativas disponíveis, tratando-se de um retorno insignificante face aos impactes sociais, ambientais, culturais e económicos do projecto (GEOTA, 2016).

Considerou-se positivo a criação da Administração das Regiões Hidrográficas (ARH), uma entidade importante que fazia a gestão por bacia hidrográfica, e toda a monitorização associada. No entanto, a sua extinção foi mencionada como um marco negativo, em linha com o enfraquecimento da administração da água.

Embora o acesso à água potável e o saneamento básico tenham sido dos principais marcos positivos mencionados, é referida uma mercantilização do Ambiente através da privatização da água. Em 2009, o PCP emitiu uma declaração política, salientando o papel da água como um elemento essencial à vida, à saúde e a todos os sectores produtivos, e condenou o Governo pela sua intenção de privatização daquele bem público (PCP, 2009). Deve, contudo, averiguar-se claramente sobre a eficácia da privatização da água, com a respectiva fundamentação científica.

Foi também criticada a liberalização dos transportes públicos, algo que acabou por possibilitar a afirmação do transporte individual e reduzir o uso do transporte colectivo. Na mesma linha, lamenta-se a aposta nas auto-estradas e o desinvestimento na ferrovia.

Adicionalmente, criticou-se as leis do eucalipto que promoveram a monocultura. De acordo com o Inventário Florestal Nacional mais recente, entre 1995 e 2010, a área total de eucalipto registou um crescimento de 13%, sendo actualmente a espécie mais frequente na floresta portuguesa (ICNF, 2013). Segundo o relatório da comissão técnica independente, criada para analisar os incêndios ocorridos entre 14 e 16 de Outubro de 2017, as áreas dominadas por pinheiro-bravo e por eucalipto foram as que mais arderam percentualmente (Parlamento, 2018).

É importante destacar a recondução dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP) a programas especiais. Frequentemente, o processo de recondução dos planos especiais a programas revela-se difícil, complexo, moroso e ineficaz. No caso dos POAP, apresenta ainda mais dificuldades e elevados riscos de insucesso, acrescido da inexistência de um quadro de base legal sobre o Património Natural. As dificuldades do processo implicam enorme dispêndio de recursos e a paralisia de processos de revisão de POAP já iniciados

(CNADS, 2018). Segundo o parecer do CNADS, elaborado em 2018, é urgente que se realize a reversão da disposição da Lei de Bases que prevê este efeito.

A criação de instrumentos mais transversais, como a Reforma Fiscal Verde (RFV), veio trazer “um novo alento ao pensamento estratégico em ambiente” (Mota, 2016), considerado um marco importante pela autora, embora tenha sido referido por inquiridos que necessita de melhoria.

Destaca-se o facto de, durante 107 horas consecutivas, as energias renováveis (eólica, solar e hídrica) terem assegurado todo o consumo de energia eléctrica em Portugal Continental.

Mais recentemente, foi divulgado o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, aclamado pela comunidade internacional em virtude do competente trabalho técnico. O projecto foi executado por cinco equipas, destacando-se o desempenho relevante dos Engenheiros do Ambiente da FCT NOVA.

4.4. Principais desafios ambientais para Portugal

De forma a investigar sobre os maiores desafios ambientais futuros para Portugal, inquiriu-se todos os grupos sobre esse aspecto. Dada a elevada variedade de respostas obtidas, seleccionou-se os grupos de desafios mais mencionados, assim como os principais desafios singulares.

Na figura 4.9, é possível observar os principais grupos de desafios. Conclui-se que o grupo dominante é o dos recursos naturais, mencionado por 10 dos 34 inquiridos, o qual engloba o uso eficiente da água, preservação dos oceanos e a gestão integrada dos recursos naturais.

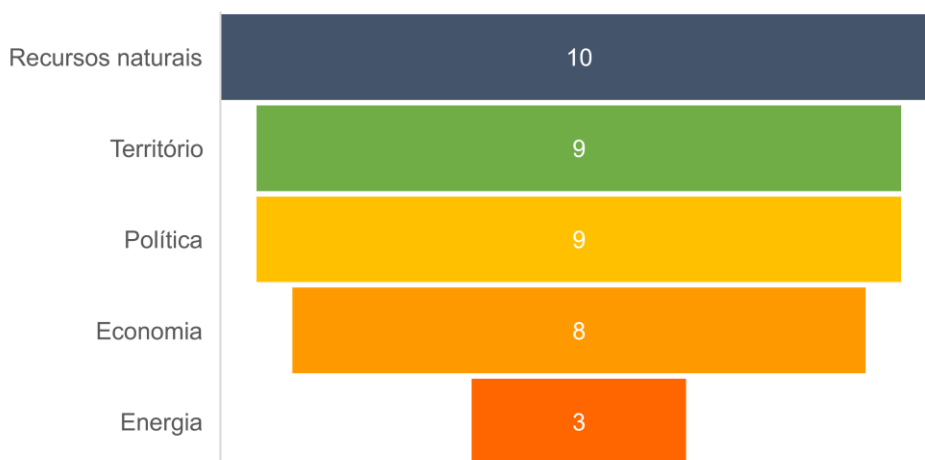


Figura 4.9 - Grupos de desafios ambientais mais mencionados pelos inquiridos

Na figura 4.10, é possível observar os diversos desafios pertencentes a cada grupo.

Recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão integrada dos recursos naturais • Uso eficiente da água • Preservação dos oceanos
Território	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do território • Ordenamento florestal • Incêndios florestais • Áreas protegidas • Funcionamento das cidades
Política	<ul style="list-style-type: none"> • Integração e coerência das políticas • Melhor implementação das políticas de ambiente • Reforço dos meios do Estado • Melhoria da fiscalidade verde
Economia	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento económico estável • Economia circular • Descarbonização da economia • Maior foco na Zona Económica Exclusiva (ZEE)
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em energias renováveis • Fim da prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos • Fim das centrais de carvão

Figura 4.10 - Grupos de desafios ambientais

Na figura 4.11, é possível observar os principais desafios singulares. Dado o elevado número de respostas, apenas se teve em conta, no mínimo, três respostas para o mesmo marco. Conclui-se que 15 dos 34 inquiridos seleccionou as alterações climáticas como o principal desafio que Portugal enfrenta, não só ao nível da mitigação como da adaptação. Ainda dentro deste tema, destaca-se a descarbonização dos transportes, particularmente, através do investimento da mobilidade urbana.

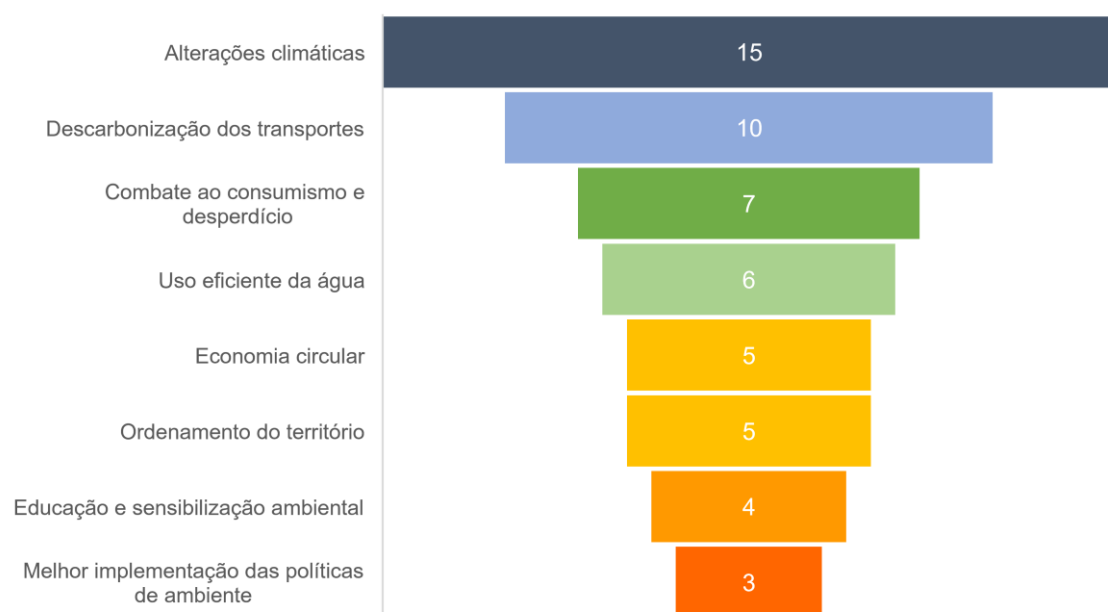


Figura 4.11 - Desafios ambientais singulares mais mencionados pelos inquiridos

Discussão

A generalidade dos ex-titulares de cargos públicos e políticos e dos jornalistas julga as alterações climáticas como o maior desafio. Cerca de metade dos titulares mencionou as alterações climáticas ou a descarbonização dos transportes como potencial desafio. Os líderes das associações de ambiente deram especial atenção à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Relatório Especial do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), divulgado em 2018, Portugal é um dos países que se espera vir a ser mais afectado negativamente com as alterações climáticas, embora os impactes possam ser reduzidos limitando o aquecimento a 1,5º C (Tobin *et al.*, 2018 *apud* IPCC, 2018).

Para Francisco Ferreira, o RNC2050 é uma oportunidade única que tem de ser concretizada pelos próximos governos, num consenso alargado de todas as forças políticas, e assumido por toda a sociedade. Refere que Portugal não pode falhar uma transição para 100% de energias renováveis e uma rápida descarbonização dos transportes (ZERO, 2018).

O sector dos transportes representa quase um quarto das emissões anuais de CO₂ em Portugal, e tem sido um dos eixos prioritários das políticas do Governo actual. Para combater este problema, é necessário reduzir em viagens desnecessárias, incentivar o uso de transportes públicos e investir na mobilidade suave.

Destaca-se a preocupação crescente relativa ao consumismo e desperdício, sendo referido diversas vezes o problema do uso excessivo do plástico. É, no entanto, apenas uma pequena fracção do problema, pois também engloba a responsabilidade partilhada e a mudança comportamental. Segundo dados do Eurostat (2016), Portugal é o sexto país que mais consome plástico na União Europeia (Statista, 2019), voltando ao problema da passagem da sensibilidade aos actos.

Outro desafio bastante mencionado é a economia circular, que pretende combater o problema do plástico, mas não só. Trata-se de um “sistema de produção e consumo que promove o uso sustentável dos recursos, em ciclos fechados energizados por fontes renováveis, regenerando o capital natural e assegurando o progresso social” (Circular Economy Portugal, 2019).

Sendo Portugal uma região do mundo onde o aumento da temperatura poderá ter um maior impacto, considera-se a questão da disponibilidade da água muito relevante. Outra questão do grupo dos recursos naturais é a preocupação com o combate à poluição no mar, bem como a sua preservação, onde se destaca, mais uma vez, o problema dos plásticos.









O grupo do território foi o segundo mais mencionado, nomeadamente devido ao problema actual de desordenamento do território. Isso implica tanto o interior do país, como a faixa litoral. A prevenção dos fogos florestais e o recuo progressivo de construções demasiado próximas à linha da costa são considerados grandes desafios, devido à erosão costeira e a questão da subida do nível médio das águas do mar, estando ligado às alterações climáticas.

Relativamente à política, é defendida a integração das diversas políticas, seja transportes, agrícola, económica, ambiental, mar. É um problema complexo, não só na definição das atribuições e competências, como na forma orgânica em que as questões são feitas do ponto de vista administrativo. Há bastante dificuldade em implementar as políticas de ambiente em Portugal, o que passa por melhor fiscalização e monitorização, sendo muito importante o reforçar os meios do Estado para esse fim.

4.5. Importância do suporte técnico na tomada de decisão

De forma a compreender o grau de importância atribuído ao suporte técnico em matéria de ambiente, inquiriu-se todos os grupos sobre esse aspecto. Optou-se por usar um sistema de avaliação através da escala do emoticon, classificando as respostas como muito importantes, importantes, variáveis e pouco importantes, em linha com as citações dos inquiridos. Na tabela 4.1, é possível observar as respostas dos inquiridos.

Tabela 4.1 - Importância do suporte técnico na tomada de decisão

Inquiridos	Avaliação	Citação
Cristina Rodrigues		"Com a entrada da nossa colega, aquilo que eu noto é que conseguimos ir um bocadinho mais longe nas propostas que conseguimos fazer porque ela tem uma sensibilidade diferente. Consegue perceber outros tipos de problemas, que ao nosso olho de leigo não detectamos."
Nuno Banza		"A intervenção dos profissionais é sempre uma intervenção militada e é sempre uma intervenção importante. Não me parece que se possa separar a intervenção dos profissionais de ambiente de outros profissionais, porque, do ponto de vista de cada uma das disciplinas, é necessário o envolvimento dos profissionais de ambiente, tal como de outros profissionais."
José Brito e Silva		"Relacionar a importância do trabalho técnico com as opções políticas, por vezes não haverá uma relação tão directa. Não podemos fazer um binómio tão claro e tão directo entre o trabalho técnico e o resultado político."
Joana Silva		"Se considerarmos que esse conhecimento pode ajudar à tomada de decisão, porque os políticos necessariamente ao tomarem a decisão têm que basear-se em algum conhecimento científico, acho que nesse sentido, o conhecimento técnico-científico é importante para a tomada de decisão."
Victor Cavaco		"O facto de haver formação específica na área do ambiente ajuda muito mais a ter uma outra perspectiva e saber onde mexer para poder alterar as coisas, mas essa percepção não tem a ver só com a existência ou não de Engenheiros do Ambiente."
António Costa da Silva		"O suporte técnico foi sempre decisivo na minha perspectiva, não tanto com assessores políticos ou agentes políticos, mas com um conjunto de entidades e organizações que estão no terreno, que foram o suporte fundamental em termos técnicos para a acção política e para a tomada de posições muito conscientes."
Orlando Borges		"O suporte técnico foi importantíssimo para a decisão política, ou seja, não tenho dúvida absolutamente nenhuma que a credibilidade de algumas decisões políticas passaram por uma capacidade técnica muito forte, muito coerente, muito científica."
José Gomes Mendes		"Qualquer decisão ou implementação de medidas tem subjacente um suporte técnico, pelo que reveste a maior importância."

Legenda: Pouco importante  | Variável  | Importante  | Muito importante 

Tabela 4.1 - Importância do suporte técnico na tomada de decisão (continuação)

Inquiridos	Avaliação	Citação
Assunção Cristas		"Eu acho que tudo aquilo que nos aparece e é considerado do ponto de vista de informação científica estruturada e fundamentada é muito relevante para tomar decisões, e sobretudo para pressionar uma agenda."
Pedro Soares		"Termos um corpo técnico muito sólido e virado para enfrentar os desafios futuros é crucial. Sem isso, corremos o risco de estar a tomar decisões políticas que vão ter impactos nas próximas gerações e em todo o sistema ecológico dos próximos tempos, que não são sustentáveis, e, portanto, isso seria um erro absolutamente estratégico, dramático para todos nós."
Filipe Duarte Santos		"O suporte técnico para as políticas de ambiente, em especial a fundamentação científica, são reconhecidamente em Portugal, fundamentais."
Carlos Teixeira		"Muito importante. Sem conhecimento técnico é praticamente impossível legislar «com pés e cabeça» o Ambiente, e é isso que tem faltado muitas vezes. Faz muita falta a Portugal políticas que são explicitamente justificadas com base em resultados que resultam de trabalho científico."
Ângela Moreira		"Os técnicos do ambiente são importantes, mas as coisas não podem ser vistas isoladamente, tem de ser uma discussão colectiva. Podem ser tratadas pelo Ambiente, mas primeiro temos de ir ao terreno."
Nuno Lacasta		"Varia muito de dossier para dossier, não podemos fazer esta generalização. A política de ambiente não se cinge à actividade do Ministério do Ambiente ou das suas organizações. Está nos ministérios das outras áreas de política que não Ambiente, o verdadeiro poder na tomada de decisão."
Miguel João de Freitas		"O suporte técnico é essencial para todas as decisões políticas, mas é diferente o trabalho no Parlamento do trabalho no Governo. No Governo, não há nenhuma decisão política sem suporte técnico, ao contrário do Parlamento, em que não há o apoio técnico, são apenas alguns assessores e muito limitado."
Renato Sampaio		"Houve muitas decisões, muitos relatórios, muita investigação, muita sensibilização das pessoas para essas matérias, e, portanto, tudo o que foi feito ao nível científico permitiu concluir que era preciso actuar rapidamente nestas áreas. Do ponto de vista técnico, acho que é da maior importância para chegarmos a uma decisão política correcta."
Carlos Pimenta		"É absolutamente chave. À medida que o sistema está a mudar por causa das mudanças climáticas e das outras alterações de ciclos globais, ainda mais a ciência, a tecnologia e a técnica são necessárias, porque têm que mobilizar, não se pode fazer sem eles. O «achómetro» não funciona."
Humberto Rosa		"Tem importância, decisivo não é. Esse apoio técnico é importante, mas não é determinante, porque o rumo político não vem do que o técnico pensa. O técnico pode pôr a sua capacidade e pensamento a ajudar a uma melhor solução, que porventura saia pior se ele não estivesse lá."
Elisa Ferreira		"A parte técnica, combinando instrumentos económicos com instrumentos de engenharia, acho que é fundamental. Temos de ter uma boa base técnica, mas não ficarmos apenas pelo técnico: termos depois a perspectiva em que agenda, em que processo e em que trajectória essas componentes técnicas se integram e o que é que elas vão alimentar."
Paula Sarmento		"O suporte técnico é sempre determinante para qualquer processo de tomada de decisão. Sem um bom suporte técnico, não pode haver nem decisões fundamentadas, nem boas decisões. O problema é que em muitas das áreas de política se estão a perder (por reforma) os quadros técnicos existentes, sem oportunidade de transmissão do conhecimento a novos colegas."

Legenda: Pouco importante  | Variável  | Importante  | Muito importante 

Tabela 4.1 - Importância do suporte técnico na tomada de decisão (continuação)

Inquiridos	Avaliação	Citação
António Capucho		É absolutamente decisivo, porque é uma matéria cada vez mais difícil no plano técnico, e porque as questões ambientais e as decisões sobre a política ambiental obrigam, primeiro a estudos de impacte ambiental, que nem sempre são feitos; em segundo lugar, exigem uma concertação com as políticas económicas. Os políticos têm que ter um suporte técnico muito forte para poderem tomar as suas decisões."
António Carmona Rodrigues		"É importante. Em alguns casos, as decisões deveriam dar mais atenção às questões técnicas para garantir um suporte mais sólido. Às vezes, as condições técnicas não são suficientemente avaliadas ou analisadas para poderem entrar com mais peso no processo de decisão, mas aí também pode entrar em jogo uma certa avaliação estratégica, para além das questões sociais e económicas."
António Félix Rodrigues		"Extremamente importantes, pois caso contrário, não existiriam critérios minimamente objetivos para avaliar impactos ou infrações, nem tão pouco seria possível estabelecerem-se valores paramétricos de qualidade ambiental, como por exemplo nas áreas da poluição."
Luísa Schmidt		"Nas políticas de resíduos, água, saneamento básico e também do ar, é muito importante a formação dos técnicos para escolher tecnologias adequadas e saber manuseá-las. É essencial para estas políticas a existência de técnicos para criar adequação e qualidade nos dados e a sua divulgação."
Gonçalo Anastácio		"Parece-me que os técnicos, ou as classes técnicas, não foram todas ouvidas nessa tomada decisão. Mesmo agora com a questão da lei dos fogos, a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas predispôs-se a ajudar o Governo e as equipas pluridisciplinares para criar um ordenamento da paisagem, e essa ajuda acabou por não levar à concretização da lei."
Ivone Pereira Martins		"O suporte técnico é sempre crucial na vontade política e na demonstração de liderança na área do ambiente. Um exemplo é as alterações climáticas."
Arminda Deusdado		"Fundamental, com pessoas é que se faz a diferença. Pessoas que saibam, pessoas que são imaginativas e que conseguem olhar de forma local para os espaços. Isto é válido a nível das águas, a nível da gestão do solo, a nível da biodiversidade, a nível da energia. É preciso em todos os sítios pessoas ligadas às partes mais técnicas."
Ricardo Garcia		"Um decisor que decide só da cabeça dele, a probabilidade de tomar uma má decisão é muito grande, portanto, o suporte técnico é sempre essencial. Claro que a decisão final é sempre política, porque você pode dizer, «o melhor é ir por ali», e o político diz, «não, a gente não pode ir por ali porque isso vai ter efeitos de outra ordem», que também tem de contabilizar, mas acho que é essencial."
Carla Castelo		"Tenho ideia de que, não sei se é real ou não, muitas vezes as decisões são tomadas faltando suporte técnico, ou seja, as decisões são políticas, mas porque há determinado interesse económico para se fazer assim, porque é o que move."
Francisco Ferreira		"Eu acho que, em todo o mundo e também em Portugal, há muitas decisões que não tiveram o suporte técnico que deveriam ter tido, mas também é verdade que há muitas decisões que têm um elevado suporte técnico, e ainda há decisões que foram tomadas, do ponto de vista político, contra o suporte técnico."
Francisco Andrade		"Eu diria que atingimos um pico no final da primeira década deste século, e neste momento, os profissionais de ambiente estão a perder importância. Todos estão a perder importância porque, politicamente e em termos de governação, o Ambiente está a ser visto como um entrave à Economia."
Marlene Marques		"Infelizmente, há muitas decisões políticas que se baseiam em critérios que não são estritamente dos técnicos ou eticamente aceitáveis, muitas vezes, baseiam-se noutros critérios menos claros e transparentes. Sem suporte técnico os processos de decisão são mais frágeis pois não contam à partida com avaliações que se pretendem objectivas e que mostram mais claramente os impactos das tomadas de decisão."

Legenda: Pouco importante  | Variável  | Importante  | Muito importante 

Discussão

Através dos resultados obtidos, conclui-se que alguns inquiridos avaliaram o suporte técnico como o que “é”, enquanto que outros inquiridos o avaliam como o que “deve ser”. Pressupõe-se que esta avaliação tenha sido feita com base na própria experiência, dado que todos consideram o suporte técnico por si só fundamental. Na figura 4.12, é possível observar os resultados globais.

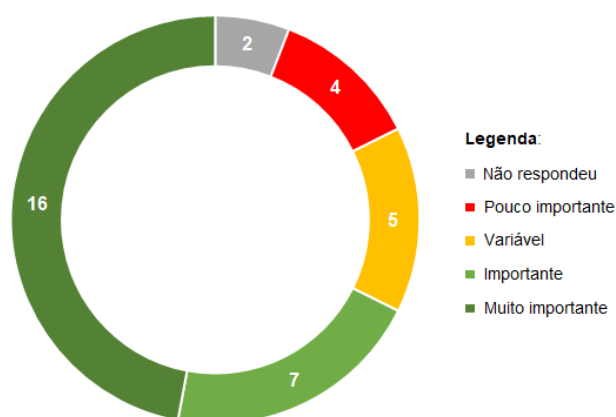


Figura 4.12 - Avaliação global da relação entre o suporte técnico e a tomada de decisão

Verifica-se que 23 dos 34 inquiridos atribuiu como “importante” ou “muito importante” ao suporte técnico para a tomada de decisão, sendo a resposta dominante. Enquanto alguns consideram que é a condição actual, outros consideram que deve ser.

Os titulares de cargos públicos e políticos atribuem importância, no entanto, verificam-se algumas opiniões variáveis. Nem todos consideram que o suporte técnico prestado tenha uma relação directa com a decisão política final: não se pode generalizar, pois a política de ambiente é transversal a outros ministérios; não se pode separar a intervenção de profissionais de ambiente de outros profissionais, pois todos têm a sua importância; cabe ao decisor político essa tarefa, e não ao técnico.

A maioria dos ex-titulares de cargos públicos e políticos considera o trabalho dos técnicos de ambiente essencial para a tomada de decisão, baseando-se na própria experiência profissional, sendo o grupo que melhor avaliação atribuiu. Verifica-se, no entanto, uma diferença de opinião: enquanto a maioria considera absolutamente decisivo, também foi considerado importante mas não decisivo.

Os profissionais de ambiente tanto atribuem elevada importância como a consideram reduzida. Embora todos considerem que é um trabalho importante, é referido que os técnicos nem sempre são ouvidos pelo decisor político. Isto significa que a classificação negativa foi baseada no que “é” e não o que “devia ser”.

Da mesma forma, os jornalistas também atribuem classificação positiva e negativa. Embora a prestação de serviços se verifique, sobrepõem-se outros interesses, nomeadamente económicos, acabando por afectar a decisão final e reprimir o trabalho dos profissionais de

ambiente. Assim, apesar de se considerar que o suporte técnico é importante, acaba por não ser aplicado.

Os líderes das associações de ambiente não atribuíram uma avaliação positiva. Embora muitas decisões tenham sido tecnicamente suportadas, considera-se que existem três variantes: decisões que não tiveram o suporte técnico necessário, decisões com um elevado suporte técnico e decisões políticas tomadas contra o suporte técnico. Assim sendo, não pode haver uma relação tão directa entre o suporte técnico e a tomada de decisão. Também é referido que o papel dos profissionais de ambiente não é relevante o suficiente e está a perder importância, embora se considere que devia ter. Os processos da tomada de decisão devem ser bem sustentados tecnicamente para decisões mais sólidas e coerentes, no entanto, há muitas decisões políticas que não se baseiam nos critérios defendidos pelos próprios profissionais, pois, novamente, há outros interesses em causa.

4.6. Classificação dos meios disponíveis

De forma a verificar se os meios actuais são satisfatórios para contribuir para uma melhoria contínua das políticas de ambiente, inquiriu-se os titulares de cargo públicos e políticos e os líderes das associações de ambiente sobre esse aspecto. Os resultados observam-se na figura 4.13.

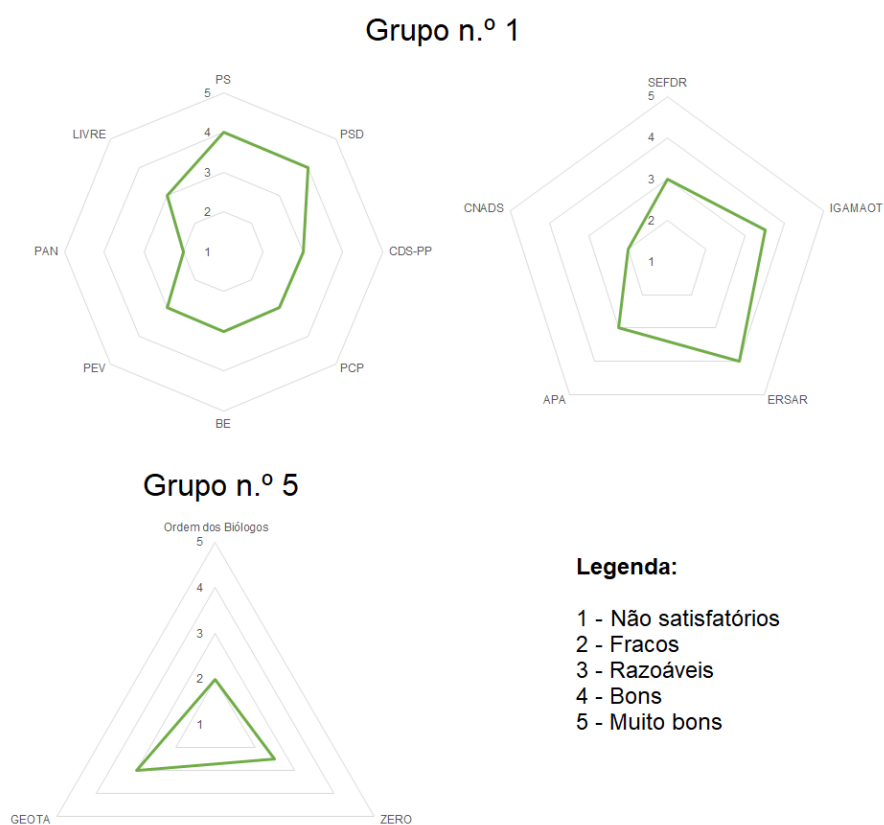


Figura 4.13 - Classificação atribuída ao meios disponíveis

Grupo n.º 1 – Titulares de cargos públicos e políticos

Partidos políticos

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que sete em dez respondentes partidários consideram os meios satisfatórios. No caso em que respondeu mais de um representante do mesmo partido (BE e PEV), calculou-se a média das respostas.

Renato Sampaio considera que os meios do PS são um reforço grande para as políticas de ambiente. António Costa da Silva tem a capacidade de recrutar e contratar entidades ou empresas para tarefas muito específicas, e nunca lhe foi limitada essa possibilidade. Refere que o PSD é um grupo parlamentar grande na área do ambiente, tendo deputados na área da água, plásticos, resíduos e energia.

Para Assunção Cristas, faz falta ao CDS ter pessoas com formação profunda na área do ambiente: “há muita informação já disponível, mas em muito pontos faltam estudos prospectivos, e no parlamento não se conseguem fazer esses estudos, não há recursos humanos nem técnicos”.

Ângela Moreira refere que, para se poder trabalhar mais, é necessário que o PCP esteja mais representado: “nós os 15 apresentámos tantas propostas e fizemos tanto trabalho como os outros 80 e tal nos outros grupos parlamentares”.

Um dos meios que Pedro Soares considera importante ter ao dispor é a capacidade de ouvir: “a capacidade de compreendermos aquilo que estamos a viver e os desafios que estamos a ter em termos ambientais e ecológicos, a capacidade de podermos ter uma ligação muito forte às agendas dos movimentos, e a capacidade de gerar dinâmicas, propostas, debate, no sentido de propiciar mudanças a esse nível”.

Segundo Victor Cavaco, quantos mais meios, melhor será a actuação do partido, e para isso é necessário mais votos e maior empenho dos eleitores na causa do PEV. Mesmo assim, considera que, com os poucos meios que tem, o partido alcança muito. Joana Silva realça a importância do trabalho com as universidades ou com organizações do sector, e com as associações ambientalistas.

Para Cristina Rodrigues, os meios do PAN são fracos, mas não são completamente insatisfatórios, muito devido à equipa que o partido tem. A seu ver, é difícil encontrar uma pessoa de Ambiente que domine todos os temas existentes, e se tivesse mais meios, contrataria mais pessoas, cada uma especializada nas várias áreas do Ambiente.

Carlos Teixeira aplaude os recursos disponibilizados aos partidos portugueses e a sociedade “bem informatizada”. Refere, contudo, que há aspectos negativos, como o acesso à comunicação, cada vez mais difícil devido à alteração da lei da imprensa: “os meios de comunicação social são apenas obrigados a cobrir a campanha dos partidos representados na Assembleia da República, o que faz com que qualquer outro partido seja praticamente ignorado

durante a campanha”. Considera que há recursos bons em Portugal para criar partidos, mas não há recursos para os manter.

Governo e Directores-Gerais

Filipe Duarte Santos atribui esta avaliação fraca à escassez de recursos humanos e materiais no CNADS.

Segundo Nuno Lacasta, os meios disponíveis na APA são de altíssima qualidade face aos desafios e aos ritmos crescentemente acelerados e complexos. Refere que, sem embargo, tem pela frente importantes desafios, desde logo em termos de habilitações específicas por parte dos colaboradores, que começam a necessitar de uma formação mais analítica e operativa para a última geração de políticas. Por outro lado, refere uma permanente “guerra à burocracia”, como condição essencial de melhor governação e de eficiência nas decisões, não só no Ambiente, mas das políticas públicas em geral.

Para Nuno Banza, nunca haverá recursos suficientes para cumprir todas as atribuições e competências na IGAMAOT, pois “isso entronca com uma concepção de Estado, que faz variar o limite”. Se a variação do limite é subjectiva, então as condições óptimas para si, podem ser muito baixas para outro. Independentemente das suas atribuições ou competências, “por mais que elas possam diminuir ou crescer, a forma como nós as exercemos faz toda a diferença”.

José Brito e Silva refere que “os recursos dependem sempre das competências que são atribuídas, e nesse contexto, quanto maior for o número de atribuições conferidas a uma inspecção-geral, maior será a necessidade de recursos para a cumprir”.

Orlando Borges considera que a ERSAR tem as capacidades técnicas, embora a carga de trabalho seja elevada para a quantidade de técnicos. O enquadramento do ponto de vista financeiro também é suficiente para as tarefas da entidade reguladora. Destaca a indisponibilidade de componentes de natureza política como os elementos que impedem que a missão da entidade tenha seguimento e seja concretizada na sua plenitude.

Miguel João de Freitas vive uma circunstância posterior à catástrofe causada pelos incêndios florestais, em 2017, pelo que a sua gestão se encontra altamente reforçada: tem acesso a um fundo monetário 85% maior do que o seu antecessor. Refere que “temos necessidade de viver em função das nossas circunstâncias, gastar em função das disponibilidades”, portanto, sente-se satisfeito com os meios, mas gostaria de ter melhores.

Grupo n.º 5 – Líderes de associações de Ambiente

Os líderes das associações de ambiente tanto consideram os meios fracos como razoáveis.

Francisco Andrade considera os meios da Ordem dos Biólogos escassos. A seu ver, um dos problemas que a ordem enfrenta decorre da premência do processo em curso de reconhecimento profissional na área da saúde pública, que mobiliza recursos que não permitem depois que a questão igualmente importante do reconhecimento profissional dos

biólogos enquanto profissionais de ambiente esteja a receber o mesmo nível de atenção. Refere que os próprios biólogos não se apercebem que há insuficiente importância atribuída às questões do ambiente, e da utilidade de uma ordem representativa no âmbito dessas questões.

A missão da ZERO é “dar resposta às pessoas, e aí nós estamos a falhar porque isso exige, efectivamente, uma estrutura profissional”. Refere que o rácio entre aquilo a que são solicitados e aquilo a que conseguem dar resposta é muito baixo. Para contrariar isso, seria necessário ter a capacidade financeira para ter especialistas a trabalhar nessas áreas. Classifica os meios entre fracos e razoáveis, dada a falta de financiamento.

Marlene Marques considera os meios do GEOTA razoáveis, pois tem recursos humanos muito bons com diferentes formações académicas e maioritariamente com formação de nível universitário, sejam voluntários ou assalariados, apesar da falta de financiamento para apoio da logística e funcionamento da organização. A seu ver, a exigência da discussão ambiental hoje é muito mais alta, e tem de se ter uma casa física para se discutir ideias, para produzir trabalho, seja ele em regime assalariado ou voluntário, havendo imensos custos financeiros. Hoje há muito menos apoio do Estado ao funcionamento das ONGA do que existiu no passado, mesmo que tenham estatuto de entidade colectiva de utilidade pública, que é o caso do GEOTA. Assim sendo, tem recursos humanos, mas tem poucos recursos financeiros e logísticos.

Discussão

Globalmente, os resultados dos meios apresentam variedade, oscilando entre fracos e bons. Dado que a classificação atribuída pelos inquiridos foi por vezes intermédia, alargou-se o espectro, como se observa na figura 4.14.



Figura 4.14 - Classificação global sobre os meios disponíveis

Analisando os resultados dos partidos parlamentares, conclui-se que o número de deputados eleitos à Assembleia da República está em linha com os meios classificados, ou seja, o PS e o PSD consideram que têm os melhores meios, e o PAN os piores.

De uma forma geral, os respondentes partidários referem que é necessário assegurar uma maior representação parlamentar para contratar mais profissionais, seja de Ambiente ou outra área, e isso implica um maior empenho por parte dos eleitores.

Destaca-se a crítica feita pelo representante do partido LIVRE à comunicação social por não abordar os partidos sem representação parlamentar, tal como Ribeiro Telles criticou outrora o reduzido tempo de antena conferido ao MPT.

Embora se lamente a falta de recursos humanos e materiais no CNADS, identifica-se uma forte capacidade técnica na APA e ERSAR, assim como a gestão da Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural se encontra reforçada.

Os meios classificados pelos líderes das associações de ambiente não ultrapassaram o razoável. Por um lado, sobressai uma preocupação sobre a desatenção dos Biólogos relativamente à área do Ambiente, na Ordem dos Biólogos. Por outro lado, as ONGA lamentam a sua fraca capacidade financeira, embora a capacidade técnica seja boa. A líder do GEOTA também critica o pouco tempo de antena disponibilizado, tal como o LIVRE, e considera que a ONGA deve pagar menos impostos, dado que presta um serviço à comunidade ao nível da sensibilização e educação ambiental e da produção de documentos informativos, e promove reflexão política sobre questões emergentes que interessam a todos e ao planeta.

Assim sendo, conclui-se que os partidos políticos com maior representação na Assembleia da República revelam ter os melhores meios, bem como a ERSAR. Destaca-se o facto desta entidade reguladora ser independente no exercício das suas funções, não se encontrando sujeita a superintendência ou tutela governamental no âmbito desse exercício (Lei n.º 10/2014 de 6 de Março). Pelo contrário, os líderes das associações de ambiente revelam ter os piores meios, nomeadamente devido à falta de financiamento, sendo o apoio do Estado aquém do desejado.

4.7. Suporte técnico disponível em matéria de Ambiente

De forma a compreender o tipo de suporte técnico disponível aos titulares políticos e às associações de ambiente, inquiriu-se os grupos sobre esse aspecto.

Grupo n.º 1 – Titulares de cargos políticos

Partidos políticos

Actualmente, a Assembleia da República é composta por 230 deputados. De forma a averiguar a sua pluridisciplinaridade, investigou-se sobre as suas formações académicas. É possível concluir que mais de metade do Parlamento é composto por deputados formados em Direito, Economia e Gestão, como se observa na tabela 4.2. Pelo contrário, Ciências Naturais, Exactas e da Engenharia e Tecnologias apenas perfazem 11% do Parlamento, com quinze formações diferentes. Na CAOTDPLH dominam as Ciências Sociais e Humanas, embora o peso do grupo das Ciências Naturais, Exactas e da Engenharia e Tecnologias aumente um pouco.

Tabela 4.2 - Formação dos deputados à Assembleia da República e na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH)

Grupo	Formação	Parlamento		CAOTDPLH	
		N.º	%	N.º	%
Direito	Direito	80	35%	13	27%
Economia e Gestão	Economia; Gestão	38	17%	4	8%
Outras Ciências Sociais e Humanas	Ciência Política; Relações Internacionais; Contabilidade; Psicologia; Sociologia; Arquitectura; Arquitectura Paisagista; Educação; Administração Pública; História; Letras; Filosofia; Filologia; Antropologia; Arqueologia; Humanidades; Turismo; Geografia; Ciências da Comunicação; Comunicação Social; Design Gráfico	72	31%	19	39%
Ciências Naturais, Exactas e da Engenharia e Tecnologias	Biologia; Física; Química Tecnológica; Matemática; Ciências da Engenharia; Electrotecnia; Engenharia Electrotécnica; Engenharia Civil; Engenharia do Ambiente; Engenharia Zootécnica; Engenharia Química; Engenharia Agronómica; Engenharia de Recursos Florestais; Engenharia Mecânica; Engenharia e Gestão Industrial	25	11%	9	18%
Ciências Médicas e da Saúde	Medicina; Enfermagem	8	3%	2	4%
Não disponível	-	7	3%	2	4%
Total	-	230	100%	49	100%

Fonte: Parlamento & Grupos Parlamentares

De forma a verificar se as formações dos deputados equivalem às formações dos quadros superiores em Portugal, investigou-se sobre o número de diplomados no ensino superior, como se observa na tabela 4.3. Os grupos estão de acordo com os critérios da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Tabela 4.3 - Diplomados no ensino superior: total e por área de educação e formação

Grupo	Diplomados no ensino superior (N.º)	Diplomados no ensino superior (%)
Ciências Sociais, Comércio e Direito	23342	30%
Educação, Artes e Humanidades	11395	15%
Ciências, Matemática e Informática	6307	8%
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	16105	21%
Agricultura	1711	2%
Saúde e Protecção Social	13412	17%
Serviços	4735	6%
Total	77034	100%

Fonte: PORDATA, 2018

Embora não se consiga determinar o número de diplomados unicamente em Direito, Economia ou Gestão, constata-se que a sua quota nacional é de facto inferior ao que se verifica na Assembleia da República: 30% de diplomados em Ciências Sociais, Comércio e Direito (PORDATA) versus 52% de deputados formados só em Direito, Economia e Gestão. Da mesma forma, a quota de Ciências Naturais, Exactas e da Engenharia e Tecnologias devia ser bastante superior ao que se verifica actualmente no Parlamento: 31% de diplomados nos grupos das Ciências e Engenharias versus 11% de deputados formados em Ciências Naturais, Exactas e da Engenharia e Tecnologias. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Portugal é o quinto país da União Europeia com maior percentagem de diplomados em Engenharia (OECD, 2019).

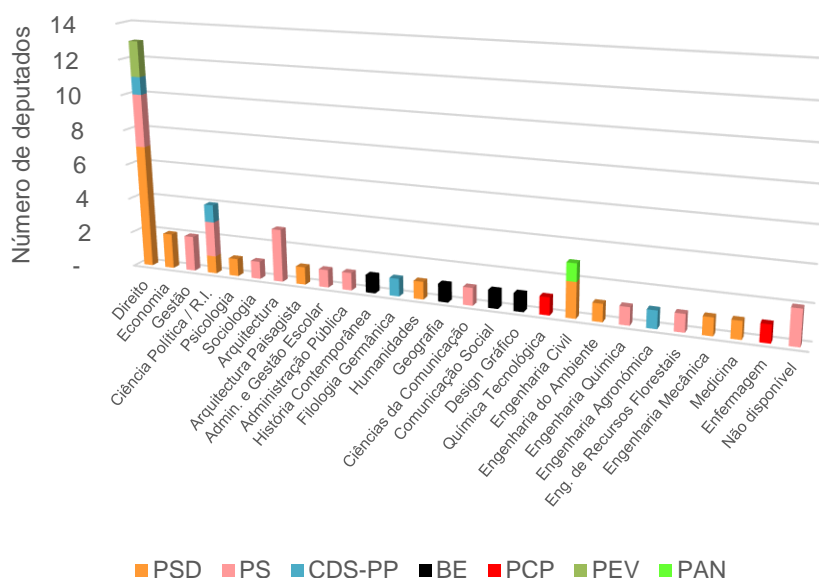
Na tabela 4.4, é possível verificar o número de deputados à Assembleia da República e dos respectivos membros da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação. O número total de deputados na comissão inclui membros efectivos e suplentes.

Tabela 4.4 - Número de deputados à Assembleia da República e na CAOTDPLH

	PSD	PS	BE	CDS-PP	PCP	PEV	PAN
N.º Deputados à Assembleia da República	89	86	19	18	15	2	1
N.º Deputados na CAOTDPLH	18	18	4	4	2	2	1

Fonte: Parlamento, 2015a & Parlamento, 2015b

Na figura 4.15, é possível observar as formações académicas na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.



Legenda: R.I. - Relações Internacionais | Fonte: Parlamento, 2015a

Figura 4.15 - Formação dos membros da CAOTDPLH

A nível político, o suporte técnico pode manifestar-se através de trabalho voluntário nos gabinetes de estudo dos partidos, ou de trabalho assalariado, por meios de assessores. Em Portugal Continental, a assessoria está presente no Parlamento, no Governo, na Presidência da República, e também nas Autarquias. Segundo Miguel João de Freitas, o Governo é bastante mais reforçado pelo trabalho técnico do que o Parlamento. Luísa Schmidt lamenta o facto de o Presidente da República não ter assessores na área do Ambiente, referindo que, embora tenha sensibilidade ambiental, não está com a agenda actualizada por esse motivo.

Os assessores parlamentares trabalham directamente para os deputados à Assembleia da República. A sua função consiste em prestar apoio aos deputados no exercício do respectivo mandato e têm a cargo os assessoria, planeamento, gestão e articulação com os deputados em torno das iniciativas de âmbito parlamentar nas diversas áreas de intervenção política. Adicionalmente, participam e executam iniciativas legislativas e projectos-lei nas áreas de intervenção.

De acordo com Maria Manuel Rola, os assessores da CAOTPLH são contratados pela Assembleia da República, estando normalmente associados a áreas de Direito para apoio na produção legislativa. Esses assessores não trabalham directamente com um partido político, mas com todos os Grupos Parlamentares (comunicação pessoal, 11 de Março, 2019). Segundo Pedro Soares, os assessores da CAOTPLH são duas Juristas e um Técnico Administrativo (comunicação pessoal, 12 de Março, 2019).

Conforme a informação disponibilizada durante os inquéritos, o PSD, BE, PEV e PAN dispõem de assessores com formação ligada ao Ambiente, que dão apoio técnico no que se refere à CAOTDPLH, ao contrário do PS e CDS-PP, sendo que o PCP não disponibilizou informação específica sobre a assessoria. Na tabela 4.5 observa-se os resultados sobre a assessoria.

Tabela 4.5 - Assessoria dos partidos políticos parlamentares

	PSD	PS	CDS-PP	BE	PCP	PEV	PAN
Assessores no GP	18	14	17	15	ND	10	4
Assessores com formação ligada do Ambiente	2	0	0	1	ND	2	2

ND – Não Disponível

O PSD tem dois assessores na área ambiental, considerando-os “elementos importantes de apoio”: a assessora principal é licenciada em Direito, com uma Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente e mestre em Gestão e Políticas Ambientais; o assessor é licenciado em Engenharia Agrícola, mestre em Administração de Empresas.

O PS tem dois assessores que auxiliam o grupo parlamentar em matérias relacionadas com a CAOTPLH: uma licenciada em Direito que trata as questões jurídicas; um mestre em Educação, doutorado em Turismo, que trata as questões ambientais. De acordo com Renato

Sampaio, o seu principal objectivo é “assessorar os deputados naquilo que possam pedir: aconselhar, pesquisar, resumir relatórios”.

De acordo com Assunção Cristas, o CDS não tem nenhum assessor com um perfil ligado ao Ambiente, no entanto, tem “pessoas com alguma formação e sensibilidade nessa área”. Justifica essa ausência com a diminuição do próprio grupo parlamentar e toda a estrutura de suporte. Contudo, tem profissionais de ambiente a trabalhar numa base voluntária no gabinete de estudos do partido, como António Carmona Rodrigues.

Ângela Moreira refere que não se pode contabilizar, embora tenha assessores definidos, pois quando trata de um assunto de Ambiente, não contacta apenas um assessor, mas múltiplas pessoas ligadas ao Ambiente e às empresas. Considera que o partido não trabalha isoladamente, é um colectivo, portanto, falar apenas sobre os assessores não seria correcto: “temos os nossos assessores, que é mediante os deputados que temos, mas não lhe posso dar um número”. A seu ver, o PCP é um partido diferente que apresenta muito trabalho: “todos trabalham, todos comunicam”.

De acordo com Maria Manuel Rola, o Grupo Parlamentar do BE tem um assessor da área do Ambiente, licenciado em Biologia. Adicionalmente, tem diversos activistas que “vão dando conta de várias questões com o Bloco e com os quais vamos dialogando na nossa ação”. Pedro Soares refere que o GP também tem Juristas ligados às questões ambientais, considerando muito importante a sua presença, não especificando a sua especialização. Durante um processo legislativo, o grupo consulta um vasto leque de entidades e pessoas, tendo um trabalho muito próximo com o CNADS, pois “reúne um conjunto de personalidades mais qualificado que há no nosso país”. Também recorre a outras entidades, como a APA e a IGAMAOT.

Segundo Victor Cavaco, o PEV tem pessoas com diversas formações. Refere que a equipa pluridisciplinar não é fixa, trabalhando consoante as situações em que estão colocados, e, portanto, dão o apoio necessário e actuam em diversas áreas. Como apoio interno da área do Ambiente, identifica-se a si (Engenheiro do Ambiente), Biólogos, Engenheiros Agrónomos, Geólogos, Geógrafos. Dependendo dos assuntos abordados, Joana Silva identifica três ou quatro assessores que acompanham por norma o trabalho desenvolvido na CAOTPLH, tendo dois formação na área do Ambiente.

O PAN dispõe de quatro assessores, dos quais dois têm formação ligada ao Ambiente: uma licenciada em Direito, mestre em Gestão do Território, Ambiente e Recursos Naturais; uma licenciada em Ciências do Ambiente, mestre em Gestão do Ambiente e da Floresta, contratada pela sua experiência técnica. A sua principal função é assessorar o deputado único na CAOTPLH: “analisar os projectos que estão na comissão, preparar exposições de motivos, fazer projectos-resolução, analisar denúncias que recebemos”.

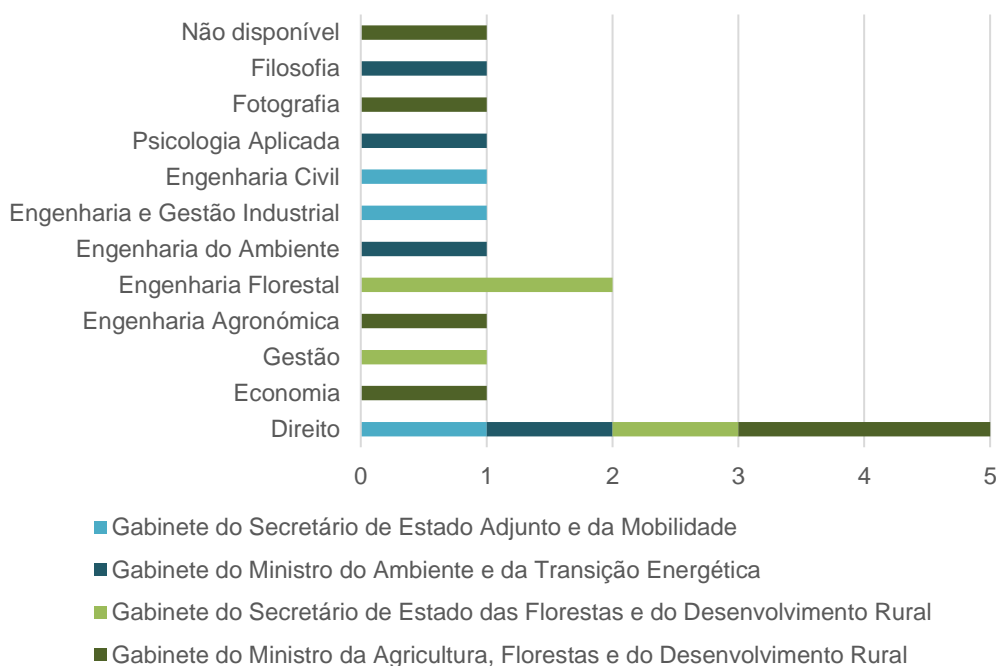
O grupo de contacto do LIVRE tem 15 pessoas, com dois Biólogos e um Engenheiro do Ambiente. Segundo Carlos Teixeira, embora o partido não tenha um assessor parlamentar, tem

um assessor na Assembleia Municipal de Lisboa (AML). É Arquitecto, e presta assessoria numa variedade de temas, incluindo Ambiente. Os dois deputados eleitos à AML são de Física e Direito. Carlos Teixeira faz parte de um conjunto de três pessoas que está na Assembleia Municipal como suplente, sendo o único da área do Ambiente: Biólogo com doutoramento em Ciências da Terra e da Vida e em Engenharia do Ambiente.

Governo

No gabinete do Ministro do Ambiente e da Transição Energética destaca-se uma Engenheira do Ambiente, técnica superior da APA, e uma licenciada em Direito, que frequenta o mestrado em Direito e Prática Jurídica: Especialidade de Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia. No gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, destaca-se uma Engenheira Civil, mestre em Planeamento Regional e Urbano.

O gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e do Desenvolvimento Rural é mais reforçado com apoio técnico. Sublinha-se a presença de um Engenheiro Agrónomico e uma licenciada em Direito, com Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente. O gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural inclui dois Engenheiros Florestais, como se observa na figura 4.16.



Fonte: Governo da República Portuguesa, 2019

Figura 4.16 - Formação base dos técnicos especialistas do Governo

Segundo Miguel João de Freitas, há duas Direcções-Gerais com dependência directa da Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural: o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

(DGADR). Como dependência indirecta, apresenta-se o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), cuja componente florestal também depende desta Secretaria.

Grupo n.º 5 – Líderes de associações de Ambiente

A Ordem dos Biólogos tem uma direcção nacional e quatro delegações regionais: Norte, Sul, Madeira e Açores. Todas as direcções são constituídas por Biólogos. Relativamente ao secretariado, apenas duas pessoas trabalham a tempo inteiro, o que decorre do facto de ser uma ordem com poucos recursos, ao contrário das outras ordens, por exemplo, a Ordem dos Engenheiros. Sente que é um problema de escala, de adesão, que não é obrigatória para o exercício da profissão, onde “o ambiente perdeu voz”, encontrando-se a Ordem “apanhada neste círculo”, o qual tenta contrariar, nomeadamente, apostando na aproximação à política.

A associação ZERO tem seis pessoas contratadas e um conjunto de pessoas voluntárias: três Engenheiros do Ambiente, um Biólogo, um Jurista, e um profissional da área da Comunicação. Os Engenheiros do Ambiente acompanham os resíduos, energia, clima e mobilidade; o Biólogo trabalha na área de conservação da natureza e biocombustíveis; o Jurista dá apoio jurídico de forma genérica e trabalha na área da pegada ecológica; por fim, o profissional de Comunicação trabalha em comunicação e materiais. Francisco Ferreira refere que a sua função, enquanto presidente, é fazer a coordenação do trabalho da associação, sendo que, além dessa coordenação, ainda trabalha na área da energia, clima e mobilidade.

No GEOTA trabalham, actualmente, 11 assalariados: duas pessoas no Secretariado e secretariado executivo, duas pessoas trabalham no Centro Ecológico e Educativo do Paul de Tornada, duas pessoas trabalham no projecto Terra Seixe, cinco pessoas no projecto “Rios Livres”. Em regime de voluntariado trabalham 15 pessoas nos órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Comissão Executiva) e 2800 associados. A Direcção tem actualmente, cerca de 20 membros. Marlene Marques refere que no início da constituição da organização eram cerca de 30 voluntários, mas as exigências começaram a crescer e “hoje os cidadãos já não precisam só daquilo que nós fazíamos antes, que era explicar conceitos, dar muita informação, realizar muitas acções de sensibilização”.

A equipa do GEOTA é pluridisciplinar: além de Presidente, Marlene Marques é Engenheira do Ambiente; a Vice-Presidente é Psicóloga; outra Vice-Presidente é Jurista; o Tesoureiro encontra-se a fazer um doutoramento em Política do Mar; o Presidente da Mesa da Assembleia Geral é Engenheiro do Ambiente. Adicionalmente, identifica outras formações como Arqueologia, Biologia, Antropologia, Arquitectura, Arquitectura Paisagista, Geologia, Ciências da Educação, Comunicação, Contabilidade. Relembra o facto de o fundador do grupo ser Engenheiro Electrotécnico, embora tenha sido muito importante ter Engenheiros do Ambiente na génese da associação.

Discussão

Durante a investigação realizada sobre a assessoria parlamentar, constata-se que foi a informação mais difícil de recolher, pois não se encontra divulgada no site do Parlamento, ao contrário do Governo. Durante as entrevistas, por vezes, não foi possível obter um número concreto de assessores nem informação sobre as respectivas formações, o que indica a necessidade de uma melhor gestão. Parte da informação foi obtida gradualmente, através de comunicação via e-mail.

Comparando o suporte técnico actual com a questão da importância dos profissionais de ambiente nos partidos políticos, conclui-se que o PSD, BE, PEV e PAN estão em linha com a classificação atribuída. Verifica-se que, apesar de Renato Sampaio considerar extremamente importante, o PS não dispõe de um profissional de ambiente para tratar as questões ambientais, assim como o CDS-PP. Adicionalmente, conclui-se que o assessor municipal do LIVRE está ligado ao planeamento urbano e territorial, sendo especializado numa matéria transversal ao Ambiente.

Assim sendo, conclui-se que é necessário aumentar a pluridisciplinaridade na Assembleia da República, através do alargamento do espectro de profissionais, nomeadamente no domínio da Engenharia e das Ciências Naturais e Exactas. É um factor essencial de maximização de recursos na resposta a alguns dos problemas ambientais que o país enfrenta, permitindo conciliar os pontos de vista das diversas especialidades.

Relativamente às associações de ambiente, constata-se que o suporte técnico está em linha com os meios disponíveis: a Ordem dos Biólogos tem o menor número de pessoas a trabalhar a tempo inteiro, e os meios são considerados fracos, e o GEOTA tem o maior número de assalariados, cujos meios foram considerados os melhores, apesar de apenas razoáveis. Conclui-se quanto maior o número de assalariados, melhores são os meios para contribuir para uma melhoria contínua das políticas de ambiente, sendo algo que o Estado deve apoiar com maior empenho.

4.8. Relacionamento com profissionais de ambiente

De forma a investigar sobre o tipo de relação que os titulares de cargos políticos têm com profissionais de ambiente, inquiriu-se os mesmos sobre esse aspecto.

Grupo n.º 1 – Titulares de cargos políticos

Partidos políticos

Renato Sampaio sempre trabalhou com profissionais de ambiente, classificando-o como um bom relacionamento: “as questões do ambiente levam muitas vezes a uma discussão viva. Sempre ouvi as associações ambientalistas, os técnicos de ambiente, e sempre que preciso,

recorro a técnicos que me possam dar informação e usar os dados necessários para tomar as posições que entender”.

António Costa considera-se “um homem do campo, um homem do Alentejo”. Na sua perspectiva, a relação homem-natureza é vital para o desenvolvimento desse território, sendo o grande instrumento do futuro. Refere que “a região do Alentejo apostou como chapéu na excelência ambiental e patrimonial”. O seu relacionamento com profissionais de ambiente é muito positivo.

Numa lógica profissional, com uma posição paga no partido, Assunção Cristas admite não trabalhar com profissionais de ambiente. Contudo, no gabinete de estudos do CDS, existem profissionais que têm trazido suporte a trabalhar numa base voluntária. Relembra o Professor António Carmona Rodrigues, que coordena a área do território, e o Professor Miguel Moreira Silva, na área da energia. Classifica o relacionamento com esses profissionais positivo e muito próximo.

Para Ângela Moreira, o trabalho não se resume apenas aos profissionais de ambiente, valorizando a cooperação com trabalhadores operários que se dedicam ao Ambiente há trinta, quarenta anos. Considera o relacionamento com todos estes profissionais excelente, em que “a qualquer hora se liga, se fala e se tira dúvidas. É um relacionamento de militância, que só no PCP se vê”.

Pedro Soares é Professor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), e é aí que tem desenvolvido a sua actividade profissional. Tem uma relação muito forte com profissionais de ambiente, nomeadamente no planeamento e ordenamento do território. Actualmente, na CAOTDPLH, tem uma ligação próxima a um vasto conjunto de entidades e de pessoas ligadas ao ambiente: “praticamente todos os dias recebo e falo com pessoas que estão ligadas aos movimentos ambientalistas ou a estruturas do Estado, mas sempre ligadas às questões do Ambiente”.

Victor Cavaco tem uma boa relação com os profissionais que trabalham na área do ambiente, e até mesmo com ONGA, como o GEOTA. Joana Silva relembra que, nas audições públicas parlamentares sobre vários temas, o PEV convida frequentemente associações de Ambiente, pois “é importante ouvir. Têm trabalho produzido nessa área, e faz todo o sentido enquadrar esse conhecimento no nosso trabalho”.

Para Cristina Rodrigues, foi muito útil a contratação de uma profissional de ambiente no PAN, sendo o seu relacionamento positivo. Considera que há uma complementaridade entre o conhecimento dela e do seu: “conseguimos juntar as duas coisas, o meu sozinho é incompleto, o dela sozinho é incompleto para aquilo que nós queremos fazer aqui, e, portanto, a junção de ambos é muito importante”.

Carlos Teixeira é investigador e considera o seu relacionamento com profissionais de ambiente muito positivo. Colabora com Engenheiros do Ambiente, Engenheiros Florestais, Biólogos, Físicos, Engenheiros Agrónomos, todos a trabalhar em Ambiente, nas suas diversas

componentes, mas sempre de um modo multidisciplinar. A seu ver, os profissionais de ambiente que se envolvem em ONGA “acabam por ter uma visão mais ampla do que aqueles que ficam nas suas respectivas disciplinas só enquanto investigadores”.

Governo

José Gomes Mendes refere que as relações que tem mantido no exercício de funções como Secretário de Estado, junto dos profissionais de ambiente, têm sido “marcadas pela cordialidade e cooperação mútuas, sempre com o objetivo de encontrar as melhores soluções para os desafios com que nos debatemos todos os dias, sobretudo na relação entre os transportes, mobilidade e as alterações climáticas”.

Miguel João de Freitas recorda que, enquanto anterior deputado à Assembleia da República, o seu assessor directo era Engenheiro do Ambiente, considerando-o um dos melhores assessores que teve até hoje. Apesar de não se considerar um profissional de ambiente, julga-se um profissional com elevada sensibilidade ambiental. Considera que o profissional de ambiente engloba “não apenas o Engenheiro do Ambiente, mas todas as profissões complementares e suplementares da Engenharia do Ambiente”. As questões da sustentabilidade são as questões essenciais da sua Secretaria de Estado, onde foca o seu trabalho e sente que a questão ambiental é cada vez mais a questão do futuro. Como Agrónomo, sente que alguns colegas têm um nível de percepção e sensibilidade abaixo daquilo que seria desejável.

De uma forma global, os titulares de cargos políticos classificam o seu relacionamento com profissionais de ambiente entre positivo e muito positivo, de acordo com a figura 4.17.



Figura 4.17 - Balanço sobre o relacionamento dos inquiridos com profissionais de ambiente

4.9. Trabalhos jornalísticos mais marcantes em matéria de ambiente

A comunicação social tem um importante papel na transmissão de informação, transformação do pensamento e mudança comportamental. Procura tornar os cidadãos mais participativos na sociedade moderna, indispensável em matéria de ambiente. De forma a investigar sobre o tipo

de trabalho jornalístico ligado às questões ambientais, entrevistou-se os jornalistas em questão sobre esse aspecto.

Grupo n.º 4 – Jornalistas especialistas em Ambiente

Primeiramente, Arminda Deusdado relembra o facto do programa “Biosfera” estar no ar há 13 anos, e ser citado em inúmeras teses de mestrado e doutoramento. É um magazine semanal que dá relevo às questões ambientais, e a sua função é mostrar os erros e apontar caminhos. Refere que o programa cumpre a missão de chegar ao público, bem como ao Parlamento e aos meios políticos.

Um documentário que considera importante na sua carreira foi sobre a construção da Barragem do Baixo Sabor e as consequências ambientais para o equilíbrio natural da região, “antes de ser emparedado naquela demência que foi aquela barragem”. A nível de emissões e contaminação, relembra o trabalho marcante sobre a radioactividade, com a exploração de urânio. Actualmente, encontra-se a trabalhar sobre o metano com a equipa do “Biosfera” e com vários especialistas ligados à área da qualidade do ar.

Ricardo Garcia acompanhou de perto toda a problemática dos resíduos. Os seus primeiros artigos, em 1988, focaram-se nos resíduos e na “transição de uma política completamente caótica”, lembrando as 350 lixeiras que havia pelo país e a criação posterior de soluções referentes a esse problema. Mais recentemente, o tema das alterações climáticas tem ocupado 80% do seu tempo, nomeadamente as negociações internacionais. Durante 10 anos, escreveu uma crónica semanal baseada na sua própria experiência, sobre as dificuldades de ser sustentável no dia-a-dia, em que contava as suas histórias e aproveitava para transmitir algum conteúdo, sendo algo que pretende retomar. Salienta que foi a melhor forma que encontrou de transmitir conteúdo que chegasse às pessoas, e que nunca teve tanto *feedback* positivo.

A nível nacional, a reportagem mais marcante para Carla Castelo designava-se “As grandes barragens”, sobre o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico. A seu ver, “ficou claríssimo que as opções que foram tomadas iam contra o interesse colectivo e que favoreciam o interesse das hidroeléctricas, no caso da EDP e da Iberdrola e Endesa. Era um programa que tinha o intuito de favorecer as empresas hidroeléctricas e o sector da construção”.

Carla Castelo também considera marcante a sua cobertura sobre a Cimeira do Clima em Copenhaga, em 2009. Foi uma cimeira com uma expectativa elevada para a criação de um acordo robusto e vinculativo, com uma presença massiva de chefes de estado de todo o mundo, que acabou por ser um falhanço. Presenciou “como as coisas acabam por funcionar um pouco por debaixo da mesa, a falta de transparência, a política internacional, a diplomacia internacional”. Apesar de acreditar no sistema político e entender que não se deve ter uma visão generalizada dos políticos, “temos visto repetidamente situações em que as decisões são tomadas, ou os acordos acabam por ter um desfecho que não é transparente, que não têm em conta o interesse global ou o interesse nacional.

5. Recomendações

Coloca-se a questão se o Ambiente é de facto uma prioridade na política portuguesa, e se não é, o que se pode fazer para mudar. Assim, sugerem-se algumas recomendações aos grupos parlamentares, e consequentemente aos partidos políticos, que são uma componente essencial do Parlamento.

Recomenda-se à Assembleia da República:

- ✓ Realização de workshops dinâmicos sobre a temática ambiental, de forma a transmitir conhecimento aos deputados, bem como aumentar a sua sensibilidade ambiental. Embora se deva dar prioridade aos membros da CAOTDPH, todos teriam a ganhar.
- ✓ Contratação de mais profissionais de ambiente por grupo parlamentar e na própria Comissão Parlamentar de Ambiente: pelo menos um com conhecimento técnico, como Engenharia do Ambiente, e um formado em Direito, com especialização em Ambiente.
- ✓ Criação de uma página informativa no site do Parlamento sobre as nomeações dos assessores de cada Grupo Parlamentar, à semelhança do que já se encontra no site do Governo, como se verifica na figura 5.1. Esta recomendação tem o intuito de aumentar a transparência no Parlamento.

Gabinete do Primeiro Ministro

Função	Nome	Rendimento bruto	Rendimento líquido	Data de nomeação	Publicação em DRE
Chefe do Gabinete	Fernando Cordeiro (Partido Socialista)	5 456,84 €	3 022,13 €	01/10/2018	Despacho
Assessor	David Marques (Partido Socialista)	4 352,78 €	2 505,42 €	26/11/2015	Despacho
Assessor	Luís Miguel Lopes (Partido Socialista)	4 352,78 €	2 505,42 €	01/04/2016	Despacho
Assessor	Diogo Almeida (Partido Socialista)	4 352,78 €	2 505,42 €	09/12/2015	Despacho
Assessor	Beatriz Almeida (Partido Socialista)	4 352,78 €	2 505,42 €	29/02/2016	Despacho
Assessora	Margarida Almeida (Partido Socialista)	4 352,78 €	2 505,42 €	01/11/2016	Despacho
Assessor	Diogo Lopes (Partido Socialista)	4 352,78 €	2 505,42 €	01/09/2017	Despacho
Assessor	Luís Miguel Lopes (Partido Socialista)	4 352,78 €	2 505,42 €	28/05/2018	Despacho

Fonte: Governo da República Portuguesa, 2019

Figura 5.1 - Assessoria no gabinete do Primeiro-Ministro

- ✓ Criação de estágios curriculares no Parlamento, dirigidos a estudantes das áreas do Ambiente, com o intuito de acompanhar e auxiliar os assessores que lidam com as questões ambientais, criando cooperação entre o Parlamento e as universidades.
- ✓ Reorganização das comissões parlamentares, de modo a conjugar as temáticas ambientais, tendo em atenção a sua transversalidade. Destaca-se o facto de a matéria da energia e mobilidade serem fundamentais para a mitigação das alterações climáticas, sendo importante a sua presença e relação com a matéria ambiental.

6. Conclusão

Foram objectivos desta dissertação investigar a importância atribuída ao Ambiente na política portuguesa, e mais especificamente, a contribuição dos profissionais de ambiente nos partidos políticos.

Verifica-se uma mudança efectiva nas escolhas eleitorais da população portuguesa, que se identifica cada vez mais com os valores ecológicos defendidos pelos partidos verdes.

Analisando a formação académica dos porta-vozes dos partidos e o seu discurso ambiental, conclui-se que esta relação não é directa, dependendo dos valores defendidos por cada líder.

Conclui-se que o ponto de vista dos inquiridos é guiado pela própria experiência profissional, e não tanto pelo cargo ou categoria profissional.

De acordo com a maioria dos inquiridos, o tratamento das questões ambientais em Portugal não ultrapassa o razoável, considerado fraco por alguns. Embora as questões ambientais sejam maioritariamente defendidas pelos inquiridos como algo importante, é mencionado um problema de passagem da sensibilidade aos actos. Isto significa que, apesar de já haver alguma sensibilidade por parte da população, ainda não se verifica uma mudança de comportamento efectiva.

Outro aspecto abordado foi a presença de profissionais de ambiente nos partidos políticos. De uma forma geral, a informação técnico-científica é universalmente considerada como essencial, mas nem todos os partidos empregam estes profissionais como assessores, verificando-se, mais uma vez, um hiato entre as preocupações declaradas e a prática.

Questionou-se sobre os principais marcos ambientais alcançados em Portugal. Embora Portugal tenha sido inovador na criação de uma lei dedicada às questões ambientais – Lei de Bases do Ambiente (1987), foi devido à imposição de políticas europeias que desenvolveu grande parte das políticas de ambiente, através da adesão à Comunidade Económica Europeia. Não fosse o trabalho técnico vigoroso e um líder com uma sensibilidade ambiental bastante acima da média, esta lei não teria sido nem inovadora nem marcante. O voluntarismo, os especialistas e alguns responsáveis políticos com elevada sensibilidade ambiental, de vários partidos, foram chave para o seu sucesso.

O principal desafio mencionado pelos inquiridos é a alteração climática. Isso implica igualmente um desempenho técnico sólido, para desenvolver políticas de ambiente adequadas. Associado a este desafio está a descarbonização dos transportes, uso eficiente da água e a economia circular. Também foi demonstrada preocupação relativamente ao consumismo e desperdício, nomeadamente de plástico, o problema de ordenamento do território e a educação para o Ambiente.

Reconhece-se que a política carece de pessoas qualificadas da área do Ambiente, pelo que, na tomada de decisão, a informação nem sempre é suficiente, ou as decisões são tomadas por imposição de outros interesses, económicos ou ilegítimos.

Relativamente aos meios disponíveis, conclui-se que na Assembleia da República os meios são proporcionais ao número de deputados. Na administração pública, a ERSAR é a entidade que melhores meios dispõe. Os meios das associações de ambiente são limitados, não ultrapassando o razoável.

Constata-se que a quota das formações dos deputados à Assembleia da República é muito distinta da quota dos quadros superiores a nível nacional. Os deputados à Assembleia da República apresentam uma reduzida pluridisciplinaridade, em que Direito domina largamente. Verifica-se uma reduzida presença de diplomados da área científica e tecnológica, e em particular, da área ambiental.

Não é essencial o profissional de ambiente enquanto líder político, pois isso envolve outras qualidades como o carisma e a capacidade de liderança. O sucesso de líderes políticos na área ambiental, para além de uma visão do futuro, sustenta-se na sua capacidade de apoio nos profissionais de ambiente para uma tomada de decisão correcta.

Quando se questionou sobre o relacionamento dos respondentes políticos com os profissionais de ambiente, todos descreveram uma situação positiva.

Perante uma sociedade civil fraca, verifica-se que os trabalhos jornalísticos e das ONGA surgem como vozes independentes do poder, que transmitem informação e sensibilizam a população portuguesa, sendo indispensáveis.

Referências bibliográficas

Ambiente Online (2019). *Lisboa entra no C40 do grupo de Liderança Climática das Grandes Cidades*. Disponível em <http://www.ambienteonline.pt/canal/detalhe/lisboa-entra-no-c40-do-grupo-de-lideranca-climatica-das-grandes-cidades>, acedido a 12 de Fevereiro de 2019.

AML (s.d.) *Bem-vindos à página do Partido Popular Monárquico*. Disponível em <https://www.am-lisboa.pt/505100/1/index.htm>, acedido a 3 de Março de 2019.

APA (2008). *Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território em Portugal 20 anos*. Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/rea/REAOT_20anos.pdf, acedido a 22 de Março de 2019.

Bafari (s.d.). *Organograma da Bafari*. Associação Científica para a Conservação das Aves de Rapina. Disponível em <http://www.bafari.org/organograma.html#>, acedido a 9 de Março de 2019.

Banco de Portugal (s.d.). *Vice-Governadora Elisa Ferreira: Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira*. Disponível em <https://www.bportugal.pt/page/elisa-ferreira>, acedido a 10 de Março de 2019.

BE Parlamento, (s.d.-a). *Biografia: Pedro Soares*. Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Disponível em <http://www.beparlamento.net/deputado/pedro-soares>, acedido a 10 de Março de 2019.

BE Parlamento (s.d.-b). *Biografia: Maria Manuel Rola*. Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Disponível em <http://www.beparlamento.net/deputado/maria-manuel-de-almeida-rola>, , acedido a 10 de Março de 2019.

Branco, C. (2012). *A Pegada Ecológica das Organizações: Uma aplicação do método MC3 ao estudo de caso Efacec*. Tese de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Economia e Gestão do Ambiente. Universidade do Porto.

CCPI (2018a). *Climate Change Performance Index. Results 2019*. Germanwatch. Climate Action Network International. NewClimate Institute. ISBN: 978-3-943704-68-6. Patrocinado pela Fundação Barthel.

CCPI (2018b). *Components of the CCPI*. Disponível em <https://www.climate-change-performance-index.org/methodology>, acedido a 15 de Dezembro de 2018.

CE3C - FCUL (2017). *Nota biográfica de Nuno LACASTA*. Centre for Ecology, Evolution and Environment Changes. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://ce3c.ciencias.ulisboa.pt/file/Nota%20Biogr%C3%A1fica%20NL.pdf>, acedido a 9 de Março de 2019.

Cidade Mais (2018). *Biografia: Arminda Sousa Deusdado*. Disponível em <https://cidademais.pt/speaker/arminda-sousa-deusdado/>, acedido a 11 de Março de 2019.

Circular Economy Portugal (2019). *Sobre Economia Circular*. Disponível em <https://www.circulareconomy.pt/sobre-economia-circular/>, acedido a 22 de Março de 2019.

CMG (2014). *Diagnóstico Social. Conselho Local de Acção Social de Gouveia*. Rede Social de Gouveia. Câmara Municipal de Gouveia. Disponível em <http://www.cm-gouveia.pt/redesocial/Documents/Diagnostico%20Social%20Gouveia%20-%20Rede%20Social%20-%202014.pdf>, acedido a 30 de Janeiro de 2019.

CNADS (2018). *Reflexão e recomendação à Assembleia da República e ao Governo de avaliação da implementação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território, e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio) no que se refere aos Programas Especiais de Ordenamento do Território*. Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Comissão Europeia (2018). *Application Form for the European Green Capital Award 2020: Lisbon 2020 Application – Energy Performance*. Disponível em http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/wp-content/uploads/2018/07/Indicator_11_Lisbon_EN.pdf, acedido a 31 de Março de 2019.

CPADA (s.d.). *Sobre a CPADA*. Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Disponível em <https://www.cpada.pt/pt/sobre-a-cpada>, acedido a 30 de Março de 2019.

DCEA - FCT NOVA (s.d.-a). *Docentes: António Carmona Rodrigues*. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://www.dcea.fct.unl.pt/pessoas/docentes/antonio-carmona-rodrigues>, acedido a 13 de Março de 2019.

DCEA - FCT NOVA (s.d.-b). *Docentes: Francisco Ferreira*. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://www.dcea.fct.unl.pt/pessoas/docentes/francisco-ferreira>, acedido a 13 de Março de 2019.

Despacho n.º 9396/2016 de 22 de Julho. *Diário da República n.º 140/2016, Série II*. Presidência do Conselho de Ministros, Ambiente, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar - Gabinetes dos Ministros Adjunto, do Ambiente e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar.

Elliott, L. (Ed.) (2018). *Environmentalism*. Encyclopædia Britannica. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/environmentalism>, acedido a 18 de Março.

EPI (2018a). *About the EPI*. Disponível em <https://epi.envirocenter.yale.edu/about-epi>, acedido a 14 de Dezembro de 2018.

EPI (2018b). *Categorical Lens*. Disponível em <https://epi.envirocenter.yale.edu/epi-issue-summaries>, acedido a 14 de Dezembro de 2018.

EPI (2018c). *2018 EPI Results*. Environmental Performance Index. Disponível em https://epi.envirocenter.yale.edu/epi-topline?country=&order=field_epi_rank_new&sort=asc, acedido a 14 de Dezembro de 2018.

ERSAR (s.d.). *Organização: Orlando José Manuel de Castro e Borges*. Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Disponível em <http://www.ersar.pt/pt/site-ersar/site-organizacao/Paginas/Orlando-Borges.aspx>, acedido a 10 de Março de 2019.

EUVG (s.d.). *Eugénio Sequeira (Geral)*. Escola Universitária Vasco da Gama. Disponível em <https://woc.euvg.pt/euvg/person/ppgeral.do?idpessoa=62>, acedido a 15 de Março de 2019.

Fernandes, J. P. (2001). *A Política e o Ambiente. Sustentabilidade: O desafio de romper com os velhos paradigmas*. Universidade de Évora. Évora.

Fernandes, R. (2014). *A Energia Eólica em Portugal. A evolução do seu regime jurídico, em especial as alterações ao regime remuneratório das centrais eólicas*. Dissertação de Mestrado em Direito Administrativo – Vertente Energias. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito.

Francisco (2015). *Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Disponível em

http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html, acessado a 15 de Outubro de 2018.

Fundação D. Luís I (2016). *Conversas da República: Europa em democracia*. António Capucho. Disponível em https://fundacaodomluis.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=788&catid=72&Itemid=97, acessado a 10 de Março de 2019.

Galego, C.; Gomes, A. (2005). *Emancipação, ruptura e inovação: o focus group como instrumento de investigação*. In Revista Lusófona de Educação (Vol 5, pp. 173-184). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

GEOTA (2013). *Curriculum Sumário do GEOTA*. Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente. Disponível em <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultCategoryViewOne.asp?categoryId=717>, acessado a 30 de Março de 2019.

GEOTA (2016). *Contas explicadas | Contribuição do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) para a produção energética e elétrica nacional*. Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente. Disponível em <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultArticleViewOne.asp?categoryId=720&articleID=2621>, acessado a 8 de Fevereiro de 2019.

Global Footprint Network (s.d.). *How the Footprint Works*. Rede Global da Pegada Ecológica. Disponível em <https://www.footprintnetwork.org/our-work/ecological-footprint/>, acessado a 5 de Junho de 2019.

Global Footprint Network (2019a). *Pegada ecológica per capita*. Rede Global da Pegada Ecológica. Disponível em <http://data.footprintnetwork.org/#/>, acessado a 5 de Junho de 2019.

Global Footprint Network (2019b). *Portugal: pegada ecológica (número de planetas)*. Rede Global da Pegada Ecológica. Disponível em <http://data.footprintnetwork.org/#/countryTrends?cn=174&type=earth>, acessado a 5 de Junho de 2019.

Governo da República Portuguesa (2015a). *José Mendes. Biografia*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/ambiente/secretarios-de-estado?i=adjuntoedoambiente>, acessado a 11 de Março de 2019.

Governo da República Portuguesa (2015b). *Ministra da Agricultura do Mar. Assunção Cristas*. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc20/os-ministerios/mam/conheca-a-equipa/ministro/assuncao-cristas.aspx>, acessado a 11 de Março de 2019.

Governo da República Portuguesa (2017a). *A Democracia Portuguesa*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/portugal/democracia>, acessado a 12 de Fevereiro de 2019.

Governo da República Portuguesa (2017b). *Miguel João de Freitas. Biografia*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/agricultura-florestas-e-desenvolvimento-rural/secretarios-de-estado?i=florestasedodesenvolvimentorural>, acessado a 9 de Março de 2019.

Governo da República Portuguesa (2019). *Nomeações*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/nomeacoes>, consultado a 18 de Março de 2019.

Governo da República Portuguesa (s.d.). *Arquivo Histórico. Governos Constitucionais. Governos Provisórios*. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>, acessado a 6 de Setembro de 2018.

GPA (2018). Índice Nacional do Consumo Consciente. Observatório do Consumo Consciente. Green Project Awards Portugal. Fórum do consumo. Disponível em http://gpa.pt/wp-content/uploads/2018/03/OCC-Apresenta%C3%A7%C3%A3o2017_vf.pdf, acedido a 17 de Março de 2019.

Greens (2017). *Congress 2017. Victor Cavaco: Biography*. Global Greens & European Greens. Disponível em <http://greens2017.org/content/victor-cavaco>, acedido a 9 de Março de 2019.

Greens/EFA (s.d.). *About the group*. Disponível em <https://www.greens-efa.eu/en/our-group/about-greens-efa/>, acedido a 10 de Fevereiro de 2019.

Holmes, J., Clark, R. (2008). Enhancing the use of science in environmental policy-making and regulation. *Science Direct*, **11**: 702-711.

ICNF (2013). *Inventário Florestal Nacional*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/ficheiros/ifn/ifn6-res-prelimv1-1>, acedido a 21 de Março de 2019.

ICNF (2016). *Natura 2000*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000>, acedido a 15 de Fevereiro de 2019.

ICS-ULisboa (s.d.). *Comunidade ICS: Luísa Schmidt*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://www.ics.ulisboa.pt/pessoa/luisa-schmidt>, acedido a 10 de Março de 2019.

IPCC (2018). *Impacts of 1.5°C of Global Warming on Natural and Human Systems*. Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas. Disponível em https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/02/SR15_Chapter3_Low_Res.pdf, acedido a 22 de Março de 2019.

ISDRS (2016). *Oradores e Programa: Ivone Pereira Martins*. 22nd International Sustainable Development Research Society Conference. Disponível em <http://isdrs2016.sites.exordo.com/page/48/oradores/>, acedido a 11 de Março de 2019.

Jalali, C. (2017). *Partidos e sistemas partidários*. Nº74, Fundação Francisco Manuel Dos Santos. Lisboa.

Joanaz de Melo, J.; Pimenta C. (1993). *O que é Ecologia e Ambiente*. Difusão Cultural. Lisboa.

JORTEC Ambiente (2016). *Biografia: Eng.º Nuno Banza – IGAMAOT*. Jornadas Tecnológicas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://jortecambiente.fct.wordpress.com/engo-nuno-banza-igamaot/>, acedido a 9 de Março de 2019.

LinkedIn (s.d.-a). *Perfil: Cristina Rodrigues*. Disponível em www.linkedin.com/in/cristina-rodrigues-4344082b, acedido a 11 de Março de 2019.

LinkedIn (s.d.-b). *Perfil: Paula Sarmento*. Disponível em www.linkedin.com/in/paula-sarmiento-b275a3127, acedido a 11 de Março de 2019.

LinkedIn (s.d.-c). *Perfil: Carla Castelo*. Disponível em <https://pt.linkedin.com/in/carla-castelo-b794965>, acedido a 11 de Março de 2019.

LIVRE (2013). *Declaração de princípios*. Partido LIVRE. Disponível em <http://partidolivre.pt/declaracao-principios-161113>, acedido a 1 de Março de 2019.

LIVRE (2019). *Candidatos às Primárias ao Círculo de Lisboa para as Eleições Legislativas 2019: Carlos MGL Teixeira*. Disponível em <https://partidolivre.pt/primarias2019/legislativas-lisboa/carlos-mgl-teixeira>, acedido a 1 de Março de 2019.

LPN (2018). *Plano de ação. LPN: há 70 Anos em prol do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável em Portugal*. Liga para a Protecção da Natureza. Disponível em https://www.lpn.pt/uploads/fotos_artigos/files/LPN_Programa_de_acao_2018-2021_ListaA.pdf, consultado a 12 de Fevereiro de 2019.

Magalhães, M. (2003). *Professor Gonçalo Pereira Ribeiro Telles*. Catálogo da Exposição “A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles”, Museu de Évora.

MARE STATUP (s.d.). *Notas Biográficas: Francisco Andrade*. Disponível em <http://www.mare-startup.pt/pt/areas-de-atuacao/formacao/pos-graduacao/notas-biograficas>, acedido a 15 de Março de 2019.

Marques, J. T. (2015). *Gestão jurídica da conservação da natureza: o caso do PNSAC*. Chiado Editora.

Mendes, L. (2012). *De que se fala quando se fala de RAN e REN*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto.

Mota (2016). *Avaliação do desempenho das políticas de Ambiente em Portugal*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil de Engenharia de Sistemas Ambientais. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

MPT (s.d.). *Sobre o MPT*. Movimento Partido da Terra. Disponível em <http://mpt.pt/sobre-o-mpt/>, acedido a 3 de Março de 2019.

OECD (2019). *Tertiary graduates by field (indicator)*. doi: 10.1787/9af26c71-en. Acedido a 20 de Fevereiro de 2019.

OpenExp (2018). *European Energy Poverty Index*. Disponível em <https://www.openexp.eu/european-energy-poverty-index-eeepi>, acedido a 31 de Março de 2019..

PAN (2009). *Declaração de princípios*. Partido Pessoas-Animais-Natureza. Disponível em <https://www.pan.com.pt/quem-somos/valores/declaracao-de-principios.html>, acedido a 1 de Março de 2019.

Parlamento (2015a). *Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação: Composição*. Assembleia da República. Disponível em <https://www.parlamento.pt/sites/COM/XIIILeg/11CAOTDPLH/Paginas/Composicao.aspx>, consultado a 15 de Março de 2019.

Parlamento (2015b). *Composição dos Grupos Parlamentares*. Assembleia da República. Disponível em <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/GruposParlamentaresI.aspx>, acedido a 15 de Março de 2019.

Parlamento (2015c). *Deputados - Legislatura, Grupo Parlamentar, Círculo*. Assembleia da República. Disponível em <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx?more=1>, acedido a 10 de Março de 2019.

PCP (s.d.). *Biografia: Ângela Moreira*. Partido Comunista Português. Disponível em <http://www.pcp.pt/deputados-do-pcp-assembly-da-republica>, acedido a 10 de Março de 2019.

Parlamento (2018). *Relatório: Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 de 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental*. Comissão Técnica Independente. Assembleia da República. Lisboa.

Parlamento Europeu (2014). *Results of the 2014 European elections: Portugal*. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/country-results-pt-2014.html>, acedido a 25 de Outubro de 2018.

Parlamento Europeu (2018). *European Parliament: Facts and Figures*. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614733/EPRS_BRI\(2018\)614733_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614733/EPRS_BRI(2018)614733_EN.pdf), acessado a 25 de Outubro de 2018.

PASC (2019). *Participantes no primeiro painel da conferência anual da PASC – Casa da Cidadania 2019*. Plataforma de Associações da Sociedade Civil. Disponível em <https://pasc.pt/category/marlene-marques/>, acessado a 15 de Março de 2019.

Pato, J. H. (2007). *O valor da água como bem público*. Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade: Sociologia Geral. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

PCP (2009). *Privatização da água*. Partido Comunista Português. Disponível em <http://www.pcp.pt/privatiza%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%A1gua>, acessado a 23 de Março de 2019.

PCS (s.d.). *Órgãos Sociais: Carlos Pimenta – Direcção*. Plataforma para o Crescimento Sustentável. Disponível em <https://www.crescimentosustentavel.org/quemsomos/orgaos-sociais/direccao/carlos-pimenta>, acessado a 9 de Março de 2019.

Pereira, P. (2014). *A mundivisão ambiental. Partidos políticos e leis em Portugal*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Ciência Política. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa.

Pereira, S. (2011). *Ecologismo radical em Portugal? A “ANIMAL” e a “Quercus”*. Dissertação para a Obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

PEV (2014). *PEV comunica falecimento de um dos seus fundadores, Rui Castelhana*. Partido Ecologista “Os Verdes”. Disponível em <http://www.osverdes.pt/pages/posts/pev-comunica-falecimento-de-um-dos-seus-fundadores-rui-castelhana-5964.php>, acessado a 9 de Dezembro de 2018.

PEV (2015). *Candidatos do PEV - Legislativas 2015. Listas da CDU - PCP-PEV*. Partido Ecologista “Os Verdes”. Disponível em <http://www.osverdes.pt/pages/eleicoes-legislativas-2015/candidatos-do-pev---legislativas-2015.php>, acessado a 9 de Março de 2019.

PEV (2018). *Órgãos Dirigentes do Partido*. Partido Ecologista “Os Verdes”. Disponível em <http://www.osverdes.pt/pages/partido---orgaos-dirigentes.php>, acessado a 9 de Março de 2019.

Plataforma DeGóis (2018). *Curriculum Vitae: António Félix Flores Rodrigues*. Disponível em <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=8523434226388857>, acessado a 10 de Março de 2019.

PORDATA (2015). *Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: total e por partido político*. Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%ABlica+total+e+por+partido+pol%C3%ADtico-2257-179040>, acessado a 2 de Março de 2019.

PORTADATA (2018). *Diplomados no ensino superior: total e por área de educação e formação*. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, acessado a 5 de Março de 2019.

PPM (2015). *Programa Eleitoral Legislativas 2015*. Partido Popular Monárquico. Disponível em <http://legislativas.ppm.pt/programaeleitoral.pdf>, acessado a 21 de Fevereiro de 2019.

PS (2016). *Biografia: Renato Sampaio*. Partido Socialista. Disponível em <https://ps.pt/index.php/2016/06/01/renato-sampaio/>, acessado a 9 de Março de 2019.

Quercus (s.d.). *A Quercus e a Conservação da Natureza*. Associação Nacional de Conservação na Natureza. Disponível em <https://www.quercus.pt/artigos/3098-a-quercus-e-a-conservacao-da-natureza-artigo>, acedido a 30 de Março de 2019.

REA (2018). *Relatório do Estado do Ambiente: Portugal 2018*. Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/rea/REA2018/REA2018.pdf>, acedido a 31 de Março de 2019.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2017 de 17 de Março. *Diário da República n.º 55/2017, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros.

Ricardo Garcia (s.d.). *Site pessoal de Ricardo Garcia*. Disponível em <http://rgarcia.yolasite.com/portugu%C3%AAs.php>, acedido a 10 de Março de 2019.

RNC2050 (2018). *O que é o Roteiro*. Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. Disponível em <https://descarbonizar2050.pt/roteiro/>, acedido a 21 de Dezembro de 2018.

Schmidt, L. (2000). *Portugal ambiental - Casos & Causas*. Círculo de Leitores. Lisboa.

Schmidt, L. (2008a). *Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e “nacional”*. VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa.

Schmidt, L. (2008b). *Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes*. In Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS. (pp. 285–314). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. doi:10.1017/CBO9781107415324.004.

SDG Index (2018). *SDG Index and Dashboards Report 2018. Global Responsibilities. Implementing the goals*. Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network. Disponível em <http://sdgindex.org/assets/files/2018/01%20SDGS%20GLOBAL%20EDITION%20WEB%20V9%20180718.pdf#page=22>, acedido a 13 de Dezembro de 2018.

Silva, S. (2012). *O desenvolvimento da linguagem oral através de ambientes verbalmente estimulantes. Um estudo em crianças de educação pré-escolar*. Mestrado em Educação Pré-Escolar. Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada II. Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Soromenho-Marques, V. (2005). *Raízes do ambientalismo em Portugal*. Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável. II Parte, 4º Ensaio. Publicações Europa-América. Mem-martins.

Statista (2019). *Plastic Waste: The EU's Worst Offenders*. Disponível em <https://www.statista.com/chart/16502/annual-plastic-waste-per-head-of-the-population/>, acedido a 22 de Março de 2019.

Tavares, B. (2013). *O Ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica*. Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Universidade Aberta. Lisboa.

UNESCO (2018). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Comissão Nacional da UNESCO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>, acedido a 17 de Dezembro de 2018.

União Europeia (2019). *Humberto Delgado Rosa: DG Environment European Commission Director Natural Capital*. European Week of Regions and Cities Disponível em https://europa.eu/regions-and-cities/partners/partners-year/speakers/7543_en, acedido a 20 de Março de 2019.

Vieira, J. (2010). *O Culto da Árvore e a 1.^a República*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Autoridade Florestal Nacional. Lisboa.

ZERO (2018). *Relatório Especial IPCC – É preciso intensificar a ação climática*. Disponível em <https://zero.org/relatorio-especial-ipcc-e-preciso-intensificar-acao-climatica-face-a-evidencias-inequivocas-de-que-o-aquecimento-global-deve-manter-se-abaixo-dos-15oc/>, acedido a 22 de Março de 2019.

ANEXO I – Notas biográficas

Cristina Rodrigues

Licenciada em Direito, é mestre em Ciências Jurídico Empresariais pela Faculdade de Direito de Lisboa. Tem um mestrado em Gestão do Território - Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Exerceu funções de Jurista na Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza. Foi Advogada-Estagiária na RS Advogados - Sociedade de Advogados e Advogada na D'Almeida Roque - Advogados.

Actualmente, é Chefe de Gabinete do PAN, e presta serviços de assessoria ao Deputado Único do PAN na Assembleia da República. Também coordena a Secretaria de Acção Jurídica do partido. Nas últimas eleições autárquicas, foi candidata do PAN à Assembleia Municipal de Sintra.

Fonte: LinkedIn, s.d.-a

Nuno Banza

Licenciado em Engenharia do Ambiente e Mestre em Ordenamento do Território e Impactes pela FCT NOVA. É Doutorando em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável pelo ICS-UL.

Foi técnico superior de Engenharia do Ambiente no Instituto da Conservação da Natureza (actual ICNF, I.P.) e técnico superior da Câmara Municipal do Barreiro, tendo exercido a função de Coordenador do Grupo de Trabalho do Ambiente e Chefe de Divisão de Sustentabilidade Ambiental.

Foi fundador da Reserva Natural Local da Mata Nacional da Machada e Sapal do Rio Coina, da qual foi o primeiro Presidente da Comissão Directiva, tendo coordenado a candidatura LIFE Biodiversidade aprovada pela Comissão Europeia para a Reserva Natural Local.

Foi gestor de projectos ambientais na YDreams, SA e consultor de várias entidades na área da Avaliação de Impactes Ambientais. É autor e co-autor de várias publicações na sua área de especialidade e colaborador regular de alguns jornais.

Desempenhou o cargo de Subinspector-Geral da Inspeção Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, exercendo funções como Inspector-Geral actualmente.

Fonte: JORTEC Ambiente, 2016

José Brito e Silva

Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, concluiu o estágio de advocacia no Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados Portugueses. Tem mais de vinte anos de prática forense, com predominância em Direito Administrativo, e em todas as instâncias jurisdicionais.

Frequentou o curso “Direito do Ambiente”, promovido pelo Instituto de Promoção Ambiental com a colaboração do Centro de Estudos Ambientais e de Defesa Do Consumidor do Ministério da Justiça no Centro de Estudos Judiciários.

Foi Advogado e Consultor Jurídico do Sindicato Nacional de Actividades Turísticas Tradutores e Intérpretes e do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos.

Actualmente, exerce o cargo de Subinspector-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Actua como Consultor Jurídico na área do Direito Administrativo, especialmente em contencioso, nas matérias do ambiente, do ordenamento do território, das áreas protegidas, dos instrumentos de gestão territorial, expropriações, reversões, resíduos, águas no Núcleo de Apoio Ao Auditor Jurídico e na Direcção de Serviços de Assuntos Jurídicos e Contenciosos do então Ministério do Ambiente até à sua fusão com o Ministério da Agricultura; e no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia onde passou a desempenhar as funções de Director de Serviços da Direcção de Serviços de Apoio Jurídico em regime de substituição, e depois em comissão de serviço.

Fonte: Despacho n.º 9396/2016

Joana Silva

Licenciada em Sociologia, é membro do Conselho Nacional do PEV pelo Círculo de Lisboa e faz parte da Comissão Executiva Nacional do partido. É Chefe de Gabinete do PEV. Foi candidata do PEV nas listas da Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) nas últimas eleições legislativas.

Fonte: PEV, 2015 & PEV, 2018

Victor Cavaco

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela FCT NOVA, faz parte da direcção da Bafari - Associação Científica para a Conservação das Aves de Rapina. É um dos coordenadores verdes do movimento contra a energia nuclear em Portugal.

É membro do Conselho Nacional do PEV pelo Círculo de Lisboa e faz parte da Comissão Executiva Nacional do partido. É o Secretário internacional do PEV, representando o partido no Partido Verde Europeu.

Fonte: PEV, 2018; Greens, 2017; Bafari, s.d.

António Costa da Silva

Licenciado em Economia, tem uma pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias, e um curso avançado de gestão pública.

Foi conselheiro no Conselho Nacional de Educação, no Instituto do Emprego e Formação Profissional - Delegação do Alentejo, e representante na Região de Turismo de Évora do Secretário de Estado de Turismo.

Actualmente, é Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Vogal Executivo da Comissão Directiva do PO – Programa Operacional do Alentejo (ALENTEJO 2020) e Vogal Executivo da Comissão Directiva, do PO – Programa Operacional do Alentejo (INALENTEJO).

Pertence a três Comissões Parlamentares: Comissão de Assuntos Europeus; Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação; Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030". É suplente na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e encontra-se no Grupo de Trabalho parlamentar "Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades".

Fonte: Parlamento, 2015c

Orlando Borges

Licenciado em Geografia na Universidade de Lisboa, frequentou o curso de Planeamento e Gestão de Recursos Naturais pelo Instituto Superior Técnico. Tem um mestrado em Planeamento Regional e Urbano no Instituto Superior Técnico e Seminário de Alta Direcção do Instituto Nacional de Administração.

Foi chefe de Divisão da Direcção Geral dos Recursos Naturais, e Vice-Presidente e Presidente do Instituto da Água (INAG). Foi responsável pelo Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais, membro do Grupo de Trabalho que elaborou o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013).

Foi Presidente do Organismo Intermédio do QREN/POVT (ciclo urbano da água) e membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e do Conselho Nacional da Água. Coordenou o Plano Nacional de Barragens e foi Vice-Presidente da Comissão Luso -Espanhola da CADC. Coordenou a equipa que implementou o Regime Económico e Financeiro e da Taxa dos Recursos Hídricos. Implementou o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.

Prestou assessoria técnica ao Conselho Directivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na área dos resíduos e passivos ambientais, na gestão de projectos de investimento e de eco inovação. Perito do Instituto Nacional de Estatística e membro do Conselho Fiscal da Empresa de Desenvolvimento das Infra-estruturas de Alqueva.

Fonte: ERSAR, s.d.

José Gomes Mendes

Licenciado em Engenharia Civil e doutorado e agregado em Planeamento do Território pela Universidade do Minho.

É professor catedrático de Sistemas Regionais e Urbanos na Universidade do Minho, onde ocupou o cargo de Vice-Reitor para a Valorização do Conhecimento. Como investigador, desenvolveu actividades na *Clark University* e na *South Dakota State University*, nos EUA.

Fundou a plataforma UM-Cidades e foi Presidente do Conselho de Administração da AvePark Parque de Ciência e Tecnologia S.A, e foi Presidente da Direcção da Associação Universidade-Empresa TecMinho. Integrou o Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves.

Desempenhou funções como consultor e avaliador na Comissão Europeia, EACEA, ETF e NERC. Foi o representante nacional no *European Council of Civil Engineers* e Coordenador do Colégio de Engenharia Civil – Norte. É autor de dezenas de estudos e projectos na área dos sistemas urbanos e regionais.

Fonte: Governo da República Portuguesa, 2015a

Assunção Cristas

Licenciada e doutorada em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde exerce actividade docente.

Foi consultora na sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, tendo anteriormente sido directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.

No XIX Governo Constitucional foi Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e após uma remodelação, passou a Ministra da Agricultura e do Mar. Foi novamente empossada como ministra da Agricultura e do Mar no XX Governo Constitucional.

Como Vice-Presidente do CDS-PP, foi deputada à Assembleia da República na XI legislatura pelo distrito de Leiria, tendo sido reeleita na legislatura seguinte. Foi membro da Comissão de Orçamento e Finanças e da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional e Pescas.

Actualmente, é Presidente do CDS-PP, membro da *Society of European Contract Law* (Secola), da *Deustch-Lusitanische Juristenvereinigung* e da Associação de Juristas do Direito de Língua Portuguesa.

Fonte: Governo da República Portuguesa, 2015b

Pedro Soares

Mestre em Geografia e Planeamento Regional, tem Frequência de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, sendo Professor Universitário. É deputado à Assembleia da República pelo círculo de Braga do Bloco de Esquerda.

Foi Presidente da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas na XI Legislatura. Actualmente, é Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e pertence à Comissão de Agricultura e Mar.

Está inserido em cinco Grupos de Trabalho: “Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades”, “Acompanhamento da Temática da Floresta Portuguesa e dos Incêndios”, “Revisão da Convenção de Albufeira”, “Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território” e “Sistema de Informação Cadastral Simplificada”.

Fonte: Parlamento, 2015c & BE Parlamento, s.d.-a

Filipe Duarte Santos

Licenciado em Ciências Geofísicas pela Universidade de Lisboa, é doutorado em Física Nuclear Teórica pela Universidade de Londres. É Professor Catedrático jubilado do Departamento de Física na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Tem mais de 150 trabalhos de investigação publicados em revistas científicas com sistema de arbitragem por pares nas áreas da física nuclear teórica, astrofísica, ciências do ambiente, sustentabilidade e alterações climáticas. Proferiu mais de 250 palestras e conferências sobre estes temas em Portugal e no estrangeiro. Coordenou mais de 20 projectos de investigação científica nacionais e internacionais e participou em muitos outros ao longo da sua carreira profissional.

Foi Subdirector do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Foi nomeado Delegado efectivo na Comissão de Gestão e de Coordenação Ambiente e Climatologia da Comunidade Económica Europeia, e mais tarde, nomeado coordenador do grupo de trabalho que elaborou o primeiro Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal.

Foi designado para integrar a Comissão para as Alterações Climáticas, sendo Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Foi "*Review Editor*" do 5.º Relatório de Avaliação do IPCC (Painel Intergovernamental das Nações Unidas para as Alterações Climáticas).

É académico efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e membro do Painel do Ambiente do EASAC (*European Academies Science Advisory Council*).

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2017

Carlos Teixeira

Licenciado em Biologia e mestre em Biologia da Conservação pela Universidade de Lisboa, é doutorado em Engenharia do Ambiente, pelo Instituto Superior Técnico, e em Ciências da Terra e da Vida, pela Universidade Livre de Amesterdão.

Faz investigação sobre biodiversidade mas trabalha também como consultor em projectos de avaliação ambiental estratégica.

Foi Vice-Presidente da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e cumpriu um mandato na Comissão Executiva do *European Environmental Bureau* (EEB), em Bruxelas.

Representou as Organizações Não-Governamentais de Ambiente em algumas comissões públicas e é *alumnus* da *Emerging Leaders in Environmental and Energy Policy*, do Conselho Atlântico.

Fonte: LIVRE, 2019

Ângela Moreira

Licenciada em Enfermagem, é deputada à Assembleia da República pelo círculo do Porto do Partido Português Comunista. Eleita na Assembleia de Freguesia da Madalena, sendo também dirigente sindical e dirigente da Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho.

É coordenadora GP do PCP na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e suplente na Comissão de Educação e Ciência. Pertence a dois Grupos de Trabalho parlamentares: “Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação” e “Resíduos de Plástico”.

Fonte: Parlamento, 2015c & PCP, s.d.

Nuno Lacasta

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, tem um mestrado em Direito (LLM) pelo *Washington College of Law* da *American University*, EUA.

Exerceu actividades de consultoria para a OCDE, ONU e Comissão Europeia, e foi assistente convidado em Política Internacional do Ambiente na Universidade de Aveiro.

Foi professor convidado de Direito e Políticas de Ambiente na FCT NOVA e professor convidado de Direito Comunitário do Ambiente e das Alterações Climáticas no *Washington College of Law* da *American University*. Foi também Director do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, coordenador do Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC) e gestor do Fundo Português de Carbono. Actualmente, é Presidente do Conselho Directivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Fonte: CE3C - FCUL, 2017

Maria Manuel Rola

Licenciada em Design Gráfico, é deputada à Assembleia da República pelo círculo do Porto do Bloco de Esquerda. É activista contra a precariedade e pelo direito à habitação no Porto.

Actualmente, é membro da Comissão Política do Bloco de Esquerda e coordenadora GP da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação. Também pertence à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e é suplente na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade e na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos.

Está inserida em três Grupos de Trabalho parlamentares: “Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades”, “Resíduos de Plástico” e “Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território”.

Fonte: Parlamento, 2015c & BE Parlamento, s.d.-b

Miguel João de Freitas

Licenciado em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora, tem um mestrado em Frutas e Legumes, pela *École National Supérieure Agronomique* de Montpellier, França.

Exerceu o cargo de Director Regional de Agricultura, Director-Geral do Desenvolvimento Rural e Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento da Iniciativa Comunitária LEADER II. Foi também Vice-Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Foi eleito deputado à Assembleia da República, cargo que viria a ocupar nas X, XI e XII Legislaturas. Na Assembleia da República, foi coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Mar, tendo sido relator da Comissão Eventual para os Fogos Florestais (2005-2006) e do Grupo de Trabalho sobre a Problemática dos Incêndios Florestais (2014).

Assumiu funções na Representação de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, como Coordenador de Agricultura e Mar, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia. Foi na REPER que presidiu também ao Comité Especial de Agricultura da União Europeia. Foi também Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Algarve. Actualmente, é Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

Fonte: Governo da República Portuguesa, 2017b

Renato Sampaio

Com frequência de licenciatura em Administração Pública, exerce como profissão consultoria de empresas.

Actualmente, desempenha o cargo de deputado na XIII Legislatura, sendo coordenador GP do Partido Socialista na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação. Como coordenador GP, estabelece a ligação entre o grupo parlamentar com a direcção do grupo, o grupo parlamentar com o Governo e o grupo parlamentar com o exterior. É suplente na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e na Comissão de Agricultura e Mar.

Foi deputado na VIII Legislatura; membro da Comissão Parlamentar de Defesa, da Comissão Parlamentar de Equipamento e da Comissões de Inquérito do Processo da F.P.S. e Entre-os-Rios; membro da Assembleia Metropolitana do Porto; membro da Comissão Parlamentar de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente; membro da Comissão Eventual para a Análise e a Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos no EURO 2004; membro da Comissão Eventual para o Acompanhamento do “Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura”; deputado na IX Legislatura; e membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia.

Fonte: PS, 2016

Carlos Pimenta

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, foi Presidente da Direcção da Associação de Estudantes.

Foi Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro, coordenador do Gabinete Estudos do PSD e Presidente do Conselho Nacional da Juventude Social Democrata (JSD). Foi também membro do Congresso Fundador da União Geral de Trabalhadores (UGT) e membro fundador do GEOTA.

Durante os IX e X Governos Constitucionais, foi Secretário de Estado do Ambiente. Após uma remodelação do IX Governo Constitucional, passou a Secretário de Estado das Pescas. Foi também deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, sendo membro e relator do Parlamento Europeu e da GLOBE relativamente à Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática e Protocolo de Quioto.

Actualmente, é director do Centro de Estudos de Economia, Energia, Transportes e Ambiente (CEEETA) e membro dos Conselhos de Administração de diversas empresas no sector da energia renovável.

Fonte: PCS, s.d.

Humberto Rosa

Doutorado em Biologia Evolutiva, foi professor e investigador na Universidade de Lisboa, com experiência em Biologia Animal, Biodiversidade e Ética em Ciências da Vida.

Foi Secretário de Estado do Ambiente nos XVII e XVIII Governos Constitucionais, e foi o principal negociador da União Europeia na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Foi também assessor de assuntos ambientais do Primeiro-Ministro durante os XIII e XIV Governos Constitucionais.

Com experiência relevante em política de ambiente europeia e internacional, particularmente em questões de biodiversidade e alterações climáticas, foi Director de adaptação às alterações climáticas e tecnologia de baixo carbono na Direcção-Geral de Acção Climática da Comissão Europeia. Actualmente, é Director de Capital Natural na Direcção-Geral de Ambiente da Comissão Europeia.

Fonte: União Europeia, 2019

Elisa Ferreira

Licenciada em Economia pela Universidade do Porto, tem um mestrado e doutoramento pela Universidade de Reading, com equivalência a doutoramento em Economia. É docente da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Foi vice-presidente executiva da Associação Industrial Portuense e vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte. Também desempenhou funções de vogal do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística.

Antes de ingressar no Parlamento Europeu, foi deputada à Assembleia da República, Ministra do Planeamento do XIV Governo Constitucional e Ministra do Ambiente do XIII Governo Constitucional.

Como deputada ao Parlamento Europeu, integrou a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Integrou a Primeira e a Segunda Comissões Especiais sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares (TAXE), o Grupo de Trabalho sobre Assistência Financeira (aos países do euro), a Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social e a Comissão Especial sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável.

Foi nomeada Administradora do Banco de Portugal, e actualmente é Vice-Governadora do Banco de Portugal.

Fonte: Banco de Portugal, s.d.

Paula Sarmento

Licenciada em Engenharia do Ambiente pela FCT NOVA, é mestre em Geo-Recursos, Sistemas de Informação, Tratamento e Análise de Dados pelo Instituto Superior Técnico.

Exerceu funções de direcção superior em diversas entidades dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura, nomeadamente, Vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Actualmente, é assessora do Conselho de Administração da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva. Desempenha funções no sector privado na indústria da fileira florestal e no sector empresarial do Estado, no domínio da indústria mineira e aproveitamentos hidroagrícolas e de fins múltiplos.

Destaca-se a sua experiência profissional no domínio dos recursos hídricos, conservação da natureza, florestas, gestão ambiental na indústria, avaliação de impacte ambiental, e processos de consultoria na área da qualidade do ar e florestas.

Fonte: LinkedIn, s.d.-b

António Capucho

Tem o curso superior de Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Novas Profissões (ISNP) do Grupo Lusófona.

Aderiu ao Partido Social Democrata logo após a sua fundação, ocupando os cargos de Secretário-Geral Adjunto, Secretário-Geral e de Vice-Presidente da Comissão Política Nacional.

Foi deputado à Assembleia da República e presidiu ao Grupo Parlamentar do PSD. Integrou o VIII Governo Constitucional como Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, exercendo depois o cargo de Ministro da Qualidade de Vida no IX Governo. Foi Ministro dos Assuntos Parlamentares e assumiu a coordenação do Grupo Europeu do PSD, tendo sido eleito Vice-Presidente. Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Cascais, bem como para a Assembleia Municipal de Sintra. Foi também presidente do Conselho de Administração da Fundação D. Luís I e membro do Conselho de Estado.

É autor de “A União Europeia. O que é e como funciona”, “União Europeia a 15” e de “De Roma a Amesterdão”. É ainda membro do Conselho Geral do *World Monuments Fund* (Portugal) e Membro-Honorário da Associação Portuguesa de Museologia.

Fonte: Fundação D. Luís I, 2016

António Carmona Rodrigues

Licenciado em Engenharia Civil, especializou-se em Hidráulica Fluvial em Delft, Países Baixos. Doutorou-se em Engenharia do Ambiente na FCT NOVA.

É Professor Auxiliar de Hidráulica e de Gestão de Recursos Hídricos na FCT NOVA, sendo responsável pelo Laboratório de Hidráulica Prof. Armando Lencastre.

Ao longo de mais de 38 anos, esteve envolvido em diversos projectos, nomeadamente nas áreas de recursos hídricos, hidráulica e ambiente. Encarregue por vários projectos de investigação, publicou três livros e mais de 70 artigos em revistas nacionais e internacionais. Orientou várias teses de mestrado e de doutoramento nas áreas de hidráulica e de recursos hídricos e integrou diversos júris de provas académicas.

Actualmente, é membro da Ordem dos Engenheiros, da Academia de Engenharia e do Conselho Nacional da Água. Foi também Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Presidente da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos.

Fonte: DCEA - FCT NOVA, s.d.-a

António Félix Rodrigues

Licenciado em Física pela Universidade de Lisboa. Especializou-se em Biofísica e doutorou-se em Ciências do Ambiente – Ramo Poluição, pela Universidade dos Açores.

É Professor Auxiliar na Universidade dos Açores, e actua nas áreas de Ciências da Terra e do Ambiente, Engenharia do Ambiente, Física, Ciências da Educação e Ciências da Comunicação.

Publicou 20 artigos em revistas especializadas e 95 trabalhos em actas de eventos, possui oito capítulos de livros e dois livros publicados. Possui seis softwares e outros 18 itens de produção técnica. Orientou 12 dissertações de mestrado e co-orientou cinco nas áreas de Engenharia do Ambiente, Ciências da Comunicação e Ciências da Terra e do Ambiente. Recebeu 6 prémios e/ou homenagens.

Nas suas actividades profissionais, interagiu com 195 colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. No seu curriculum DeGóis, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Incerteza Algébrica, Incerteza Numérica, Álgebra, Arqueologia, Relatividade da carga do electrão, Alterações Climáticas, Cristais Líquidos, Geometria, Megalitismo e Processos biogeoquímicos.

Fonte: Plataforma DeGóis, 2018

Luísa Schmidt

Socióloga e investigadora principal do ICS-ULisboa, faz parte da equipa que introduziu a Sociologia do Ambiente em Portugal, tanto na investigação, como no ensino, como na articulação entre academia e sociedade.

Integrou o grupo de investigadores que criou e montou o OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade, que actualmente coordena, e onde desenvolve vários projectos de investigação que articulam ciências sociais e ambiente.

Coordenou o grupo de trabalho português durante a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO, com repercussões em várias iniciativas em Portugal e em outros países de língua portuguesa.

Foi nomeada Embaixadora da Aliança Portuguesa para o objectivo 14 (Recursos Marinhos) dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito do *Global Compact Network Portugal*.

Recebeu o Prémio Ciência Viva Media da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ministério da Ciência).

É colaboradora do programa de rádio 'Um certo olhar' na Antena 2 e é ainda colunista regular do Jornal Expresso sobre questões ambientais e de cidadania.

Fonte: ICS-ULisboa, s.d.

Gonçalo Anastácio

Gonçalo Anastácio formou-se em Arquitectura Paisagista no ISA-UL.

Logo após a conclusão de curso, colaborou com Gonçalo Ribeiro Telles através de um trabalho encomendado ao Núcleo de Arquitectura Paisagista do ISA pela Câmara Municipal do Seixal. Mais tarde, deu continuidade à colaboração com Ribeiro Telles no âmbito do seu atelier, e depois, para a Câmara Municipal de Lisboa. Participou também no projecto da Expo '98.

Actualmente, desempenha funções no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Cascais. Embora já não colabore no âmbito do seu atelier, representou Ribeiro Telles recentemente para discutir o processo de alteração e reabilitação do espaço público do Bairro das Estacas integrado na Célula 8 do plano do Bairro de Alvalade.

Fonte: Gonçalo Anastácio, 2018 (Entrevista)

Ivone Pereira Martins

Licenciada em Engenharia do Ambiente pela FCT NOVA, é mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa.

Em Portugal, desempenhou funções em diversos organismos sob tutela do Ministério do Ambiente desenvolvendo trabalho em indicadores ambientais, avaliações sobre o estado do ambiente, sistemas de informação ambientais, representação em organismos internacionais, Chefe de Divisão de Participação Pública em Avaliação de Impactes Ambientais e Directora de Estratégias Ambientais, incluindo a primeira versão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Actualmente, é Coordenadora Estratégica do programa cidades sustentáveis na Agência Europeia do Ambiente (AEA), em Copenhaga, responsável pela área de sustentabilidade urbana. Na Agência, desempenhou anteriormente os cargos de coordenadora do departamento Biodiversidade, coordenadora do Relatório do Estado do Ambiente Europeu, tendo estabelecido o dossier de Ambiente Urbano na AEA.

Fonte: ISDRS, 2016

Arminda Deusdado

Licenciada em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense, tem uma Pós-Graduação em Gestão Cultural pela Escola de Gestão do Porto.

Actualmente, é CEO da Farol de Ideias e coordenadora executiva dos projectos de televisão e média da Farol. É a Coordenadora Geral do magazine semanal “Biosfera”, que dá relevo às questões ambientais.

Foi Realizadora de conteúdos, como a série documental “Nos passos de Magalhães”, o documentário “*Ulysses: relaunching Europe from the South*”, e “Geosfera” – uma série documental de sete episódios sobre os geoparques da Europa.

Fonte: Cidade Mais, 2018

Ricardo Garcia

Licenciado em História pela Universidade de São Paulo, tem uma pós-graduação em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Lisboa e fez vários cursos de formação em jornalismo nos Estados Unidos e Europa.

É jornalista especializado em ambiente, ciência e jornalismo de dados. Iniciou-se no Jornal Expresso, mas desenvolveu a maior parte de sua carreira no Jornal Público. As alterações climáticas são um dos temas centrais da sua actividade.

Galardoado com duas dezenas de prémios de jornalismo e de infografia, é autor dos livros “Sobre a Terra: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente”, “Nós no Mundo: a sustentabilidade no dia-a-dia” e “Que número é este: um guia de estatísticas para jornalistas”.

Actua hoje, em Portugal e no Reino Unido, como jornalista freelancer, como coordenador de projectos editoriais de análise e visualização de dados e como formador em cursos de jornalismo da *Thomson Reuters Foundation*.

Fonte: Ricardo Garcia, s.d.

Carla Castelo

Licenciada em Comunicação Social pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tem duas pós-graduações: em Ciências e Tecnologias do Ambiente pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; em Comunicação Organizacional pela Escola Superior de Comunicação Social.

Iniciou a sua carreira como jornalista no Jornal Público, e exerce funções de jornalista nos quadros da SIC desde a sua fundação. Coordenou os programas “Economia Verde” e “Terra Alerta”.

Modera debates e comenta apresentações em várias conferências e seminários sobre o ambiente, sustentabilidade e conservação da natureza.

Recebeu o Prémio Nacional do Ambiente “Fernando Pereira” da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Mais recentemente, recebeu o prémio de “Jornalista de Ambiente da Década”, atribuído pela *All Ladies League* no *Women Economic forum* 2019.

Fonte: LinkedIn, s.d.-c

Francisco Ferreira

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela FCT NOVA, é mestre por Virginia Tech nos EUA e doutorado pela Universidade Nova de Lisboa. Tem um vasto conjunto de publicações nas áreas da qualidade do ar, alterações climáticas e desenvolvimento sustentável.

É Professor Associado no Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT NOVA e investigador do CENSE (Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade).

Actualmente, é o Presidente da “ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável”, uma organização não-governamental de ambiente com actividade nacional. Foi também Presidente e Vice-Presidente da Quercus, e membro do Conselho Nacional da Água e do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: DCEA - FCT NOVA, s.d.-b

Francisco Andrade

Licenciado em Biologia pela FCUL, especializou-se em Oceanologia pela *Université d'Aix-Marseille II* (França) e doutorou-se em Ecologia e Biossistemática pela Universidade de Lisboa. É Professor Auxiliar do Departamento de Biologia Animal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Integra a Comissão Científica do Mestrado em Ecologia Marinha e é membro do Colégio do Ambiente da Ordem dos Biólogos, que representa no Conselho Nacional da Água. É investigador do pólo da Universidade de Lisboa do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente – MARE, onde integra as linhas de Avaliação Ambiental e Risco Ecológico e de Políticas e Governança.

Coordenou e participou em projectos de investigação em ambientes marinhos e costeiros com financiamento público, nacional e internacional e com financiamento pela indústria portuguesa, incluindo vários estudos de impacte ambiental relativos a projectos costeiros, avaliações ambientais estratégicas de planos relativos à área do turismo e programas de monitorização ambiental de médio-longo prazo.

Autor de diversas publicações em revistas científicas internacionais, de vários capítulos em livros e de diversos estudos e documentos na área da ecologia, gestão e ordenamento de ambientes costeiros marinhos e do mar, orientou mais de 20 teses de mestrado e de doutoramento em universidades nacionais.

Fonte: MARE STARTUP, s.d.

Eugénio Sequeira

Obteve o grau de Engenheiro Agrónomo no ISA-UL, tendo sido nomeado Investigador Principal no Departamento de Pedologia da Estação Agronómica Nacional. Para além do trabalho de investigação, leccionou no ISA, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e na Escola Universitária “Vasco da Gama”, de que foi Presidente do Conselho Pedagógico.

Foi nomeado Coordenador do Grupo de Trabalho Agricultura/Ambiente do Instituto Nacional de Investigação Agrária, tendo nessa qualidade participado na preparação da reunião do Rio de Janeiro (Agenda 21), e posteriormente, na elaboração da Convenção de Combate à Desertificação. Foi eleito Presidente da Assembleia Municipal de Cascais, e mais tarde, Vereador.

Passou também a exercer Consultorias, em especial nas actividades de Estudos de Impacte Ambiental, tendo colaborado na elaboração do EIA do Alqueva e dado parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental da Nova Ponte sobre o Tejo.

Foi Conselheiro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, cargo em que ainda está empossado. É ainda membro do Grupo de trabalho “Agricultura”, em representação do CNADS no “*European Environment and Sustainable Advisory Council*”. Actualmente, é Presidente da Direcção Nacional da Liga para a Protecção da Natureza.

Orientou e foi arguente de inúmeras dissertações quer para a obtenção do grau de Mestre, quer para a obtenção do grau de Doutor, quer para acesso à categoria de Investigador, em várias Universidades e Institutos de Investigação do Estado. Tem mais de 400 títulos, quer em publicações de índole científica, quer de divulgação e de formação.

Fonte: EUVG, s.d.

Marlene Marques

Licenciada em Engenharia do Ambiente pela FCT NOVA, é mestre em Política, Economia e Planeamento da Energia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Detém uma Pós-Graduação em Cidades Sustentáveis pela FCT NOVA.

Especialista em estratégia para sustentabilidade urbana e gestão ambiental, é Engenheira do Ambiente do Departamento do Ambiente da Câmara Municipal de Loures, tendo coordenado e elaborado a candidatura de Loures ao Concurso “Cidades Limpas”.

Associada do GEOTA desde a sua fundação, é sócia fundadora, Presidente da Direcção e tem participado em regime voluntariado em diversos grupos de trabalho e projectos da ONGA.

Fonte: PASC, 2019